

Governo do Estado do Rio de Janeiro



Grupo de Trabalho do Aventureiro
(Instituído pela Resolução SEA n° 057 de 12/04/2008)



RELATÓRIO FINAL

VOLUME I

**SITUAÇÃO GERAL DO POVOADO DO
AVENTUREIRO, DA RESERVA BIOLÓGICA
DA PRAIA DO SUL E DO PARQUE
ESTADUAL MARINHO DO AVENTUREIRO**

Rio de Janeiro, Maio de 2009

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

Paulo Bidegain S. Primo	Biólogo Coordenador do GT do Aventureiro Assessor técnico da Secretaria de Estado do Ambiente Coordenador Geral do Projeto de Fortalecimento do Parque Estadual da Ilha Grande
Julieta Matos Freschi	Bióloga Secretária Executiva do GT do Aventureiro Assessora técnica da Superintendência de Biodiversidade - Secretaria de Estado do Ambiente

GRUPO DE TRABALHO DO AVENTUREIRO

Coordenação Geral (SEA)	Alba Simon – SupBio (mai/2009 em diante) Paulo Bidegain - ASTEC (abr/2008 a mai/2009)
Secretaria Executiva (SEA)	Julieta Matos Freschi SEA (SupBio)
Representantes do INEA	Patrícia Figueiredo (DIBAP/GEPRO) Gilberto Terra (DIBAP/GEPRO/Administrador PEIG/RBPS) Zaré Augusto Brum (DIBAP/GEUSO) Ana Cristina Máximo (Procuradoria)

Este relatório pode ser citado como:

BIDEGAIN, P. e FRESCHI, J. Situação Geral do Povoado do Aventureiro, da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Relatório Final, Volume I. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Ambiente, Grupo de Trabalho do Aventureiro, 2009. 100p.

SIGLAS

AMPLA	Ampla Serviços de Eletricidade S.A.
BPFMA	Batalhão de Polícia Florestal e do Meio Ambiente
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CECA	Comissão Estadual de Controle Ambiental
CODIG	Comitê de Defesa da Ilha Grande
CONEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPERJ	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FECAM	Fundo Estadual de Conservação Ambiental
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente
FIPERJ	Fundação Instituto Estadual da Pesca
IAV	Instituto Ambiental da Vale
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBIO	Instituto Bio Atlântica
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Fundação Instituto Estadual de Florestas
IJB	Instituto Jardim Botânico
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERJ	Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
ISABI	Instituto Socioambiental da Baía da Ilha Grande
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PEMA	Parque Estadual Marinho do Aventureiro
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PF	Polícia Federal
PMAR	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
SAPE	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
RBPS	Reserva Biológica da Praia do Sul
SAEE/AR	Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Angra dos Reis.
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEBRAE	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa
SEMADUR	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SERLA	Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TEBIG	Terminal da Baía de Ilha Grande
TERMORIO	Usina Termoelétrica Leonel Brizola
TURISRIO	Empresa de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **LOCALIZAÇÃO E ACESSOS**
3. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES REALIZADAS**
4. **ANTECEDENTES**
 - 4.1. OCUPAÇÃO ANTIGA DO TERRITÓRIO
 - 4.2. A CRIAÇÃO DA RESERVA E OS PRIMEIROS ANOS
 - 4.3. ORIGENS DO CONFLITO E DO PROCESSO DE REDELIMITAÇÃO
 - 4.3.1. Origens do Conflito
 - 4.3.2. Origens do Processo de Redelimitação
5. **A COMUNIDADE DO AVENTUREIRO**
 - 5.1. NOTA TÉCNICA
 - 5.2. ORIGEM DO NOME
 - 5.3. CONFIGURAÇÃO GERAL DO POVOADO E ARREDORES
 - 5.4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA
 - 5.5. POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR
 - 5.6. INSTITUIÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS E ATUANTES
 - 5.6.1. A Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (Amav)
 - 5.6.2. Igreja e Religião
 - 5.6.3. ONG's
 - 5.6.4. Instituto Estadual do Ambiente - INEA
 - 5.6.5. Prefeitura de Angra dos Reis
 - 5.6.6. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 - 5.7. **ÁREAS DE OCUPAÇÃO E USO**
 - 5.7.1. Área Edificada
 - 5.7.2. Edificações e Áreas Terrestres de Ocupação Familiar
 - 5.7.3. Edificações de Ocupação e Uso Coletivo/Institucional
 - 5.7.4. Áreas Terrestres Não Edificadas de Uso Coletivo
 - 5.7.4.1. Agricultura, Sistemas Agroflorestais e Extrativismo de Madeira
 - 5.7.4.2. Extração de Areia, Barro e Pedra
 - 5.7.4.3. Caça
 - 5.7.4.4. Esporte e Lazer
 - 5.7.5. Área Marinha de Uso Coletivo
 - 5.7.5.1. Instalações Costeiras
 - 5.7.5.2. Pesca
 - 5.7.5.3. Recreação Aquática
 - 5.7.5.4. Breve Notas sobre a Caça e Pesca Ilegais
 - 5.8. **TRABALHO E RENDA**
 - 5.8.1. Turismo de Base Comunitária
 - 5.8.1.1. Panorama Geral
 - 5.8.1.2. Motivação
 - 5.8.1.3. Instalações e Serviços de Apoio ao Turista
 - 5.8.1.4. Atrações e Atividades Existentes e Potenciais
 - 5.8.1.5. Benefícios do Turismo
 - 5.8.2. Empregos Públicos
 - 5.9. **SERVIÇOS**
 - 5.9.1. Organização Judiciária e Segurança
 - 5.9.2. Educação
 - 5.9.3. Atendimento médico
 - 5.9.4. Acesso e mobilidade
 - 5.9.4.1. Transporte Marinho
 - 5.9.4.2. O Cais
 - 5.9.4.3. Acessos por terra
 - 5.9.5. Comunicação
 - 5.9.6. Energia Elétrica
 - 5.9.7. Abastecimento de Água
 - 5.9.8. Esgotos
 - 5.9.9. Lixo
 - 5.9.10. Taxas, Impostos e Multas
 - 5.10. **PATRIMÔNIO CULTURAL E RECREAÇÃO**
 - 5.10.1. Patrimônio Cultural Material
 - 5.10.2. Patrimônio Cultural Imaterial e Recreação
6. **A RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA PRAIA DO SUL**
 - 6.1. **CONFRONTANTES E DIMENSÕES GEOGRÁFICAS**

- 6.2. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS
 - 6.2.1. Definições Legais
 - 6.2.2. Governança
 - 6.2.3. Terras, Instalações e Viaturas
- 6.3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA
- 6.4. RELEVÂNCIA AMBIENTAL E CARACTERÍSTICAS NATURAIS
 - 6.4.1. Clima
 - 6.4.2. Rochas, Relevo, Hidrografia e Margem Oceânica
 - 6.4.3. Flora e Vegetação
 - 6.4.4. Fauna
 - 6.4.5. Patrimônio Histórico
- 7. **O PARQUE ESTADUAL MARINHO DO AVENTUREIRO**
- 8. **PROJETO E AÇÕES EM ANDAMENTO**

ANEXOS

I	LEGISLAÇÃO PRINCIPAL APLICADA
II	RESOLUÇÃO SEA Nº 057 DE 12/04/2008
III	CRONOLOGIA DAS ATIVIDADES DO GT
IV	DOCUMENTAÇÃO OBTIDA
V	DOCUMENTOS PRODUZIDOS DURANTE O PROCESSO PELO GT, PELA COMUNIDADE E PARCEIROS
VI	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PORTARIA Nº 581/06
VII	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RECOMENDAÇÃO Nº 10/06
VIII	RESUMO DO TERMO DE COMPROMISSO
IX	REGISTROS DE OCUPAÇÃO NO GRPU
X	RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE MORADORES TRADICIONAIS
XI	INFORMAÇÕES SOBRE PESCA LEVANTADAS EM OUTUBRO DE 2009
XII	TRAÇOS DA CULTURA CAIÇARA
XIII	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICE

1	RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
----------	------------------------------

-

AGRADECIMENTOS

O GT do Aventureiro agradece as seguintes pessoas e entidades:

- À Administração do Parque Estadual da Ilha Grande, nas pessoas de João Emílio e Gilberto Terra, pela logística proporcionada às atividades de campo, envolvimento local e participação nas discussões;
- A Dayse Benevides do Aventureiro, então na FEEMA, pelos documentos e levantamentos realizados;
- Ao Procurador do Estado Rodrigo Mascarenhas pela orientação técnica;
- À Alceo Magnanini, Norma Crud Maciel, Rogério Ribeiro, Aparecida Villaça, Gustavo Vilela, Rosane Prado e Sven Wunder pelos depoimentos e/ou cessão de documentos técnicos;
- À Helena Catão, servidora do Turisrio e pesquisadora do povoado, pelos depoimentos e apoio;
- Ao Engenheiro Alexandre Oliveira, presidente do CODIG, pela ajuda incansável, cessão de documentos e apoio nas discussões;
- Ao Engenheiro Agrônomo Alexandre Cordeiro do ICMBio, pela participação esclarecedora na Oficina de Nivelamento, na sede do Parque da Ilha Grande na Vila do Abraão;
- À Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro pela liderança local na mobilização da comunidade;
- À Prefeitura de Angra dos Reis, pela reforma do cais e pela cessão de documentos;
- À geógrafa Lucia Teixeira do INEA, pela preparação dos desenhos;
- Ao Grupamento Aeromarítimo da Polícia Militar pela oportunidade de participar de dois sobrevôos para inventário ambiental da Ilha Grande, que incluíram a Reserva;
- Ao Engenheiro Florestal Telmo Borges pelo apoio nos levantamentos de campo;

DECRETO ESTADUAL No 4.972 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981

Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO que o ambiente primitivo da Praia do Sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes naquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis, com a área inicial de cerca de 3.600 ha.

Art. 2º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul é de domínio público, está compreendida na categoria de áreas naturais protegidas e é criada com a finalidade de preservar, sob rigoroso controle do Governo estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas.

Art. 3º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul terá sua área patrimonial inalienável, podendo ser acrescida de outras áreas adquirida por doação ou desapropriação.

Art. 4º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul compreende todas as áreas situadas dentro do seguinte perímetro: Começa na Ponta da Escada, a sudoeste da Ilha Grande (ponto 1), e segue pelo divisor de águas, passando pelos topos de 419 m (ponto 2), 369 m (ponto 3), 464 m (ponto 4), 479 m (ponto 5), 388 m (ponto 6), 452 m (ponto 7), até o Morro do Pilão, topo de 419 m (ponto 8); daí segue pelo divisor de águas na direção geral leste, até a Serra de Araçatiba, passando pelo topo de 679 m (ponto 9); prossegue pela Serra de Araçatiba, na direção sudeste, sempre pelo divisor de águas, até a Serra do Papagaio, cota de 900 m (ponto 10); daí desce, sempre pelo divisor de águas, na direção geral sudoeste, até a ponta de Tacunduba, entre a Enseada de Parnaioca e a Enseada da Praia do Sul (ponto 11); daí segue, pelo litoral, até o ponto 1.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1981.

**A. DE P. CHAGAS FREITAS
Waldir Moreira Garcia
Heitor Brandon Schiller**

(D.O. 03/12/81)

DECRETO ESTADUAL No 15.983 – DE 27 DE NOVEMBRO DE 1990

Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-07/201535/90,

DECRETA:

Art. 1º - É criado o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, situado na parte Sudoeste da Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, com o objetivo de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreacionais e científicos.

Parágrafo único - A administração e fiscalização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro ficará sob a responsabilidade da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

Art. 2º - O Parque Estadual Marinho do Aventureiro, adjacente a Reserva Biológica da Praia do Sul, tendo como limites definidos a partir da ponta do Drago, prosseguindo pela linha do preamar média de 1831, no sentido nordeste, pela linha de costa, até encontrar a ponta do Aventureiro. Desse ponto, prossegue em sentido horário até o ponto mais a sudoeste da Ponta da Tacunduba, incluindo costões rochosos, matacões, e a elevação existente na desembocadura das lagunas do Leste e Sul, e as praias do Aventureiro, Demo, Sul e Leste. A partir da Ponta da Tacunduba, prossegue acompanhando a isóbata de profundidade de 30 (trinta) metros até o ponto mais a sudoeste da Ponta do Drago, englobando basicamente todo o volume de mar do espelho d'água daquela reentrância natural da ilha, bem como os meios físicos e bióticos existentes da superfície até o fundo do mar que naquela região varia na profundidade zero até 30 (trinta) metros.

Art. 3º - No Parque Estadual Marinho do Aventureiro ficam vedadas a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e qualquer atividade potencialmente poluidora.

Parágrafo único - Sob controle e fiscalização da FEEMA, será permitida a pesca artesanal.

Art. 4º - Serão permitidas as atividades de pesquisa científica, turismo ecológico e de educação ambiental, desde que previamente autorizadas pela FEEMA.

Art. 5º - A Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) baixará a regulamentação necessária ao fiel cumprimento no disposto neste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1990.

MOREIRA FRANCO
Carlos Henrique Abreu Mendes

(D.O. 28/11/90)

1. INTRODUÇÃO

Em 2 de dezembro de 1981, o Governo do Estado do Rio de Janeiro transformou uma parte das terras da Ilha Grande na **Reserva Biológica da Praia do Sul (RBPS)**, incumbindo a então Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA a tarefa de implantá-la e gerenciá-la. Quase dez anos depois, em 1990, converteu a enseada da Praia do Sul, situada em frente a mencionada reserva, no **Parque Estadual Marinho do Aventureiro**, que foi entregue também à FEEMA. A Reserva foi criada com um pequeno povoado em seu interior, conhecido como Aventureiro, cujas casas ocupam a estreita planície costeira à retaguarda da praia de mesmo nome, assim como as encostas vizinhas. O povoado tinha então 24 casas de estuque, onde viviam 82 moradores majoritariamente caiçaras. Parte trabalhava na pesca empresarial de sardinha e parte praticava a pesca artesanal e a agricultura de coivara. Estima-se que os caiçaras tem vivido há pelo menos 150 anos no local.

A intenção inicial da FEEMA era assentar a comunidade na cidade de Angra dos Reis, o que não se concretizou. Poucos anos depois, em 1985, a FEEMA abandonou o plano inicial, preferindo redelimitar a Reserva de modo a excluir a área do povoado e assim manter a comunidade. A segunda intenção também não se efetivou e, como resultado, criou-se um conflito e uma ilegalidade que se arrasta por mais de duas décadas. Por um lado uma Reserva Biológica que, legalmente, não permite ocupação e muito menos a extração de recursos naturais. Por outro lado, uma população supostamente engessada dentro de uma Reserva e de um Parque Marinho, mas que conseguiu, a partir de meados da década de 90, melhorar significativamente de vida graças ao turismo de base comunitária e a proteção garantida pela Reserva contra remoções semelhantes a que ocorreram com várias comunidades caiçaras ao longo da BR 101, sob coação e força de empreendimentos hoteleiros imobiliárias ou mesmo por grilheiros. Em 2008, levantamento feito pelo GT apontou em torno de 47 construções com aproximadamente 102 moradores permanentes, a grande maioria nativos.

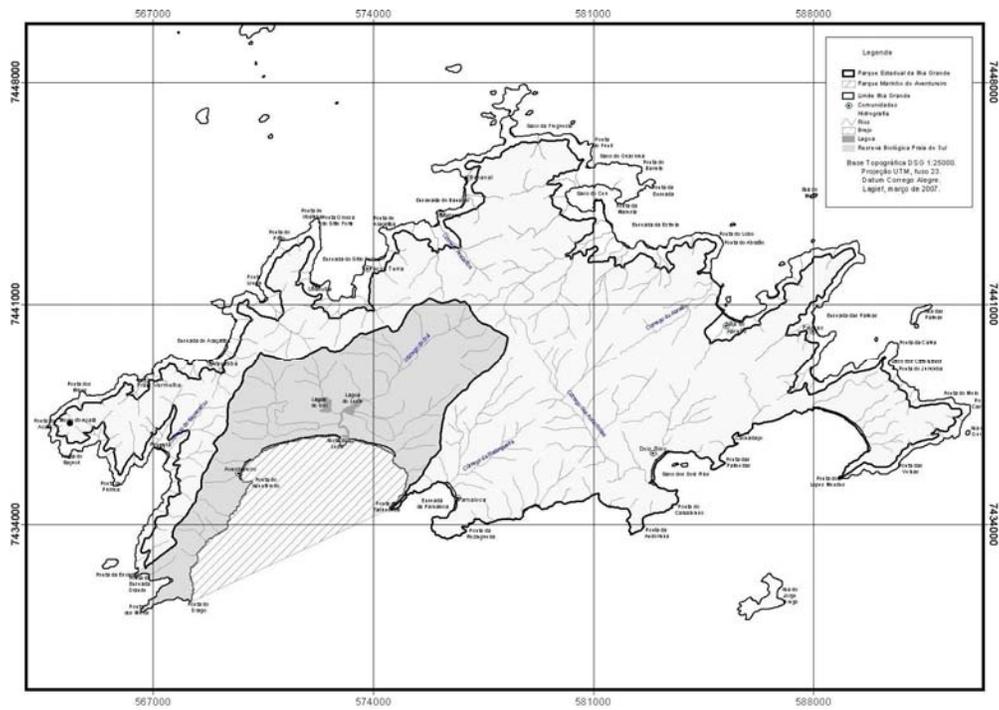
Em 29 de dezembro de 2006, a FEEMA, a Prefeitura de Angra dos Reis e a Associação dos Moradores e Amigos da Praia do Aventureiro (AMAV) firmaram um Termo de Compromisso com o Ministério Público Estadual, tendo por objetivo regular as atividades econômicas e a promoção do desenvolvimento sustentável da área onde está assentada a comunidade do Aventureiro. A cláusula sexta determinou a FEEMA, atual INEA, submeter “ao *Executivo Estadual proposta de projeto de lei tendo como objeto a exclusão da área do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e a criação de uma nova unidade de conservação que assegura a permanência da comunidade do Aventureiro no seu interior*”.

Em 16 de janeiro de 2008, em reunião no povoado do Aventureiro com a presença de representantes do Instituto Estadual de Florestas (IEF), FEEMA, Prefeitura de Angra dos Reis, Associação de Moradores e entidades da sociedade civil, a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) afirmou que retomaria as atividades para cumprir o Termo de Compromisso anteriormente citado. Em abril de 2008, a SEA criou o **Grupo de Trabalho do Aventureiro (GT Aventureiro)**, com a missão de estudar e propor a redelimitação da Reserva Biológica da Praia do Sul de modo a excluir o Povoado do Aventureiro de seu interior. O trabalho do GT teve como referências básicas o **Termo de Compromisso** firmado em 2006 e a decisão política do Governo, expressa pelo então Secretário de Estado do Ambiente em abril de 2008, de **garantir a permanência definitiva da comunidade do Aventureiro em seu local de origem**.

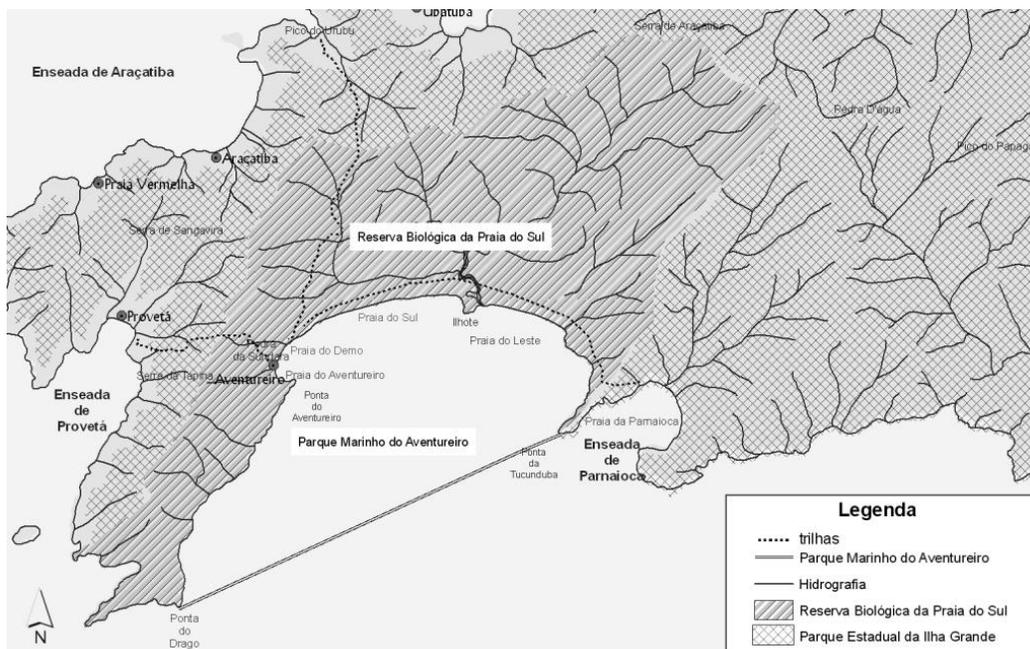
O presente documento compreende o primeiro volume do Relatório Final do Grupo de Trabalho do Aventureiro, apresentando um breve histórico, a situação geral do Povoado do Aventureiro, da Reserva Biológica e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro e as ações realizadas pelo GT. Apensado ao primeiro volume encontra-se um Relatório Fotográfico. O volume II corresponde as **Recomendações Gerais**, enquanto o volume III contempla a proposta do Governo do Estado à comunidade do Aventureiro, para **Criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável e Respectivas Normas Aplicáveis**.

Os relatórios consolidam 13 meses de trabalho contínuo onde foram realizadas reuniões com a comunidade, entrevistas, consultas, tomada de depoimentos, levantamento e sistematização de informações e compilação da documentação existente. Todos documentos foram organizados em pastas e serão depositados na biblioteca do INEA.

Mapa 2 – Ilha Grande, destacando a Reserva e o Parque Marinho



Mapa 3 – Detalhe da Reserva e arredores



3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES REALIZADAS

Na primeira reunião, ocorrida em 20 de maio de 2008, o GT definiu os seguintes procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados para subsidiar a formulação da proposta:

- Reuniões internas do GT;
- Identificação da Legislação (**Anexo I**);
- Análise de processos administrativos e da literatura técnica;
- Reconhecimento de campo da Reserva, da enseada e do Povoado;
- Reuniões com a Comunidade do Aventureiro;
- Tomada de depoimentos de atores institucionais;
- Averiguar outras experiências com RDS para aprender;

Em síntese, o GT realizou as seguintes atividades:

Coleta, análise e sistematização de informações	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro e sistematização de documentação (legislação, processos administrativos, publicações técnicas, mapas, fotografias aéreas); • Levantamentos e atualização de informações sócio-econômicas e da ocupação (censo, construções, etc.)
Reuniões e Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • 17 reuniões internas; • 2 reuniões com o Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU; • 2 reuniões internas com a Sub-procuradoria do Estado do Rio de Janeiro; • 5 reuniões com a comunidade no próprio povoado (três outras tentativas foram canceladas devido as condições adversas do mar, obrigando a equipe à retornar); • 12 entrevistas com atores qualificados e participantes do processo; • 1 oficina de nivelamento de informações e planejamento na sede do Parque Estadual da Ilha Grande, na Vila do Abraão, com representantes da comunidade e do ICMBio;
Reconhecimento de Campo e Inventários	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de fotografias aéreas e imagens; • Preparação de Mapa na escala de 1:25.000; • Geo-referenciamento de atividades e instalações importantes (roça, pesca, captação de água, etc.); • Caminhadas em trilhas para observações; • Percursos de lancha em todo litoral da Reserva e no Parque Marinho; • Dois vôos de Helicóptero do Grupamento Aeromárítimo da Polícia Militar (GAM/PMERJ) sobre a Reserva e o Parque Marinho para observação e tomada de fotografias, aproveitando sobrevôos realizados na Ilha Grande; • Inventário expedito da situação das edificações e do uso do solo;
Ações diversas para viabilizar a melhoria da infraestrutura básica da comunidade e da Reserva	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção de apoio da Prefeitura de Angra dos Reis para reforma emergencial do cais; • Solicitação da Oi para instalação de Telefone de Uso Público; • Solicitação de energia elétrica ao Programa Luz para Todos; • Solicitação ao INEA para providenciar a reforma da cabine de recepção de turistas, agilizar as autorizações para pequenas reformas e acelerar a reforma da sede da Reserva;
Ações de Gestão do INEA	<ul style="list-style-type: none"> • Alocação de 2 Guardiões do Parque Estadual Ilha Grande para atuar na Reserva e arredores; • Remoção de toneladas de lixo das Praias do Sul e do Leste; • Remoção das placas danificadas; • Coleta de sementes de plantas de restinga para produção de mudas na Vila do Abraão;
Busca de Experiência	<ul style="list-style-type: none"> • Intenso levantamento de outras experiências com RDS no país, especialmente aquelas litorâneas; • Contatos com ICMBIO e RDS Estaduais (RDS Tubarão, RN)

Os **Anexos II, III, IV e V** apresentam a Resolução que criou o GT e informações complementares sobre o trabalho realizado.

O quadro abaixo relaciona os processos administrativos que tratam do assunto.

Número	Assunto	Data
E-07/300624/2008	Portaria GT do Aventureiro	30/04/2008
E-07/300391/2008	Proposta resolução SEA Assunto: GT do Aventureiro. Neste, está a resolução com assinatura de Carlos Minc.	11/03/2008
E-07/000.163/2006	Inquérito civil 581/06 (interessado: comunidade caiçara – praia do Aventureiro)	06/04/2006
E-07/201888/2006	Proposta de termo de acordo p/ extinguir A.C.P. 2006.003.000926-2	23/05/2006
E-07/200786/2006	Ação civil pública 2006.003.000926-2 (2ª v.c. AR)	02/03/2006
E-07/200567/2004	Alteração de limites da RBPS	02/03/2004
05018.003503/2002-31 (GRPU)	Cessão de terras da ReBio, solicitada à GRPU pela FEEMA	27/03/2002
E-07/201535/90	Criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro (*)	1990
	Propõe a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul (*)	1981
(*) Não encontrado		
Fonte: Levantamento GT 2007-2008		

4. ANTECEDENTES

4.1. OCUPAÇÃO ANTIGA E USO DOS RECURSOS NATURAIS DO TERRITÓRIO

O território que hoje corresponde à RBPS e ao PEMA vem sendo objeto de ocupação e utilização de recursos naturais há pelo menos 3.000 anos, conforme mostram pesquisas da UFRJ em sítio arqueológico encontrado entre as praias do Sul e Leste.

Os pioneiros foram o povo do sambaqui, sendo sucedidos pelos índios Tupinambás ou antecessores. Os Tupinambás habitavam desde Cabo Frio (RJ) até Ubatuba (SP). Foram os Tupinambás que abriram as trilhas utilizadas até hoje. Com o extermínio dos Tupinambás na Ilha Grande, possivelmente já na segunda metade do século XVII, o território deve ter permanecido desabitado por um longo período.

A história da ocupação e dos usos dos recursos naturais do território da Reserva e do PEMA após 1500, especialmente entre 1500 e início do século XX é pobremente conhecida. Inexistem pesquisas em arquivos paroquiais e cartórios e na literatura técnica, ou mesmo escavações nas encostas e planície para investigações arqueológicas das ruínas. Todavia, é possível afirmar com base na história da Ilha Grande e em vestígios, que com toda certeza o território foi palco de extrativismo de madeira, plantações de cana, café e criação de animais, produção e venda de farinha e de pesca na enseada. Relato isolado afirma que o local abrigou uma armação de caça a baleia, mas não há suporte para esta afirmação.

Cinco fazendas, chamadas de Capivari, Grande, Cachoeira Grande, do Leste e do Fidélis, parecem ter ocupado as encostas e a planície atrás das praias do Leste e do Sul, tendo se estabelecidas provavelmente nas primeiras décadas do século XIX para produção de café, empregando mão-de-obra escrava e de nativos da Ilha, estes descendentes de índios e brancos.

Os produtos eram escoados através de carro-de-boi por uma estrada de terra até a praia da Longa, sendo então embarcados até o continente ou outros pontos da Ilha.

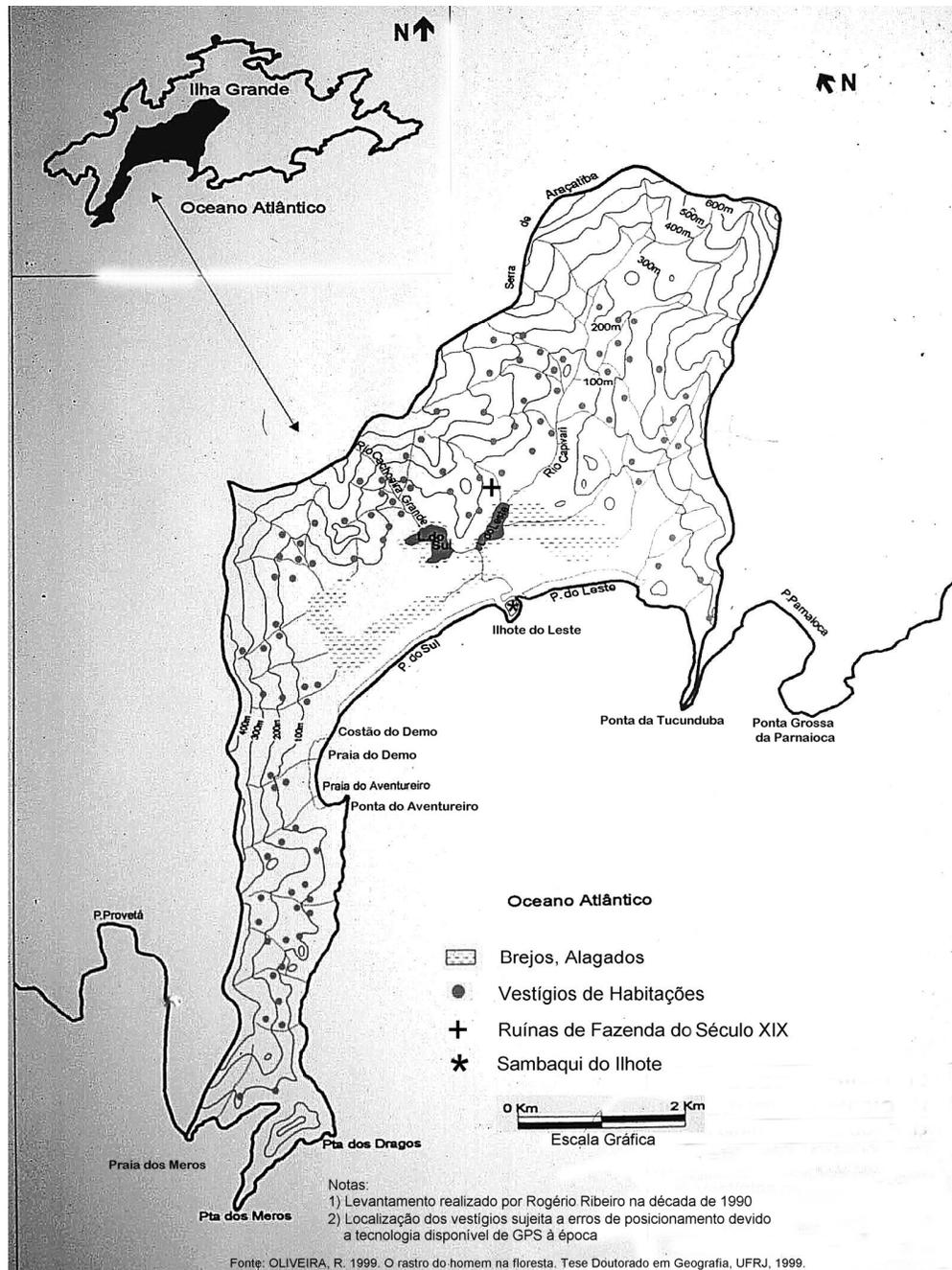
Releva mencionar que uma típica fazenda de café desta época produzia também alimentos como mandioca, feijão, milho, cana e outros itens para auto-consumo, além de possuir criações de bois, galinhas e porcos, ou era cercada de pequenas propriedades que as abasteciam destes itens. É provável que este modelo tenha se replicado na Ilha Grande, com as pequenas propriedades caiçaras fazendo este papel.

As fazendas demandavam ainda volumes consideráveis de madeira e lenha para construções e reparos e tarefas diárias de cozimento.

As fazendas entraram em colapso ao longo do século XIX devido a perda de fertilidade dos solos e o fim da escravidão, sendo provavelmente abandonadas pelos seus proprietários, passando as terras a serem cultivadas pelos ex-empregados e antigos supridores.

O mapa da página seguinte, elaborado pelo pesquisador da PUC e ex-funcionário da FEEMA Rogério Ribeiro, mostra a localização de diversas ruínas espalhadas pelas encostas que são, ao que tudo indica, instalações de fazendas, antigas casas dos empregados e supridores ou mesmo restos de fundações rústicas de casebres caiçaras mais recentes .

Após o colapso das fazendas, a vida prosseguiu de acordo com o padrão geral da Ilha Grande: a maioria das casas nas encostas afastadas uma das outras, próximas a fontes de água (pequenos regatos), com roças nos arredores e algumas residências na praia. A agricultura era a principal atividade econômica e de sustento, seguida da pesca.



Por razões ainda desconhecidas, em algum momento as casas nas encostas foram gradativamente abandonadas para formar um pequeno povoado na estreita planície à retaguarda da praia do Aventureiro. Suspeita-se que isso ocorreu quando a pesca passou a predominar sobre a agricultura. Mais tarde, a tendência foi acelerada por razões de segurança, devido as fugas constantes de presos que as vezes atingiam o local ameaçando os moradores.

Na virada do século XIX para XX, a vida econômica da comunidade do Aventureiro era baseada predominantemente na agricultura, sendo a pesca uma atividade secundária, voltada para o consumo da própria população. Na segunda metade do século XXI, a pesca suplantou a lavoura como principal fonte de renda, mas as roças permaneceram, embora em menor número e área, pois os homens passaram a trabalhar na pesca embarcada e na pesca artesanal. A partir da metade da década de 1990, o turismo de base comunitária suplantou a pesca, e hoje permanece como a principal atividade econômica.

Moradores idosos citam que a pesca sempre foi praticada, mas que antes da pesca embarcada, a principal atividade da comunidade era a lavoura. Naquele tempo, a pesca era basicamente voltada para o consumo da própria população.

A partir dos anos de 1950, quando a Ilha Grande firmou-se como um dos principais pólos de processamento de sardinha, abrigando diversas fábricas, o mercado de trabalho de pesca embarcada assalariada nas traineiras do Provetá abriu-se para a comunidade, sustentando as famílias do Aventureiro por mais de trinta e cinco anos (1960 a 1990). Grande parte dos pescadores trabalharam embarcados em grandes traineiras de empresas de pesca que percorriam o litoral desde Cabo Frio até o sul do Brasil. O pescador chegava a ficar um mês sem vir em casa. Nessa época, as lavouras passaram a ser cultivadas principalmente pelas mulheres, com ajuda das crianças, já que a maioria dos homens trabalhava embarcada e passava a maior parte do tempo fora.

Em relação à pesca, o historiador Vieira de Mello reporta-se ao Editorial do jornal "O Globo", de 30.10.1978, que: *"em resumo esclarece que existem na Ilha Grande 11 fábricas de prensagem de sardinha, e que há 20 anos eram em número de 25 indústrias; que a produção atual é de 700 toneladas mensais, vendidas ao preço médio de Cr\$ 10,00 por quilo; que a mercadoria era despachada para o Norte, onde era revendida a Cr\$ 125,00 o quilo; que o consumidor carioca não aceitava esse produto para seu consumo; que o processo de industrialização é bastante rudimentar, constituindo na compra de sardinhas frescas logo colocadas em um tanque de salmoura, durante dez a quinze dias e depois tiradas as vísceras, hidráulicamente prensadas e enlatadas."*

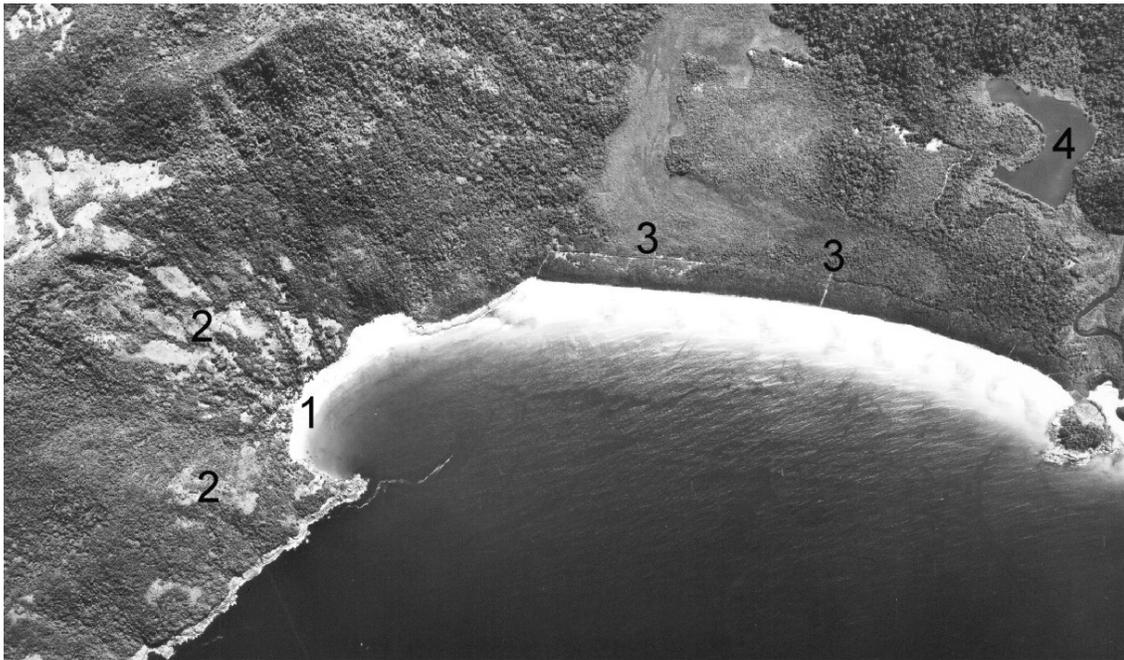
A introdução do motor nas canoas, no fim da década de 1950 e início da década de 1960, reforçou também a importância da pesca. A pesca empresarial diminuiu drasticamente os grandes cardumes de sardinha, causando o fechamento gradativo de todas as fábricas da Ilha Grande. A última encerrou suas atividades em 1992. Várias outras espécies também sofreram quedas populacionais significativas devido as capturas exageradas.

Em linhas gerais, estas eram as características da comunidade nos anos de 1980, época do estabelecimento a Reserva:

População	<ul style="list-style-type: none"> 87 pessoas viviam no Aventureiro em 1985, não tão concentradas na praia como atualmente. 	
Economia	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres se dedicavam as roças enquanto os homens trabalhavam na pesca artesanal ou em embarcações maiores de Provetá e Angra dos Reis, dirigidas principalmente a capturas de sardinha entre Cabo Frio e a fronteira com o Uruguai; A pesca assalariada da sardinha era a principal fonte de renda, mas vinha declinando; 17 roças produziam mandioca, feijão, guandu, milho, cana e banana, ocupando entre 600 a 4.500 m²; 	
Relações com outras Comunidades	Provetá	Ponto alternativo de embarque e desembarque em épocas de mar agitado e para compras de miudezas. Local de partida de embarcações que empregavam nativos do Aventureiro. Pequeno comércio de produtos do Aventureiro como farinha e côco.
	Angra dos Reis	Transações econômicas mais importantes como operações bancárias, caderneta de poupança, compra de roupas e mantimentos e atendimento médico.
	Araçatiba	Registro de casamentos, mortes e escrituras de posse no cartório do 6º Distrito e Comarca de Angra dos Reis.
	Parnaioca	Na época abrigava apenas uma pessoa. que passava a maior parte do tempo no Aventureiro. No cemitério deste local eram enterrados os católicos, sendo o corpo levado por terra ou canoa.
Fonte: Vilaça e Maia – O povo do Aventureiro – 1988.		

Especialistas estimam que a comunidade do Aventureiro ocupe a região há pelo menos 150 anos e reconhecem-na como uma das mais "tradicionais população caiçara" do Estado do Rio de Janeiro, remanescente das que teriam habitado amplas faixas litorâneas no passado, constituídas por mestiços de indígenas, brancos e negros, associadas à agricultura itinerante, à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal. A identidade "caiçara" é uma categoria criada por especialistas e estudiosos em ciências humanas há mais de 50 anos. A comunidade do Aventureiro tomou conhecimento do termo a partir da intensificação dos contatos com cientistas e representantes do poder público.

VISTA GERAL EM 1991



Fonte: Fotografias Aéreas tomadas pela PMAR em 1991

LEGENDA

1	Povoado do Aventureiro
2	Áreas desmatadas
3	Rastros da estrada aberta por trator na tentativa de construção de resort
4	Lagoa do Sul

4.2. A CRIAÇÃO DA RESERVA E OS PRIMEIROS ANOS

A primeira iniciativa de planejar e fomentar a ocupação turística da Ilha Grande em escala empresarial foi o **Projeto Turis**, concebido pela EMBRATUR entre 1970 e 1973 para aproveitar as oportunidades de acesso proporcionadas pela rodovia Rio-Santos, na época em construção. O projeto identificou e planejou áreas de interesse turístico ao longo da estrada, além de estabelecer normas regionais para a ocupação do solo, infraestrutura hoteleira e de apoio ao turismo.

As áreas abrangidas, incluindo praias e ilhas existentes entre Santa Cruz (RJ) e Santos (SP) foram minuciosamente medidas, analisadas e classificadas para usos turísticos.

Neste âmbito, o Projeto Turis criou “zonas turísticas homogêneas” ao longo do litoral, entre elas as seguintes ilhas: Grande, Itacuruçá, Gipóia, Anchieta e São Sebastião (Ilha Bela).

Indiretamente, o Projeto TURIS estimulou o governo do Estado a criar o Parque Estadual da Ilha Grande em 1971.

Entre 1971 e 1978, grande parte do território que atualmente é reconhecido como RBPS fez parte do Parque Estadual da Ilha Grande, em especial o trecho montanhoso.

A idéia central do Governo do Rio de Janeiro, explicitada em plano apresentado publicamente em junho de 1973, era implantar o PEIG nas partes superiores das montanhas, deixando as baixadas e a base das encostas para os empreendimentos turísticos, com ênfase em resorts. A figura a seguir, publicada no Jornal do Brasil de 17/06/1973, ilustra o plano do governo fluminense. Notar a linha escura que delimitava o Parque.

A Rodovia Rio – Santos

Considerada um trecho da BR-101, que se estende de Touros (RN) a São José do Norte (RS), a rodovia Rio-Santos tem 457 km, sendo 209 km no Estado do Rio e de 248 km no território paulista.

Projetada em 1968, teve sua conclusão seguidamente adiada devido a falta de verbas, as chuvas intensas e os deslizamentos de terra. Somente em 1975 o primeiro trecho (Santa Cruz – Ubatuba) foi aberto ao tráfego. E somente dez anos depois, em 1985, foi concluído o trecho até Santos.

O empreendimento foi recorde em matéria de volume de terraplanagem no país, e teve seu custo final muito acima do planejado. Alguns trechos do projeto original nunca foram concluídos, como o compreendido entre Porto Novo e Camburi em São Paulo, onde há viadutos abandonados na Serra-do-Mar.

A estrada provocou grande impactos ambientais ao longo da obra e posteriormente, ao lançar toneladas de terra no mar, sobre costões rochosos; deixar taludes desmatados e instáveis; e desencadear um processo acelerado de construção de condomínios e hotéis as expensas de aterros de manguezais, desmatamento e expulsão de comunidades que viviam da pesca tradicional e da agricultura de roça.



O Parque protegeria os terrenos montanhosos acima de uma determinada cota, provavelmente a de 100m acima do nível do mar. As baixadas e praias seriam destinadas para empreendimentos turísticos privados como resorts, hotéis de luxo, campings, bangalôs, quadras e campos de esporte, ancoradouros, marinas, restaurantes e hipismo, além de áreas para esqui aquático, caça submarina, pesca de arremesso, iatismo e montanhismo, em especial em Lopes Mendes, **Praia do Sul e Leste**, Vermelha, Araçatiba, Santana, Corisco, Galego, Preta, Julia, Morcego, Aroeira, Ubatuba, Jaconema, Matariz, Iguaçu e Saco das Palmas. As baixadas de Lopes Mendes e a Praia do Sul receberiam pistas de pouso. Nada foi executado por falta de recursos e pelo fato do presídio de Dois Rios não ter sido fechado.

Em 1978, o Decreto Estadual nº 2.061 de 25 de agosto diminuiu a superfície do Parque, retirando de seus limites mais de 5.000ha, incluindo grande parte da área que poucos anos depois seria declarada como Reserva Biológica. Todavia, todas as áreas acima de 200m foram declaradas de preservação permanente por decreto estadual. No mesmo ano, em vias paralelas, na FEEMA e no Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Estado de Agricultura surgiu a idéia de criar uma unidade de conservação exclusiva para preservar integralmente o anfiteatro das praias do Leste e do Sul, acrescentando as praias do Aventureiro, Demo e Meros e não somente as partes superiores das florestas de encostas, como era o Parque Estadual da Ilha Grande.

Na FEEMA, a idéia foi concebida pelo Eng Agrônomo Alceo Magnanini e pelas biólogas Norma Crud e Dorothy Araújo e, na Secretaria de Agricultura, pelo também Eng. Agrônomo Roberto Freitas, primeiro administrador do PEIG, então vinculado ao Departamento Geral de Recursos Naturais Renováveis (DGRNR).

Na FEEMA, a proposta embrionária da Reserva, ainda que não explicitamente, aparece no documento do Departamento de Conservação Ambiental de 1978 intitulado **“Relatório sobre a situação florestal da Região Programa Litoral Sul com diretrizes sobre as áreas críticas a serem reflorestadas e recomendações para implantação de reservas biológicas e o PEIG”**.

Roberto Freitas do DGRNR levou a idéia ao I Simpósio Nacional de Ecologia (Subcomissão de parques e reservas), em 1978. ocasião em que articulou uma moção recomendando à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) do Governo Federal, que instituísse uma Estação Ecológica para proteger as praias do Sul e do Leste. ¹



O então diretor da SEMA, Paulo Nogueira Neto, recebeu a proposta mas, ao invés encampá-la, sugeriu que o Estado criasse uma área protegida.

O conceito da área protegida foi-se fortalecendo no interior da FEEMA. Em 1980, no Relatório Técnico sobre Manguezais (RT 1123) preparado pelo DECAM, foi recomendado a criação de área protegida para as Praias do Sul e Leste com a delimitação proposta no relatório de 1978, anteriormente mencionado.

O indicativo foi reiterado na Norma Técnica NT 1124 (“Critérios para Preservação de Manguezais”), publicada no Diário Oficial de 11 de março de 1980 e novamente reforçado no relatório **“Diretrizes para um melhor usos do solo na Região Litoral do Sul Fluminense”**, cujo objetivo era prevenir problemas ambientais no município de Angra dos Reis. Em dezembro de 1980 foi realizado um projeto oficial dentro do plano anual de atividades da FEEMA prevendo a preservação das praias do Leste e do Sul através da criação da Reserva Biológica da Praia do Sul.

¹ Os estudos da área da ReBio atendiam à Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, do Ministério do Interior, que pretendia criar um conjunto de Estações Ecológicas no país.

Em 1981, Alceo Magnanini, Norma Crud e Dorothy Araújo publicam na FEEMA o relatório “**A situação ambiental dos ecossistemas da Praia do Sul e Leste, com vistas à preservação**” embasando a proposta de criação da Reserva.

Enquanto isso, crescia a pressão pela liberação da área para empreendimentos imobiliários, chegando um deles a ser liberado pelo Poder Público. Ilhéus e moradores do continente se mobilizaram e reavivaram a **Sociedade de Moradores e Amigos da Ilha Grande**, uma organização civil fundada em 1975². Em julho de 1981, técnicos da Feema debateram em Angra dos Reis, com moradores da região, a necessidade de estabelecer uma Reserva.³

No final, fato inusitado foi decisivo para criar a Reserva. Um empresário, dizendo-se proprietário das praias do Sul e Leste, iniciou a abertura de uma estrada partindo da Longa em direção às referidas praias. Ao mesmo tempo, levou um trator de barco e abriu uma faixa na restinga da praia do Leste. Ao tomar conhecimento da intenção do Governo de criar uma Reserva, telefonou para o presidente da FEEMA ameaçando-o e proferindo palavras de baixo calão.

Como resposta, o presidente, até então relutante devido as pressões, determinou a criação imediata da Reserva e o embargo do empreendimento. A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul foi então criada pelo Decreto Estadual nº. 4.972, de 02 de dezembro de 1981, no mandato do governador nomeado Antônio de Pádua Chagas Freitas, em uma área de 3.600 hectares. Em 1982, o Decreto Estadual nº. 5.444 passou a Reserva para a Feema administrar.

No início da década de 80 noticiou-se a construção de um grande empreendimento turístico e imobiliário que estendia-se da Praia da Longa a Praia do Sul, com a previsão de piscinas de água salgada e campo de golfe. Sua aprovação foi impedido por força da mobilização dos técnicos governamentais Alceo Magnanini e Norma Crud Maciel. Eles recorreram à ativista ecológica Ruth Christie da Sociedade Campanha Popular em Defesa da Natureza, que contactou dezenas de autoridades de outros países, que por sua vez enviaram cartas ao Governo do Estado manifestando preocupação com a Reserva. A construção de um hotel chegou a ser iniciada na Praia do Demo.

Com o recuo do licenciamento para aprovar o empreendimento, o então presidente da FEEMA, determinou medidas administrativas para implantação da unidade de conservação, autorizando a criação de um corpo de guardas formado por moradores nativos do Aventureiro.

A FEEMA então contratou Antônio Osório (†) como inspetor, e outros três moradores como guardas florestais: Antônio Cardoso de Souza (“vovô”), Roberto Cardoso e Constantino Tenório da Silva (†).

A época, Antônio Osório, ex-sargento da FAB, exercia liderança na comunidade. Osório chegou ao Aventureiro em 1948, após lutar na Guerra, e era dele o melhor barco.



Antônio Osório em 1989
Foto Rogério Ribeiro

No ano seguinte à criação da RBPS, a FEEMA voltou a enfrentar problemas relacionados a construção de uma estrada de rodagem que ligaria a Reserva à Praia de Araçatiba. O projeto incluiria, além de um hotel cinco estrelas em estilo colonial de dois andares, uma clínica de talassoterapia, uma escola de hotelaria internacional e instalações de lazer e esportes, com uma reserva florestal particular.⁴ Entre 1982 e 1983, outro grupo econômico iniciou o plantio de coqueiros na Praia do Leste com a intenção de caracterizá-la como propriedade, tendo inclusive registrado o suposto título do imóvel no cartório de Imóveis de Angra dos Reis e vendido.

² Jornal Maré, 24/09/1981

³ “Feema: Ilha Grande tem o maior mangue do Estado”, Jornal Maré, 30/07/1981

⁴ Jornal Maré, 12/11/1981 e 25/11/1981 e Jornal do Brasil, 23/12/1982

Novamente, entre os anos de 1986/87, foi iniciada a abertura de uma estrada entre as Praias da Longa e do Sul até próximo ao Aventureiro, embargada por agentes da FEEMA. Em agosto de 1994, a Prefeitura de Angra dos Reis interditou a construção de outra estrada que pretendia cortar a Reserva, segundo informações da época, com intenções de utilizar o terreno para construção de hotel.⁵

O Plano Diretor da RBPS chegou a ser aprovado pelo Conselho Diretor da FEEMA em novembro de 1985, mas nunca foi publicado em Diário Oficial. Em 1986, a Ilha Grande, o PEIG e a RBPS passam a integrar a APA Tamoios, estabelecida pelo Decreto Estadual 9452 de 05 de dezembro.

Em 27 de novembro de 1990 foi criado pelo Decreto Estadual nº. 15.983, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, abrangendo toda enseada da Praia do Sul, incluindo região litorânea, zonas de maré, costão rochoso, praias, desembocadura de rios e a chamada zona nerítica. Apenas a pesca artesanal, para a subsistência dos moradores do Aventureiro, foi permitida. O PEMA jamais teve Plano de Manejo. Neste mesmo ano são inauguradas as edificações da Reserva, financiadas com recursos da WWF, ESSO e Cia Docas do Rio de Janeiro.

Em agosto de 1994, a Prefeitura de Angra dos Reis interditou a construção de outra estrada que pretendia cortar a RBPS, e que, segundo informações da época, o terreno seria utilizado para a construção de um hotel.

O ano de 1994 assiste a implosão do Instituto Penal em Dois Rios, sendo a criação da APA o único mecanismo de ordenamento ambiental estabelecido para gerenciar a Ilha Grande. Com o fim do presídio, a Ilha Grande passa a receber um incremento significativo de turistas e visitantes, que acabam por descobrir o Aventureiro e mudar a economia local.

A criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, incentivada pelo movimento ecológico e por diversos moradores de Angra dos Reis e da Ilha Grande na época, foi um ato extremamente importante para proteção de ecossistemas valiosos e cenários espetaculares e evitou que particulares se apossassem ilegalmente de terras públicas. Em que pese o equívoco de se criar a Reserva com o povoado do Aventureiro dentro, isto evitou que ele fosse retirado por empresas, o que aconteceria de forma inevitável.

4.3. ORIGENS DO CONFLITO E DO PROCESSO DE REDELIMITAÇÃO

4.3.1. Origens do Conflito

A origem do conflito foi o ato de criar a Reserva com o povoado em seu interior. No momento de criação da Reserva foi prevista a retirada da população nativa, que seria realocada em Angra dos Reis, fato que não ocorreu.

Mas o agravamento deu-se pela demora excessiva na redelimitação da Reserva, pois a decisão de realocar a comunidade havia sido abandonada já em 1984, quando estudo realizado pela FEEMA sugeriu a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) para garantir a permanência da comunidade no local. Releva mencionar que a APA Tamoios foi criada somente em 1986. O Plano Diretor da RBPS⁶, elaborado em 1985, que infelizmente não foi formalizado pelo Direção da FEEMA, abraçou a sugestão do estudo, constando a seguinte indicação: *“Na área da Reserva, (como decretada em 1981), no extremo oeste da Praia do Aventureiro, está localizada um pequeno grupo de pescadores, ocupando extensão aproximada de 100 ha (0,4% da área total original). De acordo com proposta constante deste Plano Diretor, **esta área deverá ser excluída**, de modo a compatibilizar as diferentes formas de uso dos recursos naturais locais com os propósitos da Reserva”*.

Em 1988 entra em vigor a Constituição Federal, determinando que a diminuição de uma unidade de conservação deve ser somente por lei.

⁵ Jornal do Brasil, 05/08/1994

⁶ aprovado pelo Conselho Diretor da FEEMA em novembro de 1985, nunca foi publicado em Diário Oficial

A partir de 2002, o Governo do Estado não cumpre o artigo 39 do Decreto Federal 4.340/2002, que determina que *“enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso.”*.

Somente em 2004, quase vinte anos depois da decisão tomada de manter o povoado, foi aberto o processo administrativo (E-07/200567/2004) para executar a redelimitação da Reserva. A demora na redelimitação é a causa principal e óbvia do conflito. Sendo Reserva uma categoria de unidade de conservação extremamente restrita, que não permite a presença humana, o fato causou diversos embaraços e restrições para comunidade, alterando seus modos de vida. Com a Reserva Biológica, a agricultura conhecida como de coivara, que implica o cultivo itinerante de roças alternado por períodos de “pousio”, foi reprimida, embora ela tenha continuado. A coleta de plantas e animais na floresta, que também fazia parte da cultura local, foi reprimido.

Por outro lado, a Reserva não trouxe somente problemas para o Aventureiro. Graças a organização e regramento das atividades de camping promovidos pela FEEMA e PMAR, a comunidade experimentou a partir de meados nos anos de 1990, um salto significativo na renda familiar. Além disso, diversos moradores admitem que a Reserva garantiu que eles não fossem expulsos pelos supostos donos de terra, como ocorreu com a maioria das comunidades caiçaras ao longo da BR-101, nos anos 70 e 80.

Em 1990 ocorreu a criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, outra unidade de conservação restritiva que não permite a exploração de recursos naturais, abrangendo toda enseada da Praia do Sul. Mas a pesca permaneceu. A rigor, pela legislação, não pode ser praticada a pesca de qualquer espécie e mesmo o trânsito de barcos teria que ser regulado e operado por permissionário. O Parque é inviável perante a nova legislação do SNUC, pois praticamente isola a comunidade e a impede de pescar.

Em suma, deixando de lado um balanço dos pós e contras da Reserva, o fato é que existe uma ilegalidade que deve ser equacionada: uma reserva não pode ter uma povoado dentro. A redelimitação portanto, será favorável tanto para a comunidade quanto para a Reserva.

4.3.2. Origens do Processo de Redelimitação

Em carta emitida à FEEMA, em outubro de 2003, a Associação dos Moradores e Amigos da Praia do Aventureiro (AMAV) requereu a solução de vários problemas, mostrando ainda que a comunidade estava ciente que a FEEMA discutia retirada do Aventureiro da Reserva, reivindicando a participação no processo.

Na época, a perspectiva de retirada do Aventureiro da área da Reserva é vista pelos ambientalistas como um risco a própria Reserva, na medida em que a legislação de Área de Proteção Ambiental (APA), uma das propostas cogitadas para a área do povoado e arredores, é muito flexível e não consegue evitar os danos causados pela multiplicação de casas e outras edificações, como ocorre em outras área da Ilha Grande.

Durante o ano de 2006, moradores do Aventureiro, com a colaboração de segmentos da sociedade civil organizada e pesquisadores familiarizados com a questão, iniciaram um movimento para pressionar o Governo para solucionar o problema.

Em 14 de março de 2006, o Ministério Público Estadual abriu Inquérito Civil pela Portaria nº. 581/06 (**Anexo IV**), do qual se destaca o seguinte trecho:

“.....INSTAURO o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de tutelar os direitos da comunidade caiçara da Praia do Aventureiro, haja vista a existência de processo de desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, situada na Ilha Grande, Angra dos Reis, bem como para, ao mesmo tempo, fazer o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da Comunidade no local que tradicionalmente habita e garantir meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente,.....” (grifo nosso)

No âmbito do Processo nº. E-07/200.567/2004 (aberto pela então FEEMA tendo como objeto a alteração de limites da RBPS, “para exclusão da área ocupada pela Comunidade do Aventureiro, na Ilha Grande, dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul”), em 25/04/2006, técnicos do então Instituto Estadual de Florestas (IEF) se manifestavam favoráveis à criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS para o Aventureiro, assim se pronunciando:

“6 – Conclusões –

Face o exposto acima, somos de opinião que a melhor situação a ser colocada para a localidade do Aventureiro é a de se criar uma RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RDS antecedido da elaboração e aprovação de um Plano de Manejo e da criação de seu Conselho Deliberativo, s.m.j., pois irá conciliar a preservação do ecossistema local com a legislação ambiental vigente.”

Nesse ínterim, pesquisadores divulgaram um manifesto⁷ a favor da pronta solução para o impasse legal criado há mais de 25 anos e reforçaram a proposta de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

A situação de ilegalidade parecia caminhar para um desfecho favorável, em 24/05/2006, quando a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Angra dos Reis emitiu convite para FEEMA, Prefeitura de Angra dos Reis e Associação de Moradores do Aventureiro para celebração de Termo de Compromisso entre⁸:

“.....Dra. Patrícia Gabai Venancio, no uso de suas atribuições legais, convidá-lo para comparecer ao Gabinete desta Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, no dia 05.07.06, às 14:00 horas, a fim de celebrar Termo de Ajustamento de Conduta referente ao objeto do Inquérito Civil em epígrafe (IC 581/06), que “visa tutelar os direitos da comunidade caiçara da Praia do Aventureiro, haja vista a existência de processo de desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica da Praia de Sul, situada na Ilha Grande, Angra dos Reis, bem como para, ao mesmo tempo, fazer o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da Comunidade no local que tradicionalmente habita e garantir os meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente”.....”

Mas o Termo de Compromisso não foi assinado naquela data. Em 29/08/2006, a mesma Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Angra dos Reis emitiu a Recomendação nº. 10/06 (**Anexo VII**). O Termo de Compromisso foi finalmente assinado em 26/12/2006.

No entanto, praticamente não houve cumprimento das obrigações previstas às partes. Um resumo destas encontra-se no **Anexo VIII**. Todavia, os muitos processos administrativos concernentes ao tema continuaram parados. Foi com as mudanças na gestão da Secretaria de Estado do Ambiente que foram abertos espaços políticos para a discussão do tema com a comunidade.

Em janeiro de 2008, foi dado início a uma série de reuniões com a presença de representantes da SEA, do IEF e da Feema, com o objetivo de discutir com a comunidade a solução do problema. Em 15 de abril de 2008, o então secretário do ambiente, Carlos Minc, criou o Grupo de Trabalho do Aventureiro para tratar especificamente desse passivo, encarregando o Superintendente de Biodiversidade, Paulo Bidegain, a tarefa de coordenação, que por sua vez designou Julieta Freschi como secretária-executiva.

⁷ Argumento Pró-Aventureiro, julho de 2006

⁸ Art. 39, Decreto Federal nº. 4.340, de 22/08/2002

5. A COMUNIDADE DO AVENTUREIRO

5.1. NOTA TÉCNICA

Este item foi elaborado tomando como base trabalhos publicados e documentos produzidos por Helena Catão, pesquisadora dos aspectos sócio-econômicos da comunidade do Aventureiro, por Steven Wunder e Gustavo Villela, igualmente pesquisadores, e por Alexandre Oliveira, presidente do CODIG, complementado por outras fontes e coleta de dados primários e depoimentos.

5.2. ORIGEM DO NOME

A origem do nome “Aventureiro” é controversa. Duas versões contadas por moradores para H. Catão parecem ser mais verossímeis. Uma delas diz que o nome foi dado por ser um lugar de acesso muito difícil e que para chegar até lá, “só sendo muito aventureiro”. Outra afirma que na época da colonização, um degredado, nativo da Ilha dos Açores, foi deixado lá pelos tripulantes de um navio português, que teriam dito: “fica-te por aí aventureiro”. Posteriormente, este homem teria casado com uma moça de Paraty, começando a povoar o local.

5.3. CONFIGURAÇÃO GERAL DO POVOADO E ARREDORES

O povoado do Aventureiro é composto por casas dispersas em uma estreita planície arenosa costeira situada a retaguarda da praia do Aventureiro, bem como nas parte inferiores das encostas circunvizinhas.

A praia do Aventureiro tem cerca de 800 m e separa-se de outra pequena praia, denominada Demo, por uma concentração de pedras, blocos e matacões à beira mar. A praia do Aventureiro é semi-protegida pela enseada, tendo águas relativamente calmas que mudam radicalmente com a entrada do vento sudoeste, exibindo ondas capazes de derrubar uma casa, como ocorreu durante uma tempestade em 2007. Seguindo pela praia do Demo e atravessando um íngreme e escorregadio costão rochoso, chega-se então às praias do Sul e do Leste, de beleza ímpar e completamente desabitadas.

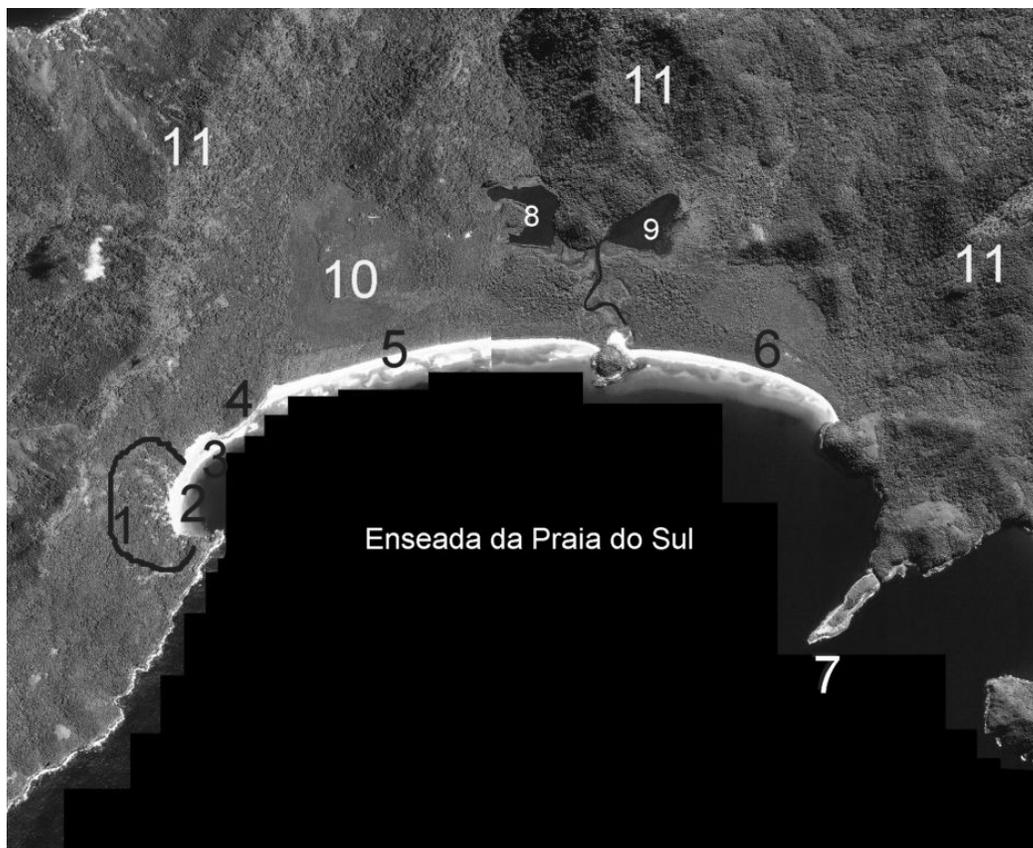
A serra que se prolonga desde a ponta dos Dragos, passando por trás do Povoado e indo além rumo nordeste, tem altitudes máximas entre 370-470 metros. A trilha para Provetá passa por ela. Dois diminutos regatos descem da encosta. Os principais são chamados de Maneco Lima, Mané Menezes, Simão Dias, Dario e o Carlinho.

A vegetação das encostas é formada por um mosaico que mescla florestas em regeneração, capoeiras em pousio e poucas roças. A composição florística indica áreas com idades entre cinco e cem anos de regeneração. Acima da cota de 40m, a vegetação nativa encontra-se mais presente, em desenvolvimento constante, entremeada por roçados. Na cota 200, são raras espécies como maçaranduba, muçutaíba, ingá-flecha, palmeira issara e espécies de ipê, entre outras madeiras resistentes, representantes de mata secundária tardia e primária. Áreas acima da cota 250 possuem florestas em bom estado de conservação, e possivelmente com idades acima de 70 anos. Acima dessa faixa é perceptível uma área que foi incendiada acidentalmente há 40 anos. O fogo atravessou pela vertente oposta e abismou a população com labaredas de mais de 10 metros de altura, que desciam a montanha. Jaqueiras e bananeiras abundam nas encostas. Na estreita planície costeira do Aventureiro sobressaem coqueiros, flamboyants e amendoeiras em meio as casas.

A baixada e as montanhas à retaguarda das praias do Sul e Leste constituem a parte mais preservada da Reserva Biológica, apresentando mata atlântica em avançada regeneração, e onde encontram-se duas lagoas, manguezal, vegetação de restinga e o Ilhote do Leste.

Essas praias atualmente servem de passagem para turistas e para a comunidade, quando à caminho da praia de Parnaioca, da Vila do Abraão ou mesmo para dar a volta na Ilha. Sublinha-se a trilha que liga o Aventureiro a Provetá, muito íngreme, é normalmente mais utilizada pela comunidade e pelos turistas.

IMAGEM DE SATÉLITE DA RESERVA, PARQUE MARINHO E POVOADO - 2006



Fonte: Imagem de Satélite Ikonos, 2006

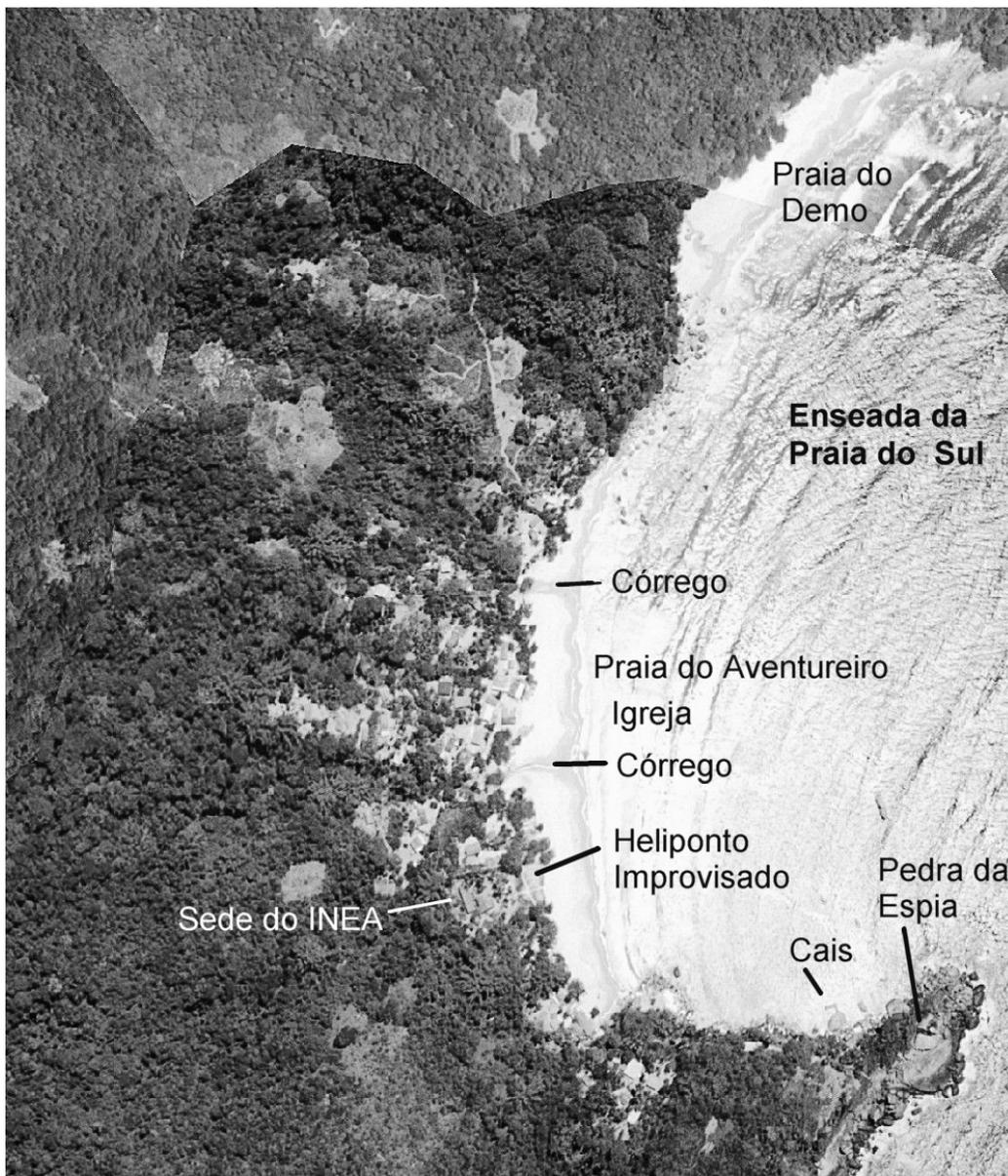
LEGENDA

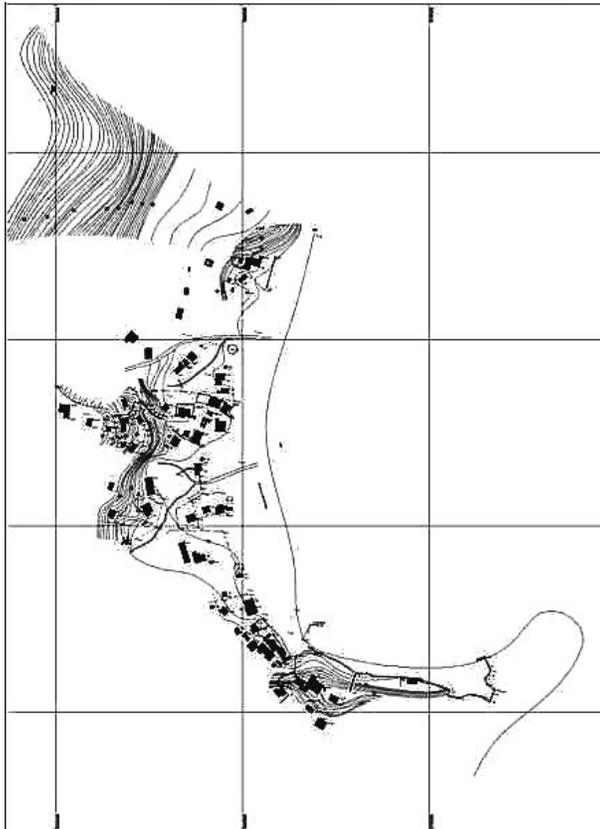
1	Povoado do Aventureiro
2	Praia do Aventureiro
3	Praia do Demo
4	Costão do Demo
5	Praia do Sul
6	Praia do Leste
7	Ponta da Tucunduba
8	Lagoa do Sul
9	Lagoa do Leste
10	Planície Costeira
11	Serras e encostas

TRILHA DE ACESSO EM 2002



POVOADO DO AVENTUREIRO E ARREDORES





Levantamento Topográfico do Povoado do Aventureiro, Prefeitura de Angra dos Reis, 2008

A comunidade tem aproximadamente 100 pessoas, habitando 43 das 47 casas existentes, sendo a maioria genuinamente caiçara.

Conforme mostra a figura ao lado, a distribuição das casas não segue um padrão típico urbano, com lotes bem definidas e casas centradas.

As casas se distribuem de forma aleatória no meio da vegetação, não havendo limites claros de lotes. As “calçadas” são de areia ou terra batida. Não há ruas pois ninguém tem veículo.

As casas mais aparentes são as de frente para praia, mesmo assim disfarçadas por amendoeiras, coqueiros e bambuzais.

Atualmente as casas já não são tão isoladas umas das outras devido ao crescimento da população e à impossibilidade de se espalharem pelas encostas por conta das regras impostas pela RBPS.

5.4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A propriedade privada, segundo Catão, só existe em relação aos bens de uso da família. Alguns moradores têm títulos de posse pois em 1996, o então SPU (Serviço de Patrimônio da União) realizou um cadastramento dos moradores, sendo considerados apenas como “ocupantes”. Todos aqueles que aceitaram fazer o registro junto ao Ministério da Fazenda/Secretaria Patrimônio da União/Delegacia Patrimônio da União no RJ, receberam um documento, que afirma:

“sob o RIP nº x, foi inscrito (fulano) como ocupante de terreno nacional interior acima referido... Em consequência da precariedade da inscrição, que não gera qualquer direito ao ocupante sobre o terreno, ou à indenização por construções e/ou benfeitorias realizadas (parágrafo 1º do artigo 2º do DL 1561/77), esta certidão NÃO PODE SER LEVADA A REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS QUE TIVER JURISDIÇÃO SOBRE A ÁREA EM QUESTÃO” (um resumo das informações contidas nestes registros encontra-se no Anexo IX).

No passado, cerca de 60 anos atrás, muitos moradores do Aventureiro efetuaram a venda de terrenos com grandes extensões. Existe a possibilidade desses documentos de propriedade ainda estarem sob juízo, apesar da população tradicional residir no local e ocupar a área em questão, possuindo títulos de ocupação de terrenos da União, pelos quais são anualmente cobrados. Portanto são desconhecidos os detentores de documentos que comprovem a posse de terrenos no local.

O quadro abaixo lista a legislação pertinente à questão fundiária do Aventureiro.

Legislação	Assunto (ementa)
Decreto-lei Federal nº. 271, de 28/02/1967	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.
Lei Estadual Complementar nº. 8, de 25/10/1977	Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Bens Imóveis do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Lei Estadual Complementar nº. 26, de 06/12/1981	Altera dispositivos da Lei Complementar no. 8, de 25/10/1977
Lei Federal nº. 9.636, de 15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
Lei Federal nº. 10.406, 2002	Código Civil
Lei Federal nº. 11.481, de 31/05/2007	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.
Fonte: GT Aventureiro	

5.5. POPULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Atualmente (2009), a população do Aventureiro oscila entre 85 e 117 moradores. Na baixa temporada, há uma redução devido a saída das famílias que residem e/ou trabalham em Angra dos Reis e que passam feriados, fins de semana e épocas de temporada no Aventureiro.

Em 2007, membros de pelo menos 02 famílias foram residir em Angra dos Reis, sendo uma destas por causa do estudo das crianças. Além disso, algumas famílias do Aventureiro possuem casa em Angra dos Reis e vão eventualmente para lá motivadas por tratamentos médicos ou para resolver questões diversas.

Como Angra dos Reis é o local de referência para praticamente tudo o que é necessário, como compras, banco e documentos, hospedam-se também frequentemente em casas de parentes e amigos. O quadro a seguir resume as características da população fixa e flutuante do Aventureiro e o **Anexo X** relaciona os moradores nativos.

Categorias de população	n°	Descrição
<u>População permanente</u>		
Nativos Moradores	82	Nasceram e moram no local
Moradores incorporados	8	Não nasceram, mas moram por casamento ou outros motivos. Têm residência fixa. Consideram-se e às vezes são considerados como pertencentes ao lugar.
	90 (variando entre 85 e 117)	
<u>População flutuante</u>		
Nativos não moradores	27	Nasceram no Aventureiro, mas foram morar em outros lugares. Voltam freqüentemente para passar temporadas.
Residentes secundários (veranistas)	11	Compraram casas de nativos que foram embora. Não moram no local, mas passam férias, feriados, temporadas.
Turistas - Freqüentadores - recentes/de passagem	560 *	"Freqüentadores" - retornam freqüentemente, ficando em geral nos mesmos <i>campings</i> , ou em quartos alugados pelos moradores. São conhecidos pela comunidade. Alguns se consideram amigos e algumas vezes são assim considerados pela comunidade. "recentes/de passagem" - Pessoas que visitam o local pela primeira vez ou que estão dando a volta na Ilha por trilhas e pernoitam no Aventureiro.
Outros freqüentadores		Pessoas que vão regularmente ao Aventureiro por motivos diferentes do turismo, como por exemplo, os funcionários da FEEMA a trabalho, outros funcionários públicos, ONGs, pesquisadores etc.
Fonte: Levantamento GT		

* máximo permitido atualmente por dia

De 1980 a 2008 (28 anos), observa-se pequena variação no número de moradores permanentes, mas grande aumento no número de moradias (de 23 para 47). Acontece, por outro lado, o estabelecimento de moradores não nativos (de 0 para 8) e de casas de veranistas (de 0 para 11), e grande incremento na população flutuante, com a chegada dos turistas (ver tabela abaixo).

Evolução temporal

Ano	N° pessoas	N° casas	Fonte
1980	82	24	IBGE
1988	87	23	FEEMA (Villaça)
1996	90		Ribeiro
2000	95	33	IBGE
2004	103	44	Catão
2008	117 *	32	GT
* 90 são permanentes			
Fonte: GT Aventureiro			

Apesar de serem ainda em sua maioria residências uni-familiares, observa-se que em pelo menos três casos há mais de uma família morando no mesmo domicílio, na medida em que os casais se formam mas permanecem na residência dos pais, devido à proibição de novas construções.

Faixas etárias (aproximado)

Faixa etária	Número pessoas
0 a 10 anos	10
11 a 18 anos	15
19 a 25 anos	14
27 a 40 anos	22
41 a 62 anos	20
65 a 72 anos	6
Fonte: GT Aventureiro	

Observa-se uma intrincada rede de parentesco entre a população nativa, devido aos casamentos entre membros da comunidade. Praticamente todos têm relações de parentesco entre si. Recentemente, no entanto, com o crescimento da visitação vêm se formando alguns casais de nativos com pessoas de fora, inclusive com turistas.

A organização econômica da comunidade está composta por núcleos familiares que são fechados em uma ou mais famílias com vínculos estreitos, como pais e filhos. As funções de homens e mulheres são divididas. Os homens interagem socialmente, entre si e com turistas na praia, enquanto as mulheres são mais caseiras. As residências vizinhas são normalmente de pais e filhos, que se casam e constroem suas casas próximas a de seus pais.

Apesar de serem ainda em sua maioria residências unifamiliares, observa-se que em pelo menos três casos (segundo informações, a tendência está aumentando) mais de uma família morando junto, na medida em que há o casamento dos filhos e estes têm permanecido na mesma casa, devido à proibição de novas construções.

Mesmo que os núcleos familiares reúnam em uma só casa uma ou mais famílias, cada unidade familiar possui estruturas econômicas individuais de renda e subsistência, que provêm de salários, aposentadorias, pensões e outras fontes de renda, além dos recursos naturais extraídos que são indispensáveis e servem de complemento na renda. Isso inclui água doce, peixes e frutos do mar, bananas, cocos, frutos, argila, cipós, plantas medicinais, que possuem ofertas significativas e não exigem grandes esforços para a exploração e utilização mas garantem boa qualidade de vida às pessoas.

Dentre os moradores existem exemplos de solidariedade entre os afins ou familiares diante de situações em que a ajuda de poucas ou muitas pessoas é necessária. É o caso da construção de casas e canoas, carregamentos pesados, colheita de feijão, milho, mandioca; produção de farinha, ou tarefas simples como desmalhar peixes de uma rede, ajudar no arraste de redes de pesca, cuidados com crianças e outros. Dessa forma vão trocando gentilezas e estruturando vínculos.

5.6. INSTITUIÇÕES MAIS REPRESENTATIVAS E ATUANTES

As instituições locais mais representativas são Associação de Moradores e a Igreja.

5.6.1. Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV)

Criada em 2000, teve seu aparecimento relacionado ao inquérito civil público instaurado por uma ONG ambientalista contra a comunidade. Em 2008, foi eleito seu quinto presidente. A Associação tem papel fundamental pois além de incentivar moradores a se organizarem em ações positivas, também supervisiona todas as atividades de administração do camping.

5.6.2. Igreja e Religião

A Igreja católica de Santa Cruz, padroeira do Aventureiro, é a única igreja na comunidade e congrega a maioria dos moradores. Todos os domingos, ao final da tarde, acontece uma celebração organizada pela ministra da eucaristia. O padre comparece ao Aventureiro uma vez por ano, em janeiro, para a Festa de Santa Cruz. A igreja e seu pátio abrigam quase todos os eventos que acontecem na comunidade, como a festa de Santa Cruz, outras festas e reuniões. Em 2004, apenas três famílias no Aventureiro eram protestantes. Segundo informações recentes (2008), uma dessas famílias deixou de ser evangélica e outra mudou-se para Angra dos Reis. Os habitantes do Aventureiro têm grande e histórica interação com os habitantes de Provetá, até mesmo pela proximidade geográfica (2 horas de caminhada). No entanto, Provetá é uma vila de população majoritariamente evangélica e com mais recursos, como escola, comércio, telefones, energia, e linhas de barco para Angra dos Reis.

5.6.3. ONG's

Diante da regularização da permanência dessa comunidade na área em questão, as ONG's Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ) e o Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG), são instituições que vêm prestado muito apoio e esclarecimentos.

5.6.4. Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Desde 1981, ainda como FEEMA, administra a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Marinho do Aventureiro. A sede da Reserva foi construída em 1990.

5.6.5. Prefeitura de Angra dos Reis

Opera uma escola local, provê serviços gratuitos de transporte de estudantes do Aventureiro para Provetá e, através de empresa terceirizada, mantém 3 pessoas dedicadas aos serviços de limpeza no povoado, da praia e trilha para Provetá.

5.6.6. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Desenvolve projeto de turismo de base comunitária junto com CODIG .

5.7. ÁREAS DE OCUPAÇÃO E USO

Antes da criação da Reserva, ou seja, até 1981, grande parte da área da Reserva e do Parque Marinho era utilizada para lazer e extrativismo de recursos vivos e minerais, aí incluindo o mar, costões rochosos, praias, mangues, lagoas, córregos, restingas e florestas. O quadro abaixo resume as áreas de ocupação e uso.

Edificações e Áreas terrestres de ocupação familiar	Moradias Abrigo para gerador de energia Campings e estruturas relacionadas (banheiro, cozinha, restaurante / bar...) Quintais
Edificações e Áreas terrestres de ocupação e uso coletivo/institucional	Igreja Escola Cemitério Sedes RBPS/Inea Praia Montanhas, Florestas e Roças
Edificações e Áreas Marinhas de uso coletivo	Cais Enseada da Praia do Sul

5.7.1. Área Edificada

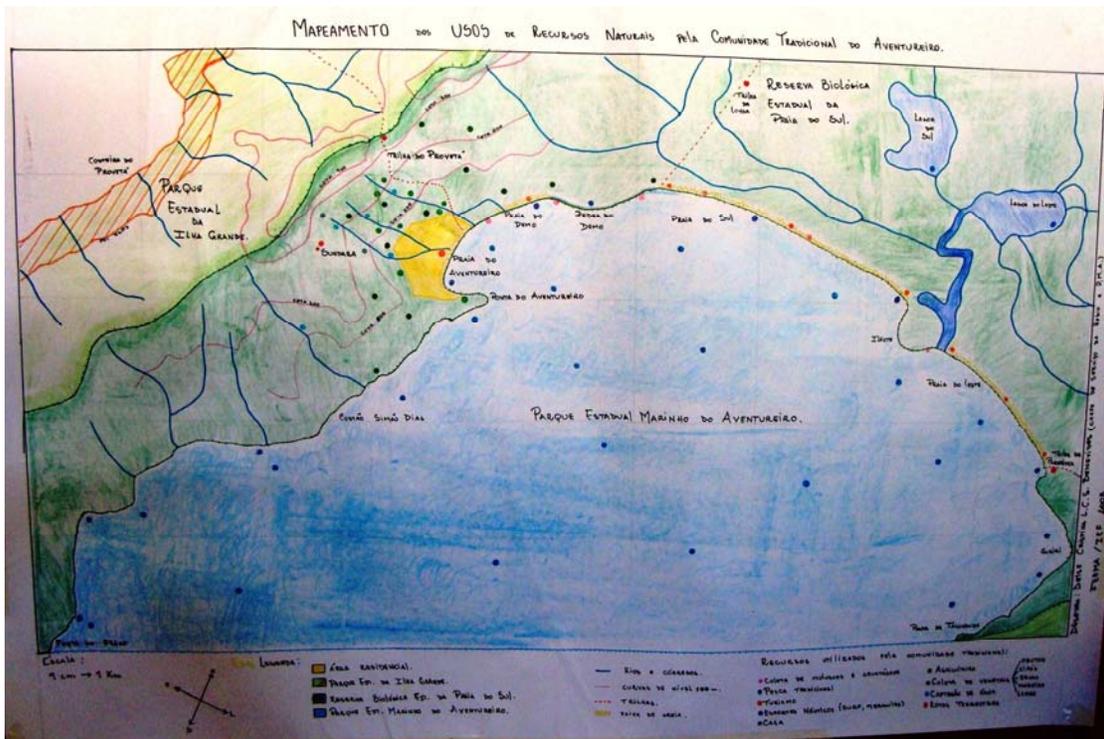
A área terrestre onde se encontram as edificações atinge seu ponto mais alto entre as cotas de 40 e 50m, com uma superfície aproximada de 30 hectares. As construções são de um pavimento sem laje e com áreas inferiores a 100 m², sendo:

Edificação	Qtde.
Casa	47
Sede RBPS/INEA	2
Escola (municipal)	1
Igreja (de Santa Cruz)	1
Rancho	6
Edícula com gerador de energia	16
Cais	1

Fonte: GT Aventureiro

Releva mencionar que não há posto médico.

Mapa produzido pela comunidade sob orientação da Administração do Parque Estadual da Ilha Grande / Reserva Biológica da Praia do Sul



5.7.2. Edificações e Áreas Terrestres de Ocupação Familiar

a) Moradias (residências familiares)

Há poucos muros e outras divisões de terreno. Aqui e ali, uma cerca viva divide um terreno de outro pelos lados, sem delimitações claras de frente e de fundos. Alguns terrenos são delimitados por grandes pedras, por trilhas ou porções de mata e os que ficam na praia têm sua frente em continuidade com a areia.

Moradia	Qtde.
Casas habitadas permanentemente	29
Casas de veranistas	11
Casas vazias	4
Casas de nativos que estão alugadas	3
Total de casas de moradia	47
Fonte: GT Aventureiro	

As casas sofreram mudanças radicais nos últimos 20 anos. Quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm pedaços em alvenaria acoplados ao restante de estuque. Não se observa mais nenhum telhado de sapê. Alguns poucos são de telhas, mas a maioria é de amianto⁹, material mais leve e barato. Em todas as construções foram utilizadas rochas retiradas dos leitos de córregos ou de lugares próximos à edificação, quebradas por técnicas rudimentares. A areia grossa é retirada das praias e córregos e a argila (barro) é proveniente de encostas.

b) Instalações Comerciais (negócios familiares)

Os campings estão associados aos quintais das famílias. Atualmente, existem 20 campings com 4 bares/restaurantes, além de 5 bares de alvenaria e 2 de bambu.

c) Ranchos

Existem seis ranchos na beira da praia, divididos entre afins para guardar canoas e redes.

5.7.3. Edificações de Ocupação e Uso Coletivo/Institucional

a) Igreja de Santa Cruz

A igreja católica de Santa Cruz foi erguida na beira da praia. Posteriormente, os moradores construíram um pátio ou coreto, onde se realizam festas e reuniões.

b) Escola Municipal

A Escola Municipal fica próximo à praia e tem aproximadamente 80 m². Conta com placas solares, 1 sala de aula, 1 cozinha, 1 alojamento, 1 refeitório, 1 almoxarifado, 3 banheiros e um pátio. Atende atualmente a 7 alunos(as), do pré-escolar ao 5º ano do ensino fundamental.

c) Base do INEA

São duas casas ocupando grande terreno, sendo uma escritório/alojamento e outra laboratório, com sistema de placas solares para fornecimento de energia .

d) Cemitério

O cemitério usado tradicionalmente pela comunidade do Aventureiro fica na Praia da Parnaioca.

5.7.4. Áreas Terrestres Não Edificadas de Uso Coletivo

A área entre as cotas 40 e 150m, assim como a faixa de areia, podem ser consideradas como de uso comunitário, para agricultura familiar (roças), agroextrativismo, extração de madeiras em pequena escala, trilhas e serventias, captação de água e lazer.

⁹ O amianto é substância proibida pela legislação brasileira.

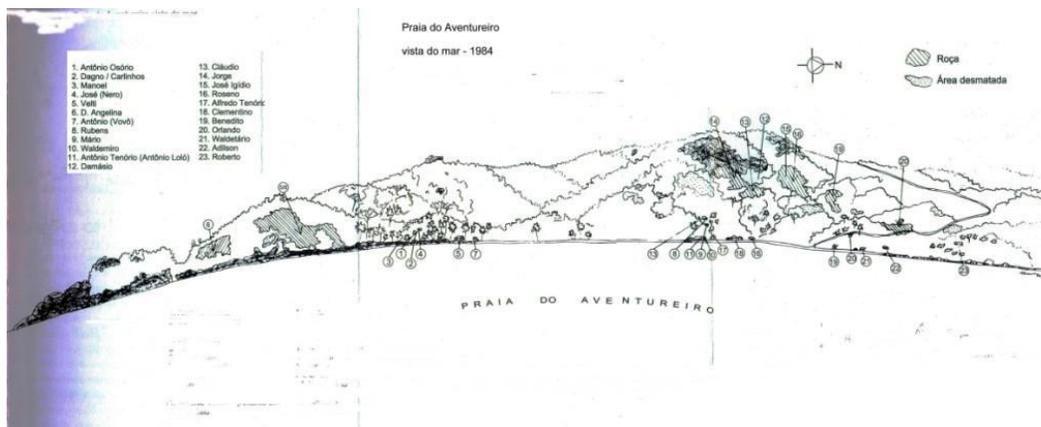
Segue uma apreciação sobre as formas de uso.

5.7.4.1. Agricultura, Sistemas Agroflorestais e Extrativismo de Madeira

a) Roças

A agricultura marcou o passado de todas as famílias caiçaras do Aventureiro, e desenvolvia-se na vertente leste das montanhas. Há 50 anos era chamado o Morro do Capim-melado, que garantiu a subsistência dessa população durante mais de um século. Também já existiram cafezais e plantações de arroz em algumas lavouras familiares. No tempo das grandes fazendas, em torno dos fins do século XIX e início do século XX, a lavoura era praticada intensamente em grande parte da área que hoje compreende a RBPS. Com a decadência das fazendas, grande parte das matas de encosta regeneraram e a roça foi mantida, em termos familiares, para subsistência e venda de farinha, principalmente, em Provetá.

Quando a FEEMA estudou a área em 1985, registrou 17 roças, conforme o mapa abaixo:



Em 1996, Rogério Ribeiro publicou um estudo mais detalhado sobre a agricultura desenvolvida pela comunidade do Aventureiro, assim descrevendo-a:

“em linhas gerais, o funcionamento da roça praticada até os dias de hoje na Vila do Aventureiro é o seguinte: após o plantio em uma área por cerca de 3,5 anos, esta é abandonada quando ocorre a redução de produtividade decorrente do empobrecimento do solo causado pela exportação dos nutrientes pelas colheitas ou por lixiviação. Por um período de 4 a 5 anos, o terreno é deixado em pousio”.

O cultivo principal sempre foi de mandioca. As bravas são consumidas apenas na forma de farinha, devido a alta toxicidade. As outras variedades, de aipim, podem ser consumidas como farinha ou simplesmente cozidas. Todo o processo de produção de farinha era e é feito manualmente em casas de farinha. Hoje restam apenas 4. Nos arredores do roçado, sempre se encontram variedades de banana, coqueiros, canaviais e bambuzais, plantados para demarcar o território de roçados e tigüeras. Os cuidados diários com os roçados destinam-se principalmente a evitar formigas, ervas daninhas e invasores como roedores. Há também as áreas em pousio, que são denominadas “tigüeras”. Em geral, as roças são unifamiliares, com dimensões que variam de 100 a 1200 m². Cultiva-se uma agricultura diversificada, e são feitos aceiros para o controle das queimadas.

Em 2004, dos 103 moradores do Aventureiro, apenas 12 mantinham suas roças, tendo seus “dono(as)” idades que variavam entre 40 e 70 anos. A produção era apenas para o consumo das famílias e a maioria delas possuía também camping, bar e barcos. Em outubro de 2008, os agricultores e agricultoras, interessados na regularização de seus roçados, pousios e capoeiras, levaram integrantes do GT aos locais de seus plantios, que foram georeferenciadas. O levantamento do GT identificou apenas 5 roças ativas, todas pequenas, com área média de 25 x 25 m e situadas entre as cotas de 30 e 150 m.

Áreas de plantio geo-referenciadas					
	Tipo	Altitude (m)		Tipo	Altitude (m)
1	Roça	45	10	Roça	77
2	Roça	60	11	Roça	149
3	Roça	73	12	Roça	34
4	Roça	66	13	Roça e casa farinha	36
5	Roça	67	14	Roça	51
6	Plantio de feijão	68	15	Bananal comunitário	73
7	Roça	85	16	Bananal do Demo	21
8	Roça	111	17	Bananal do Canto do Sul	11
9	Roça	82			
Fonte: Levantamento GT out/2008					
Nota: roças 4; 5 e 6 são contíguas.					

As roças recebem maiores cuidados apenas na baixa temporada. No verão, a maioria dedica-se às atividades de hospedagem e alimentação do turista. As roças estão em relativo declínio pois os mais jovens não tem motivação para a atividade, bastante extenuante. Ocasionalmente os jovens ajudam os pais. Mas não é freqüente pois a maioria estuda em Provetá.

As seguintes plantas são cultivadas:

Cultivar	Tipos e Variedades
Aipim	Manteiga, Rosa, Roxa e Branca
Mandioca	Vareta, Maricá, Preta e bordão de Santo Antonio
Cará	
Inhame	
Batata-doce	Marambaia, Cambadinha, Pão e Roxa
Cana	
Feijão	
Guandu	
Abóbora	
Milho	
Citronela	
Tomate	
Urucum	
Frutas	Abacate, Abacaxi, Coco (anão, da Bahia), Goiaba, Grumixama, Limão, Limão galego, Mamão, Manga, Maracujá, Melancia, Pitanga, Tangerina e Banana (variedades maranhão, prata, d'água, nanica, da terra, porco, figo, marmelo São tomé, araçá, flor, velaco, nanicão, preta, ouro, maçã e casada).
Fonte: Levantamento GT out/2008	

b) Plantas Medicinais

Algumas famílias conhecem e praticam a medicina tradicional, muito necessária e valorizada pela distância do atendimento médico. São comuns canteiros medicinais próximos às casas e o conhecimento de espécies florestais, onde cascas de árvores, raízes e folhas são utilizadas no tratamento de doenças. O livro "Cura, Sabor e Magia nos Quintais da Ilha Grande" (2003), que tem como uma das organizadoras uma nativa do povoado, descreve em detalhes os conhecimentos do Aventureiro.

c) Sistemas Agroflorestais

Ao redor das casas e de antigas ruínas se observam pequenos sistemas agroflorestais, onde em meio as árvores nativas estão bambuzais, pequenos canaviais, coqueiros, bananeiras, árvores frutíferas como fruta-pão, cambucá, grumixama, carambola, laranja da terra, tangerina, limão, abacate, jabuticaba, jambo, goiaba, araçá, pinha, manga e jaca. A caracterização desses sistemas pode indicar a presença daquelas famílias na área há cem anos, no mínimo.

d) Extrativismo de Madeira

Era comum a extração de diferentes tipos de madeira para diversos usos, listada no quadro abaixo.

Uso	Espécies
Lenha	Várias
Sustento de telhados	jequitirão, guapeba, guaraná
Colunas	casca preta, guapeba, issara, varas de mangue...
Moinhos de mandioca, pilões, gamelas	araçarana e muçutaíba...
Objetos domésticos	guaraná, esporão de galo...
Artesanatos	
Cabos para enxadas e machados	murta, murici, guareta.
Canoas e rolos de canoas	ingá-flecha, cedro, guapuruvu,
Remos	cubatã de remo, cubitinga, caxeta...
Tintas	caules de determinadas leguminosas eram utilizados para tingir tecidos, sendo cobí o principal

Fonte: Levantamento GT, 2008

Atualmente é muito rara a confecção de canoas, devido à proibição imposta pela RBPS. As árvores eram cortadas com machado e deviam ter mais de 60 cm de diâmetro. No local do corte, a árvore é moldada com uma ferramenta chamada enxó.

Foram georeferenciados alguns pontos significativos de extrativismo vegetal:

- Coqueiral do Demo: elevação 7m
- Guapuruvu seco: elevação 103m
- Retirada de madeira (próximo ao rio do Geraldino *): elevação 124m
- Retirada de madeira (próximo ao rio do Estevão *): elevação 90m
- Retirada de madeira (caminho do Issara): elevação 108m
- Retirada de madeira (caminho do Issara): elevação 122m

* Nesses rios existe a captação de água.

5.7.4.2. Extração de Areia, Barro e Pedra

A areia grossa vêm das praias e córregos e a argila é proveniente de encostas, o que facilita muito erguer residências e anexos. Em todas as construções, sem exceção, foram utilizadas rochas que são quebradas por técnicas rudimentares.

5.7.4.3. Caça

Moradores adultos têm grande capacidade de identificar pegadas, rastros, ruídos, sons, ninhos, tocas, épocas de reprodução e locais onde animais de caça podem ser encontrados. Antigamente, os animais caçados eram parte importante da dieta familiar e chegavam a ser consumidos mais de três vezes por semana. Eram principalmente pequenos mamíferos, répteis e aves. As caças preferidas são de paca, cutia, tatu, teiú e gambá.

5.7.4.4. Esporte e Lazer

A praia do Aventureiro é a principal “praça de esporte” do povoado, contendo um campo de futebol com balizes e traves para rede de vôlei. É também um dos locais mais utilizados para recreação, lazer e contemplação de moradores e turistas.

5.7.5. Área Marinha de Uso Coletivo

Corresponde a enseada da Praia do Sul, atual Parque Estadual Marinho do Aventureiro e águas próximas. As condições marítimas têm papel importante para a comunidade do Aventureiro, intimamente adaptada tanto às intempéries do oceano quanto à utilização de recursos naturais marinhos que variam ao longo do ano. Conforme as estações do ano e as condições marítimas, a comunidade se prepara para ressacas e maresias freqüentes. Conhecimentos locais sobre o meio, as marés, os ventos, as formas das nuvens e muitos outros, facilitam a previsão do tempo pelos caiçaras e a tomada de decisão sobre o que fazer.

5.7.5.1. Instalações Costeiras

O povoado dispõe de cais em péssimo estado de conservação e cujo formato não parec ser adequado para resistir por muito tempo ao embate freqüente das ondas. A Prefeitura de Angra dos Reis prontificou-se a consertar.

5.7.5.2. Pesca

A enseada da Praia do Sul sempre foi a principal área de pesca da comunidade do Aventureiro. Mas a pesca de cerco e arrasto intensiva praticada por grandes embarcações, vindas de outros locais, tanto na enseada quanto nas baías de Ilha Grande e Sepetiba e águas abertas próximas, acarretaram uma drástica diminuição dos cardumes. Todos reconhecem uma queda sensível na quantidade de peixe nos últimos anos.

Sazonalidade

No verão, a pesca é pouco praticada pois a maioria esta ocupada atendendo ao turista. Contudo, alguns pescam para cozinhar e servir ao turista ou por simples diversão. Nas demais épocas do ano a pesca é freqüente.

Locais de Pesca

Levantamento do GT identificou os seguintes locais mais utilizados para pesca:

- Saco do Aventureiro
- Enseada do Demo
- Canto do Demo
- Costao Demo
- Praia do Leste
- Canto Leste
- Costao Leste
- Praia do Sul
- Canto do Sul
- Ilhote
- Boca da barra
- Tacunduba
- Ponta da Tacunduba
- Meio do Largo Sul e Leste
- Cael Redondo
- Picirica Baixa
- Cael Alto
- Arpoador
- Resingueira
- Saquinho
- Pontão do Simão Dias
- Ponta da Pedra
- Cachoeira D'água
- Pau Caiu

Marcações terrestres de pesqueiros e *coleta de mexilhão: Pedra do Demo, Pesqueiro Ilhote, Boca da Barra e Pesqueiro do Leste.

Métodos de Pesca

Os métodos de pesca são majoritariamente antigos, herdados de portugueses e índios. Utilizavam anzóis e lanças de madeira, as fibras das raízes de plantas, como o imbé, imberana, e timumpeba. O bambu e o cipó-batata são utilizados para o feitio de artefatos de pesca, como o samburá, caniços e cestarias.

Principais artefatos de pesca:

- Rede de espera
- Rede de traineira
- Arrastão de praia
- Arrastão
- Linha de mão
- Negaça
- Varejo
- Caniço
- Molinete
- Fisga (não se usa mais)
- Tarrafa (muito raro)
- Zangareio ou garateia e arrastão de malha 15

A confecção de redes de pesca por algumas famílias se dá em diferentes moldes e tamanhos, de acordo a cada modalidade de pesca, como corvineiras, traineiras, arraste, cercada, cerco de espera, rede de espera e tarrafa, praticadas de acordo a cada época do ano e à incidência de peixes específicos. Em reunião com mais de 40 moradores, o GT inventariou alguns conhecimentos teóricos e práticos sobre a pesca no Aventureiro. Um deles foi o de modalidades de pesca e, a estes associados, os locais, as espécies, a época e, sendo o caso, o tamanho da malha da rede (**Anexo XI**).

Seguem comentários sobre tipos específicos e importantes de pesca.

- *Pesca da Tainha*

A pesca da tainha é historicamente ligada ao povoado. Antes da Reserva, o principal local de captura era as lagoas do Sul e do Leste. Eram montados, no canal que liga as duas lagoas, cercados e redes de pesca, com madeira e pedaços de redes, permitindo a entrada e impedindo a saída das tainhas na lagoa do Sul. Controlava-se também o tamanho dos peixes extraídos, e acompanhava-se as épocas de reprodução. A tainha tinha uma função de subsistência muito importante, sendo grande fonte de energia e sua ova é um complemento nutricional de imenso valor. Sua gordura era usada como combustível para lamparinas; os peixes e ovas em demasia, não consumidos em poucos dias, eram salgados para estender o prazo de consumo por mais de três meses.

Com as proibições impostas pela RBPS, a pesca da tainha focou na área do Parque Marinho, nas épocas de corrida da espécie. A quantidade atual não corresponde às expectativas da comunidade, pois também a pesca predatória reduziu o tamanho dos cardumes.

- *Pesca da Lula*

A pescaria da lula ocorre normalmente na primavera e no verão, coincidindo com o fenômeno da ressurgência marítima, podendo durar três meses. Contribui para a renda familiar e muitos moradores saem todos os dias de madrugada para pescar.

- *Coleta de Pequenos Moluscos e Crustáceos*

Diversos moluscos e crustáceos são coletados para alimento e para fazer isca, como o camarão de água doce (pitu), coletado nos córregos; o tatuí, nas areias das praias do Aventureiro, Demo, Sul e Leste. Os crustáceos, como siris e caranguejos; e moluscos bivalves, como mexilhões e ostras, coletados para alimentação nas pedras e costões rochosos. Além destes, são citados tatuíra, goia, santola, caracol, unha-de-velho, chave (búzio), e concha.

5.7.5.3. Recreação Aquática

Moradores utilizam as águas da enseada para banho, surf e mergulho.

5.7.5.4. Breve Notas sobre a Caça e Pesca Ilegais

O município de Angra dos Reis abriga uma das maiores frotas de lanchas particulares do Brasil e a Ilha Grande é bastante visitada por lanchas e helicópteros. Os turistas praticantes de caminhadas longas aparecem com grande frequência, vindos do Abraão pela trilha da Parnaioca. Neste tipo de turismo de rápido e fácil acesso são realizadas muitas vezes coletas de seres vivos, mergulhos e caça submarina, nos limites da Reserva e do Parque Marinho.

Pescadores de outras comunidades da Ilha caçam e capturam pássaros na Reserva e pescam no Parque Marinho, as vezes com embarcações com sonda, sonar e redes com mais de um quilômetro de extensão. Há informações que moradores das praias da Longa, Araçatiba, Vermelha, Tapera e Sitio Forte, caçam e pescam nas lagoas da Reserva, sendo comum encontrar armadilhas, picadas de caçadores, e restos de fogueiras de acampamentos. Muitos equipamentos de pesca, como redes e botes, estão escondidos entre a vegetação ao redor das lagoas do Sul e do Leste.

5.8. TRABALHO E RENDA

As principais atividades que geram renda para a comunidade são as seguintes:

Turismo	Hospedagem (camping), fornecimento de alimentação e bebidas, transporte de turistas e artesanato
Empregos Públicos	INEA, Prefeitura de Angra dos Reis e empresas terceirizadas por ambos
Aposentadoria	Alguns recebem aposentadoria do INSS
Pesca	Importância econômica relativamente pequena

A partir de meados da década de 90, os moradores começaram a aliar às atividades tradicionais de agricultura e pesca, também o turismo e os empregos públicos, como funcionários da Prefeitura, na escola e na limpeza de praias e trilhas, ou como funcionários da FEEMA na fiscalização da Reserva Biológica e nos cuidados com a sede.

Mas, o turismo, basicamente o gerenciamento comunitário de campings, restaurantes, bares e transporte de passageiros, foi ganhando cada vez mais importância e é atualmente a principal fonte de renda das famílias.

As condições materiais de vida da população sofreram muitas transformações. O dinheiro ganho com o turismo e o acesso a energia elétrica, com o uso disseminado de geradores a óleo diesel, democratizou bastante, por exemplo, o uso de eletrodomésticos. Antes existiam apenas dois ou três aparelhos a bateria em toda a comunidade.

Hoje, praticamente todas as casas têm televisão e antena parabólica, liquidificadores, máquinas de lavar roupa, *freezers* e geladeiras, tão importantes para armazenar as bebidas e comidas servidas aos turistas.

Estas mudanças são entendidas como parte de uma “melhoria” de suas vidas em geral. As próprias casas mudaram. Quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm pedaços em alvenaria acoplados ao restante de estuque e não se vêem mais telhados de sapê. Alguns poucos são de telhas, mas a maioria é de amianto, material mais leve e barato.

5.8.1. Turismo de Base Comunitária

De longe, o turismo de base comunitária é a principal fonte de sustento da população, conforme demonstrado nos estudos de H. Catão e S. Wunder. Graças ao turismo, o progresso da comunidade é visível.

5.8.1.1. Panorama Geral

A chegada de turistas ao Aventureiro tornou-se intensa apenas a partir da demolição do Instituto Penal Candido Mendes em 1994. Tendo diminuído a atividade agrícola e, por último, a pesqueira, os moradores locais viram, com a chegada dos visitantes e turistas, abrirem-se novas possibilidades de trabalho¹⁰.

Um aspecto importante no turismo no Aventureiro, em relação às outras localidades da Ilha, é que a quase totalidade dos que trabalham com a atividade é formada por moradores nativos.

Não se verifica, como na maioria dos destinos turísticos, migrantes liderando as atividades comerciais e os habitantes locais atuando secundariamente, salvo raros casos de pessoas que foram morar lá e também de nativos ex-moradores que retornam na alta estação e abrem seu bar na varanda de casa. Além dos campings de quintal, a venda de refeições e bebidas e o transporte de turistas nos barcos figuram como importantes fontes de renda.

H. Cartão cita que *“o turismo parece reafirmar certa estratificação social já existente de longa data no Aventureiro. Foram geralmente as famílias com melhores condições econômicas, que tinham mais roças e barcos e que ganharam mais dinheiro com a pesca embarcada, as que se ligaram mais prontamente ao turismo, estabelecendo os campings na praia, lugar privilegiado para esta atividade. Foram também elas que construíram os melhores banheiros e que, atualmente, oferecem maior diversidade de produtos para venda. Estas famílias têm geralmente, melhor situação econômica que as famílias que moram “no morro”. Nas épocas de alta temporada, costumam empregar em seus negócios os menos favorecidos economicamente. Alguns se dedicam, em primeiro lugar, à roça e/ou à pesca e, secundariamente, aos acampamentos em seus terrenos e a outras atividades ligadas ao turismo, como a venda de artesanato, de “sanduíches naturais”, ou trabalhando no negócio de amigos e parentes. É certo, entretanto, que grande parte dos moradores está de alguma forma, ligada ao turismo. Até mesmo os das casas mais altas no morro, em que os turistas só costumam ir quando na praia não há mais lugar”*.

Prossegue H. Catão:

“A maioria dos turistas que freqüentam o Aventureiro são jovens na faixa etária entre 18 e 25 anos, estudantes universitários e surfistas. A praia tem fama de ter ótimas ondas. Costumam permanecer por lá entre três dias e uma semana. Fazem caminhadas pelas redondezas, até Provetá ou Parnaioca, ou caminham até as praias mais distantes. Há os que estão fazendo a volta na Ilha a pé e apenas pernoitam no Aventureiro. Outros estão sempre por lá. Qualquer fim de semana prolongado aparecem. Estes, de modo geral, ficam sempre no mesmo camping, e já são conhecidos dos moradores.

Os turistas são esperados e sua chegada é de algum modo desejada, embora também temida. Muitos moradores vêem o turismo como uma “salvação” de sua vida penosa do passado, em que não havia dinheiro circulando. Porém, sua partida é também ansiada, como nas palavras de uma nativa já idosa: “não vejo a hora desse pessoal ir embora pra voltar o sossego”. Sua filha em outro momento havia dito: “já estou preocupada que vem aí o final do ano, depois o carnaval e vai começar toda aquela bagunça e aquela trabalhadeira”.

¹⁰ Apesar da forte ligação com o turismo, nota-se o quanto as atividades agrícolas e a pesca, mesmo para aqueles que possuem barcos, camping e bares, ainda são importantes. O acesso mais próximo ao alimento, com a roça, o extrativismo e a pesca, principalmente quando o mar está difícil, fazem muita diferença.

Sentem-se mais incomodados quando bebem muito ou usam drogas mais pesadas e “sai confusão”.

O turismo, na opinião de moradores, causa às vezes alguns transtornos, como, por exemplo, quando turistas se ferem em caminhadas ou com as pranchas. Como não há um posto médico, são atendidos na casa de uma moradora que é agente de saúde e que improvisou ali um pequeno ambulatório.

Desde 2006, após uma matéria jornalística sobre depredação ambiental na Ilha Grande – que acirrou operações feitas por uma força-tarefa ambiental formada principalmente pelos órgãos ambientais do estado e do município proibindo durante um período o acampamento no Aventureiro, o turismo passou a ser controlado e o número de visitantes limitado a 560 pessoas por dia.

Por outro lado, formas coletivas de organização têm sido bem sucedidas., como a construção de uma barraca de bambu no início da praia para informações turísticas, controle dos alojamentos, venda de passagens de barco e ordenamento da lotação dos barcos nos períodos de maior demanda. Faz parte deste processo de contenção e de organização do turismo o aumento do preço das diárias dos campings. Em 2004 custavam R\$ 5,00 e agora estão atualmente em R\$ 20,00/pessoa/dia.

As opiniões dos moradores se dividem sobre os benefícios e prejuízos de tal sistema. Muitos se declaram satisfeitos, alegando que sua qualidade de vida melhorou com o controle. Afirmam que o turista agora é mais selecionado, menos bagunceiro, menos depredador. Dizem que agora ganham mais trabalhando menos. Outros, no entanto, dizem que só os campings mais bem equipados ficam sempre cheios, reclamam que este número limite é muito baixo, que há condições para ampliações e melhorias. Mas, de um modo geral, são a favor de que haja um controle. Porém, um aspecto desse novo sistema tem desagradado os moradores, em geral: o fato dos barcos do Aventureiro não terem obtido o credenciamento para conduzir os turistas de Angra para o Aventureiro e só poderem fazê-lo na volta ao continente. Com isto, o serviço do trajeto de ida está monopolizado por um barco credenciado pela Prefeitura, o Maracá. A passagem custa R\$ 30,00 (jan/2008)”.

5.8.1.2. Motivação

Em reunião na comunidade (12/10/2008), o GT do Aventureiro discutiu diversos aspectos do turismo, começando pela pergunta “*Por que o turista gosta de vir ao Aventureiro?*”.

As seguintes motivações foram lembradas pelos moradores:

- A natureza
- A beleza única da praia do Aventureiro
- O mar
- Não tem muita construção, não tem carro
- Ar puro
- Segurança
- Tranquilidade
- Surfe
- Descanso
- Sem poluição
- A mata
- A restinga
- A areia branca
- A comunidade caiçara
- A Reserva Biológica
- As lagoas
- Pedra da Sundara
- Caminhadas e trilhas
- Cartão postal
- Pode pescar
- A Ilha Grande apontada como o segundo maior atrativo
- A simplicidade
- A acolhida, a receptividade, atenção da comunidade
- Participar do cotidiano da comunidade
- Os produtos que a comunidade faz
- O vinagre de banana, a farinha de peixe seco, o doce de banana, doce de mamão, de laranja, o pirão, o café de cana, a paçoca
- Barquinhos de madeira, arte de fibra
- Plantas medicinais, redes
- As roças
- A unidade da comunidade
- A história e o passado
- A relação com o mar
- O turismo de base comunitária
- Desenvolvimento sustentável
- A fé em Deus

5.8.1.3. Instalações e Serviços de Apoio ao Turista

O quadro abaixo resume a situação.

<i>Cais</i>	Encontra-se em estado precário, necessitando de reforma. GT solicitou a Prefeitura que irá providenciar.
<i>Trilha Parnaioca-Aventureiro</i>	Trilha com sinalização errada e em condições muito ruins, em especial no trecho de subida partindo de Provetá, com várias sulcos. O trecho de descida para o Aventureiro tem alargado desnecessariamente devido a prática de retirada de folhas. Não há qualquer estrutura simples de descanso para o turista, como bancos feitos em madeira e pedra.
<i>Recepção</i>	Uma cabine rústica da AMAV atende e direciona os turistas aos campings, mas não informa “o que ver e fazer”. É plenamente possível melhorar este serviço. A Cabine precisa de reforma.
<i>Hospedagem</i>	A AMAV realiza a função de receber turistas e direcioná-los aos campings, a cobrança de diárias com preços tabelados, o registro de cada visitante e a distribuição da renda entre os donos dos campings. Esse método evitou a inadimplência de alguns turistas e a permanência de pessoas dormindo ou acampando nas praias. Alguns moradores têm procurado organizar melhor a atividade seja a seu modo, seja por influência de agentes externos. Alguns possuem mais estrutura, como banheiros melhores, redes na varanda e televisão com DVD. Em outros, os donos simplesmente cedem um pedaço de seu terreno aos campistas. Os campings da praia e proximidades são os mais procurados e equipados. No canto oeste da praia, um morador construiu uma hospedaria com quatro quartos.
<i>Alimentação e Bebida</i>	Restaurantes e bares simples fornecem a preços módicos, pratos feitos, refrigerantes e cervejas. O GT realizou um levantamento simples dos pratos da culinária tradicional do Aventureiro, com apoio das mulheres, procurando realçar como esses conhecimentos podem ser valorizados junto ao turista e comercializados. Infelizmente a culinária local não figura entre as alternativas de alimentação oferecidas aos turistas. As refeições resumem-se aos pratos feitos invariavelmente com arroz, feijão, macarrão, batata frita, peixe frito, carne ou ovo frito, tomate e cebola. Petiscos são raros
<i>Produtos Artesanais</i>	Atividade incipiente, apesar do grande potencial. São produzidas miniaturas de barcos de madeira e arte de fibra (cestaria, etc) vendidos aos turistas. Produtos alimentares artesanais são por exemplo o farinha (de excelente qualidade), vinagre de banana, farinha de peixe seco, doces de banana, mamão e laranja, e a paçoca.
<i>Trilha para Sundara</i>	Necessita de reparos, sinalização e melhor manutenção
<i>Transporte de Turistas</i>	Alguns moradores possuem barcos para transporte de passageiros. Os barcos necessitam passar por inspeção da Capitania dos Portos para serem licenciados.

Nenhum passeio guiado é oferecido. Para um local com precipitação alta, ressurte-se de uma estrutura comum, mesmo que rústica, para abrigar e entreter turistas em dias de chuva e eventualmente a noite.

5.8.1.4. Atrações e Atividades Existentes e Potenciais

As principais atrações do local são, sem dúvida, a paisagem (cenários naturais de tirar o fôlego), a natureza em excelente estado de conservação, as praias do Aventureiro e Demo com suas águas límpidas com boas ondas, a inexistência de infra-estrutura de grandes hotéis e de veículos e a própria cultura caiçara e sua vida simples. O relativo isolamento tem forte apelo para moradores urbanos. Oficinas líticas nas praias do Aventureiro e Demo são também atrações. Com apoio e participação da comunidade, foram inventariadas de forma expedita as atrações e atividades existentes e potenciais apresentadas no quadro a seguir.

Atividades	Modalidade	Notas
Aquáticas	Surf * / jacaré	Nas praias do Aventureiro e Demo. Ondas em qualquer direção de swell..Ondas de qualidade o ano todo.
	Banho de mar	Ano todo, principalmente no verão
	Mergulho contemplativo	Ano todo, principalmente no verão
	Passeio de barco	Principalmente no verão, na enseada, com barco alugado.
	Pesca de linha	Ano todo, principalmente no verão
Terrestre	Caminhadas	Para Parnaioca e Sundara
	Contemplação da natureza	Em movimento ou a partir de mirantes: pedras da, Sundara (melhor vista do Aventureiro e Reserva), Espia e Bandeira.
	Apreciação da floresta	Ao longo das trilhas para Sundara e Proveta
	Apreciação de Patrimônio Arqueológico	Visitas aos amolares nas praias do Aventureiro e Demo e na gruta da picirica do DEMO
	Observação das aves	Ao longo das trilhas
	Futebol, vôlei	Praia do Aventureiro
	Cinema	Pode ser oferecido em tela de TV para entretenimento noturno
Experiência Caiçara	Visita a Casa de Cultura Caiçara	Visita guiada ou auto-guiada para conhecer a cultura caiçara
	Passeio de canoa típica	Na enseada, conduzido por guia, em canoa alugada
	Curso de canoagem	Curso de como remar sozinho ou em grupo uma canoa caiçara
	Pesca em canoa	Tainha e Lula, com guia
	Ouvir Estórias / Histórias	Caminhadas ou rodas a noite na praia com contadores de história
	Visita às casas de farinha e roças	Caminhadas guiadas com explicação
	Confecção de rede, tapiti, samburá	Aprendizado com instrutores locais. Compra
	Participar de Roça	Aprender as técnicas de pantio
	Culinária Caiçara	Apreciar pratos típicos e/ou aprender a fazer.
	Festa de Santa Cruz	Em janeiro
	Festa junina simples	Em junho ou julho
	Dança da fita	
	Forró	Ocasionalmente no anexo da Igreja
Cinema	Pode ser oferecido em tela de TV para entretenimento noturno	
Fonte: GT Aventureiro		

5.8.1.5. Benefícios do Turismo

O Aventureiro é um caso exemplar de como o turismo de mochileiros, gerenciado por uma comunidade, pode trazer grandes benefícios, desde que bem organizado. Com a renda auferida basicamente pelo camping e pela venda de comida e bebida, o turismo simples contribui significativamente para a diminuição da pobreza. Estudos de Sven Wunder mostram que a renda mais que duplicou. A melhoria das casas e a compra de geradores, freezers, refrigeradores e fogões são indicadores visíveis. O Aventureiro derruba um mito muito falado na Ilha Grande, que somente turistas de alto e média renda impactam positivamente a economia da ilha.

5.8.2. Empregos Públicos

No total 12 moradores são funcionários públicos ou prestadores de serviço. O INEA utiliza 4 moradores na gestão e patrulhamento da Reserva enquanto a PMAR emprega 8 em serviços educacionais e de limpeza. O quadro abaixo mostra os moradores que possuem vínculo empregatício direto ou indireto com órgão público.

Qtde.	Vínculo	Emprego
8	Prefeitura Angra dos Reis e empresa terceirizada	Professora, Merendeira, Zelador. Agente comunitário de saúde e Garis (4)
4	INEA e empresa terceirizada	1 servidor do quadro do INEA 1 Encarregado e 2 Guardiões contratados pelo PEIG e lotados na Reserva

5.9. SERVIÇOS

5.9.1. Organização Judiciária e Segurança

Os problemas judiciais são resolvidos em Angra dos Reis. Não há posto de policiamento local. Provetá conta com a presença constante de dois guardas da Polícia Militar. Em caso de necessidade podem ser chamados para auxílio na segurança do Aventureiro, podendo receber queixas e levá-las a Angra dos Reis.

5.9.2. Educação

Conta com uma escola municipal, com uma única classe multi-seriada, ou seja, composta por uma turma de alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, atualmente com 6 alunos. Está sob a responsabilidade de uma única professora, que é moradora incorporada, pois é casada com um nativo. Para continuar os estudos, crianças e jovens vão diariamente a Provetá, onde há turmas até o ensino médio. A Prefeitura disponibiliza um barco para transporte diário. Quando o mar impede a navegação, os estudantes seguem pela trilha.

5.9.3. Atendimento médico

Uma das reivindicações recorrentes é a falta de local para atendimento e guarda de equipamentos e medicamentos. Primeiros socorros são prestados por uma moradora, agente de saúde, que tem dificuldades em conseguir material para atendimento, que precisa ser buscado em Angra dos Reis ou em Provetá. A lancha da Defesa Civil municipal e um helicóptero são acionados em casos de emergência.

5.9.5. Comunicação

A comunicação no Aventureiro é extremamente ruim por não existir telefone público. Há celulares entre os moradores que, no entanto, não costumam receber sinal, funcionando de forma precária e eventual. Apenas 4 famílias têm antenas particulares que possibilitam o uso do celular na comunidade. Instada pela SEA por três vezes, a OI negou a prestação do serviço alegando que o Povoado não cumpre os requisitos do Plano de Metas de Universalização de TUPs. Possuir um telefone público é uma necessidade premente para um destino turístico. Poucos tem conexão com a internet via rádio.

5.9.6. Energia Elétrica

A rede elétrica operada pela AMPLA tem como ponto final a vila de Provetá, não prosseguindo até o Aventureiro. Neste local, a maioria dos moradores tem geradores movidos a óleo diesel, que são ligados ao escurecer e desligados por volta das 22 horas, ou à meia noite, quando há turistas. Uma família gasta em média R\$ 200,00/mês (2008) para se beneficiar das poucas horas de energia dos geradores. Como o custo é alto, a maioria deixa o dia todo desligado, o que impossibilita o uso de geladeiras e freezers. Só nos meses de janeiro ou em feriados grandes, como carnaval e Semana Santa, é viável ligar mais de uma vez ao dia. Uma geladeira a gás, que seria uma solução, custa cerca de R\$ 2.000,00. Por isso, a chegada da eletricidade é um dos maiores desejos dos moradores. O GT buscou soluções tecnológicas para eletrificar o povoado. No dia 20 de outubro de 2008, o então IEF encaminhou e apoiou um pedido de instalação de energia elétrica feito pela AMAV, ao Programa Luz Para Todos, através da AMPLA, responsável pelo serviço na região. Mais tarde, verificou-se a impossibilidade legal de trazer a rede elétrica de Provetá até o Aventureiro, pois esta atravessaria a Reserva Biológica.

5.9.7. Abastecimento de Água

O abastecimento é feito basicamente por cinco fontes: quatro córregos, com leitos de até três metros de largura que estão assoreados em boa parte de seus cursos e que desembocam na praia do Aventureiro; e o rio do Simão Dias, que desemboca no costão rochoso, próximo a Ponta da Resingueira.

A captação é feita por mangueiras ou canos que chegam às caixas de água. Em dias de chuva é comum ocorrer a quebra das bóias de contenção, causada pela força da água. É também corriqueiro que as torneiras permaneçam abertas constantemente ou que as caixas vazem o excesso de água pelo ladrão. Nos leitos dos córregos, existem algumas barragens rústicas de pedras e cimento para o abastecimento particular. O SAAE da Prefeitura de Angra dos Reis construiu uma represa e instalou uma caixa de água de 10.000 litros para o abastecimento comunitário que, no entanto, é utilizada por poucas casas. A água é consumida sem tratamento.

Foram georeferenciados os seguintes pontos de captação:

Manancial	Elevação (m)
Rio do Maneco Lima	75
Início da Trilha do Simão Dias	65
Córrego Mané Menezes	70
Rio Simão Dias	140
Rio do Dario	54
Rio do Carlinho	41

5.9.8. Esgotos

Não há rede de esgoto. O sistema utilizado é o de fossas secas, ou sumidouros, que consistem em buracos vedados para onde os despejos são direcionados através de canos. Têm uma vida útil determinada, variando de acordo com a permeabilidade do terreno. No Aventureiro, devido às areias serem muito finas, a permeabilidade não é muito boa e o escoamento é lento. Deste modo, a gordura contida nos despejos vai impermeabilizando o terreno e os dejetos começam a voltar, indicando o momento de abandonar a fossa. As fossas têm entre dois e dez metros cúbicos e entram em contato direto com o solo, normalmente sem suspiro para gases. Muitas casas e estabelecimentos possuem até quatro fossas, devido ao enchimento dos sistemas de retenção de esgoto. As águas servidas (pias da cozinha e do banheiro e chuveiros) são despejadas nas barras dos córregos ou diretamente nas areias da praia, formando pequenas "línguas negras". Portanto, a água com resíduos domésticos da maioria das residências e estabelecimentos é eliminada nos córregos, na praia ou em alguma encosta, sem passar por qualquer tipo de tratamento.

5.9.9. Lixo

Os resíduos das casas e os de varrição são recolhidos diuturnamente por uma equipe de 4 garis contratados pela Prefeitura de Angra dos Reis. Os sacos com detritos são dispostos em local próximo ao cais. O serviço de coleta do lixo da Prefeitura é supostamente quinzenal, sendo realizado através de barco, mas já houve períodos de até dois meses sem esse serviço público.

5.9.10. Taxas, Impostos e Multas

O IPTU é cobrado anualmente pela Prefeitura de Angra dos Reis e a taxa de ocupação é cobrada pelo SPU. Há uma reclamação generalizada contra a Prefeitura por causa de multas que foram aplicadas aos bares por não estarem legalizados. Nas reuniões do GT no Aventureiro, este tema, embora não seja integrante da pauta, surgiu reiteradamente. Moradores tem cobrado a anistia das multas.

5.10. PATRIMÔNIO CULTURAL E RECREAÇÃO

5.10.1 Patrimônio Cultural Material

a) Pedras com marcas de antepassados

Datadas de 3.000 AP, podem ser observadas no canto da praia do Aventureiro (Charnockito), no dique de diabásico da praia do Demo e na gruta da picirica do Demo.

b) Antigas casas de estuque e fogões de tacunduba

Ao longo dos anos, muitos materiais de construção foram sendo substituídos. Antigamente, os telhados eram cobertos com sapê (tipo de capim); as paredes, erguidas com base em tramas de bambu e sustentadas por colunas da palmeira issara, eram preenchidas com uma massa de argila e sapê, e revestidas de um tipo de solo esbranquiçado, de consistência argilosa, a tabatinga, que tinha um aspecto de massa corrida. O piso das casas era de argila batida com a bainha das folhas de coqueiro. Essas construções artesanais são conhecidas como casas de estuque. As casas de estuque guardam relação com a arquitetura caiçara. Geralmente são baixas, têm janelas e portas pequenas feitas manualmente, e os banheiros e cozinhas com fogão a lenha são externos.

Os antigos fogões, conhecidos como “tacunduba”, são outra característica peculiar. Feitos com três pedras em círculo onde se encaixava a panela, a lenha queimava ao redor, aquecendo as pedras e o alimento. O nome dado ao fogão deve-se à sua semelhança com a Pedra da Tacunduba, que está localizada entre a Reserva Biológica da Praia do Sul, o Parque Marinho do Aventureiro e o Parque Estadual da Ilha Grande.

c) Casas de Farinha

Antigamente muitas famílias produziam farinha da mandioca que plantavam em suas roças, sendo este produto, junto com o peixe, a base da alimentação comunitária. A casa de farinha e seus aviamentos (roda, cocho, gamela, prensa, tipiti e forno) eram produzidos localmente. A farinha foi a principal fonte de renda para a comunidade, na época em que havia muita lavoura na região. A farinha do Aventureiro era muito cobiçada na Ilha Grande, considerada de ótima qualidade. Muitas famílias a produziam para vender em Provetá, levando os sacos pela trilha, junto com a produção de coco. Há hoje apenas 04 casas de farinha no Aventureiro e a farinha continua excelente.

d) Canoas

As canoas de cedro, guapuruvú e outras madeiras são construídas com base e técnicas herdadas de antepassados indígenas que foram a cultura caiçara.

5.10.2 Patrimônio Cultural Imaterial e Recreação

Alguns saberes e práticas culturais tradicionais do Aventureiro foram abandonadas, como a construção de casa de estuque; ou têm sido pouco exercidas atualmente, como a confecção artesanal de pilões, moinhos de pau, remos e redes de pesca. É bem verdade que o uso de lenha e a confecção de utensílios em madeira são dificultadas pela proibição de retirar matéria-prima da floresta.. Um importante costume antigo e agora extinto, era o de acender fogueira à noite na praia para reunir os amigos e contar histórias. Segundo um morador, hoje em dia “todo mundo fica dentro de casa vendo televisão”. No entanto, muitos conhecimentos teóricos e práticos vêm resistindo através das gerações, e se adaptando.

Exemplos são o cultivo de lavouras, as diversas modalidades de pesca e de tratamento do pescado, a culinária, a produção de farinha, o artesanato, festividades e histórias locais. O conhecimento sobre ervas medicinais e muitos outros recursos naturais disponíveis, saberes diversos guardados pelos mais velhos, ainda que ameaçados e em desuso, ainda estão presentes na comunidade. São extremamente importantes para a autonomia e a identidade

local e mereceriam atenção cuidadosa, aproveitando o momento de regularização fundiária proposta e as possibilidades que se abrem para a comunidade.

Seguem comentários sobre as principais manifestações e eventos.

a) Festa de Santa Cruz

A igreja local representa uma instituição valiosa culturalmente e há mais de 120 anos acontece uma comemoração em homenagem a padroeira do local, a Festa de Santa Cruz. Também referida como “a Festa do Aventureiro”, é a comemoração mais importante, segundo moradores. A festa dura três dias – de sexta a domingo – sendo sábado o dia mais importante.

É organizada anualmente por um “festeiro”, que muda a cada festa. É geralmente um homem casado, escolhido pelo anterior e mantido em segredo até o momento do leilão, realizado depois dos batizados, casamentos, procissão e missa, celebrados nesta única oportunidade do ano. Após o leilão, no sábado, é anunciado o nome do festeiro do próximo ano e dos outros vários cargos de organizadores, tais como juíza do altar e encarregada da decoração; primeiros e segundos juizes e juizas, que doam quantias mais representativas para a festa seguinte e o “procurador de dinheiro”, que cuida de arrecadar os recursos necessários. Há também a zeladora da igreja, responsável pelos cuidados e limpeza da capela durante todo o ano e pela arrumação durante os dias da festa.

No leilão as pessoas dão lances altos para produtos como pães, queijos, bolos e bebidas, exercitando uma demonstração pública de prosperidade e desprendimento, além de reafirmar a importância que dão ao evento e, portanto, à tradição, uma vez que todo o dinheiro arrecadado é guardado para a festa do ano seguinte. Esta atitude pode ser entendida também como um ato de generosidade que tem o poder de reforçar os laços entre os membros da localidade. Depois do leilão há sempre um forró que vai até o dia amanhecer.

Até hoje, durante o leilão, tudo pára no Aventureiro. Os bares fecham, ninguém pode servir comida ou bebida. Assim é comum encontrar jovens turistas desavisados à procura de alguém que os sirva refeições e o pessoal do lugar tem que fazer certo esforço para se desvencilhar do assédio de turistas em busca de comida, para poder ir à festa. De uma forma ou de outra, ao se aproximar a hora do leilão, todos vão fechando os bares e se dirigindo ao salão da igreja. O leilão começa em torno das oito horas da noite e vai até onze e meia ou meia noite.

No forró, que também acontece no salão aberto ao lado da igreja, denominado localmente de “coreto da igreja”, apenas um ou outro turista entra para dançar. O forró é um momento de confraternização entre os moradores, os parentes e amigos vindos de outras praias da Ilha ou de Angra, com os “de fora” que têm casa no Aventureiro e que são considerados amigos.

A Festa do Aventureiro parece simbolizar a unidade e a continuidade daquela população. Os mais velhos têm sempre muitas histórias para contar com relação à festa em anos passados e falam de sua importância para eles. É um dos raros momentos em que praticamente todos ficam envolvidos. A maioria das famílias locais é católica e participa ativamente na festa.¹¹

b) Bandeira do Divino

Todos os anos a Bandeira do Divino ia de Paraty para a Ilha Grande e passava pelo Aventureiro.

c) Histórias e Lendas

O livro “Lendas da Ilha Grande” (2000), de autoria de Neuzeli Cardoso, nativa do Aventureiro, conta várias histórias do povoado. É um recurso de grande interesse para o turismo.

¹¹ Descrições e significados mais em detalhe sobre a Festa de Santa Cruz estão em Villaça e Maia (1988, 2006); Catão 2003 ...

d) Culinária

Em reunião na comunidade (12/10/2008) o GT promoveu um levantamento rápido dos pratos típicos da culinária do Aventureiro, com apoio das mulheres.

A maioria dos produtos utilizados provém das roças e quintais e estão também associados à pesca e a existência de casas de farinha: legumes, raízes e tubérculos; cana, milho, farinha e frutas diversas, os pescados e a lula.

Alguns pratos típicos:

- Lula na brasa
- Peixe assado na brasa
- Guandu com tainha
- Tainha recheada com ova
- Peixe seco desfiado
- Peixe com banana
- Peixe seco com abóbora
- Pirão
- Purê de batata doce
- Farinha de mandioca
- Farinha de coco
- Farofa de peixe
- Farofa de banana
- Paçoca de banana
- Vinagre de banana
- Banana verde frita
- Aipim frito
- Pamonha
- Angu de coco
- Mamão verde ensopado
- Café de caldo de cana
- Beiju de coco
- Bolo de aipim
- Bolinho de chuva de banana
- Doce de laranja com caldo de cana
- Puxa puxa
- Rapadura
- Fruta pão (bolo, pudim, com galinha, frita, assada, bolinho)

Uma das comidas considerada mais tradicional é o peixe com banana. As bananeiras permanecem, compondo a paisagem e a alimentação relativamente pobre em frutas. Um morador (58 anos) contou que no seu tempo de criança e de jovem, o peixe com banana era praticamente a comida de todo dia. O peixe era (e ainda é) a proteína animal mais freqüente. Era comum levar o peixe salgado para a roça, deixando de molho na água e depois assando na brasa, acompanhado de sopa de farinha (farinha de mandioca de molho em água). De vez em quando, galinha e outras carnes apareciam na alimentação, mas apenas aos domingos. Faziam também beiju, puxa-puxa e melado.

Por motivos diversos, entre eles a grande dificuldade de conservação de alimentos (pela falta de geladeira), a interdição da caça (que fazia parte dos costumes antigos) e a proibição de criar animais (como galinhas e porcos), o prato habitual do Aventureiro nos dias atuais é composto geralmente por arroz, feijão, peixe e batata frita. Assim também são os PFs (pratos feitos) servidos aos visitantes. Com a diminuição drástica das roças e quintais, quando muito consomem também tomate e cebola, ou bem mais raramente pepino e alface.

e) Artesanato

Há nativos que fazem artesanato como brincos e pulseiras, e com fibras de bananeiras, entre outros, mas também miniaturas de traineiras e canoas de madeira, que vendem para os turistas.

f) Futebol

O futebol é um dos divertimentos mais apreciados pelos homens, embora algumas meninas também sejam adeptas. Quase diariamente há uma “pelada” na praia. Eventualmente disputam partidas com os times de Provetá ou da Praia Vermelha.

6. A RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA PRAIA DO SUL

Esta parte do relatório foi elaborada essencialmente com base no Plano Diretor da Reserva, produzido pela FEEMA em 1985, complementado por observações de campo e outras poucas fontes. Recomenda-se a leitura do texto utilizando-se ao menos tempo as imagens fornecidas pelo relatório fotográfico.

6.1. CONFRONTANTES E DIMENSÕES GEOGRÁFICAS

Os limites oficiais da RBPS estão descritos no Decreto Estadual nº 4.972 de 02/12/1981. O entorno da Reserva é constituído pelo Parque Estadual da Ilha Grande a oeste, norte e leste, pelo PEMA ao sul e por um curto trecho de mar aberto entre as pontas do Drago e Escada. As dimensões geográficas da RBPS são:

Superfície (ha)	3.436
Perímetro total (km)	43,3
Perímetro Terrestre (km)	24,6
Perímetro Aquático	18,7
Distância N-S (km)	7,1
Distância L-O (km)	5,8
Fonte: INEA - Medição computadorizada, baseada em cartas da Diretoria do Serviço Geográfico em escala 1:25.000	

Há uma superposição nos limites entre a RBPS e o PEMA. Não está claro onde fica por exemplo, as praias do Leste e do Sul e o Ilhote do Leste.

6.2. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS

6.2.1. Definição legal

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei nº 9.985 de 18/07/0, Art. 10), uma Reserva Biológica:

- *“tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.*
- *é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.*
- *é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico”.*

6.2.2. Governança

A Reserva é uma unidade administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e encontra-se sob a guarda do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), vinculando-se a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas. O endereço da Administração do Parque Estadual da Ilha Grande é:

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Administração do Parque Estadual da Ilha Grande
Av Beira Mar, s/nº, Vila do Abraão. Angra dos Reis / Rio de Janeiro
CEP: 23940-000 Tel (24) 3361-5553

A autoridade local responsável pela gestão da Reserva é o Administrador do Parque Estadual da Ilha Grande (INEA). Sob sua supervisão estão alocados um Adjunto de Operação RBPS/PEMA, que coordena um vigilante e dois guardiões. A Reserva não dispõe de Conselho Consultivo, sendo esta função exercida pelo Parque Estadual da Ilha Grande conta com representante do Aventureiro.

Administradores da Reserva Biológica	
Eng ^o . Agrônomo Alceu Magnanini	1981- 1982
Geógrafo Rogério Ribeiro de Oliveira	1983 – 1991
Pedro Paulo	1991-1992
Bióloga Norma Crud Maciel	1993 – 2007
Agrônomo João Emilio Fernandes Rodrigues	2007 – 2008 (set)
Eng. Florestal Gilberto Terra	2008 (set) – 2009

O Plano de Manejo da Reserva, chamado de Plano Diretor, foi aprovado pelo Conselho Diretor da extinta FEEMA em novembro de 1985, mas nunca foi publicado em Diário Oficial.

As seguintes atividades foram ou vem sendo realizadas pela equipe local:

Orientação ao visitante	Orientando quanto as oportunidades de recreação e restrições
Patrulhamento	Diuturno pelas praias e trilhas
Inventário de trilhas	Planejamento para posterior recuperação
Limpeza de praias, trilhas e costões	Remoção diuturna de lixo nas trilhas e ocasional nas praias do Leste e Sul. Em 2008, toneladas de lixo trazidos pelo mar e depositados por décadas nas praias do Sul e Aventureiro foram removidos em sistema de mutirão organizado pela Administração do Parque Estadual da Ilha Grande.
Remoção de placas danificadas	Diversas placas danificadas, algumas abandonadas há anos, foram removidas para reaproveitamento ou entrega para reciclagem.
Manutenção da sede	Pequenos reparos nas casas e limpeza dos arredores
Coleta de sementes de plantas de restinga	Para produção no Viveiro do PEIG. Várias foram utilizadas na recuperação da baixada de Lopes Mendes.
Inventário da flora	Junto com a coleta de sementes para produção de mudas.
Apoio a pesquisadores	Ocasional

6.2.3. Terras, Infra-Estrutura e Viaturas

O quadro abaixo relaciona as instalações, terras e o patrimônio da Reserva.

a) Terras

São 3.436 ha de terras ainda sem regularização. As terras, todas as União, devem ser transferidas para o domínio do Estado do Rio de Janeiro.

b) Infra – Estrutura

Unidade	Função	Área	Situação
Sede Edificação I	Hospedagem	106,08 m ²	Em mau estado
Sede Edificação II	Laboratório	146,39 m ²	Em péssimo estado
Painéis Solares	Produção de energia para sede	si	Operante. Necessita de manutenção
Cais	Embarque e Desembarque	Si	Péssimo estado. Necessita de reforma
Trilhas	Acesso. As principais partem do Aventureiro e se dirigem para Provetá, Parnaioca e Araçatiba.	--	Trilha para Provetá em mau estado.

Nota: Levantamento GT. Situação em Abril de 2009.

A reforma das instalações da sede foi planejada em 2007, mas até o momento não ocorreu

c) Veículos

Um bote de alumínio inadequado para navegação na enseada.

d) Equipamentos

A Administração do PEIG vem remetendo equipamentos para sede da Reserva, sendo os equipamentos adquiridos pelo Programa de Fortalecimento do Parque Estadual da Ilha Grande.

e) Comunicação

Não há qualquer meio de comunicação corporativa da Reserva com a sede do PEIG.

6.3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A Lei do SNUC especifica em seu artigo 10, § 1º, que a Reserva Biológica “é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”. A regularização fundiária destina-se a concretizar o domínio e a posse do Estado sobre as terras inseridas nos limites da Reserva, objetivando livrá-lo de quaisquer ônus, a fim de cumprir os objetivos de conservação a que se destinam. Há três ocupações na Reserva:

Povoado do	Descrito em detalhe neste relatório
Aventureiro	
Residência na Praia dos Meros	Ocupação privada a retaguarda da praia. Uso privado incompatível com a legislação. Área reconhecida pelo INEA como imóvel público
Sítio próximo ao divisor de águas	Uso incompatível com a legislação. Área é reconhecida pelo INEA como imóvel público

Tendo em vista que a Ilha Grande é propriedade da União, o GT, em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro vem liderando as tratativas com a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) para agilizar a cessão do uso das terras abrangidas pela RBPS. A transferência deverá se dar através de Termo de Cessão Gratuita. Além do Aventureiro, a Reserva tem uma ocupação na praia dos Meros, que ao que tudo indica, é posterior a existência da Reserva. Foi apurado que um morador do Aventureiro procedeu a venda do terreno a retaguarda da praia.

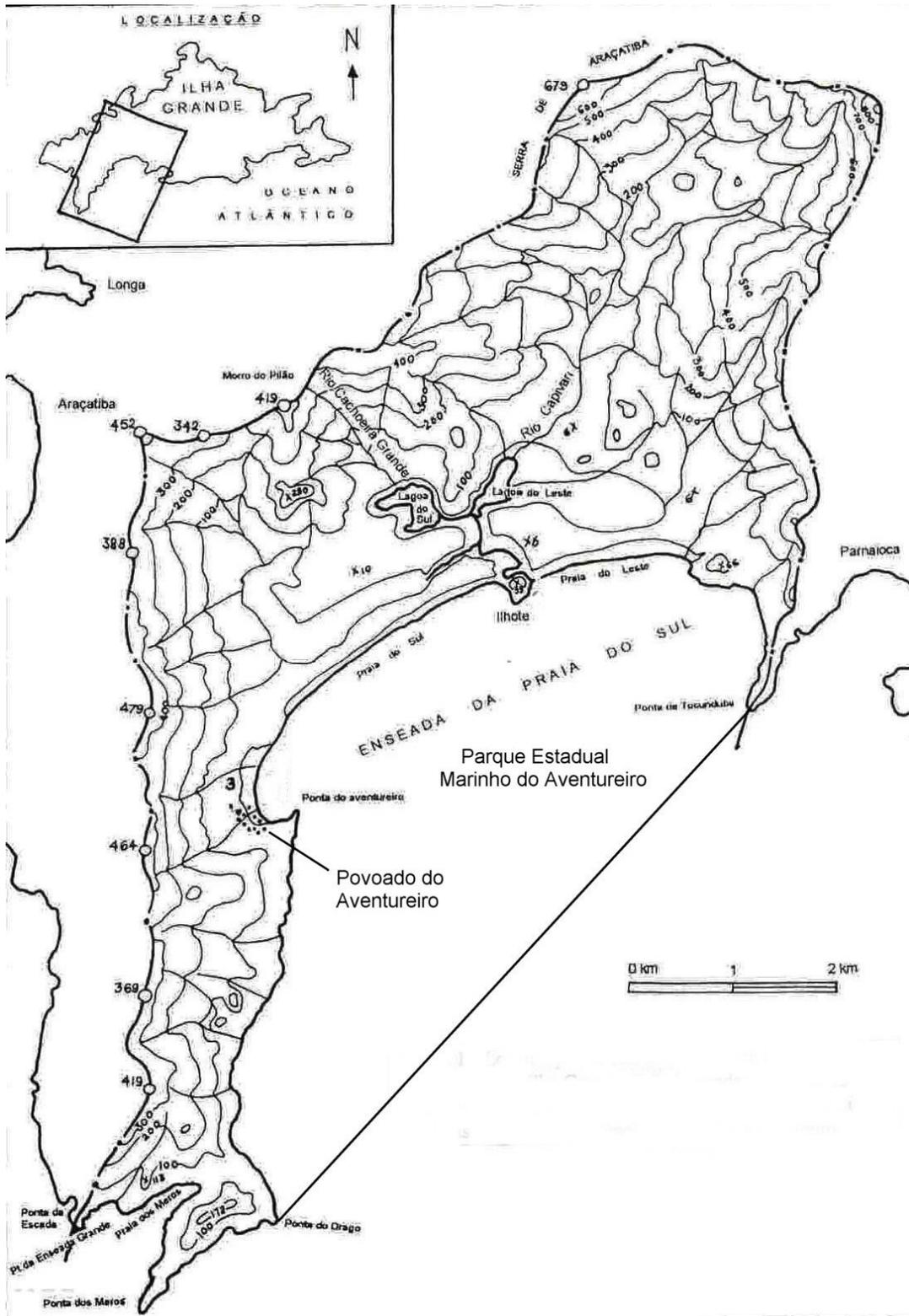
6.4. RELEVÂNCIA AMBIENTAL E CARACTERÍSTICAS NATURAIS

Segundo o Plano Diretor, a RBPS tem como finalidades:

- *Preservar amostras de ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas, a saber: praia, manguezal, litoral rochoso, dunas e restingas, lagoas, mata de baixada e mata de encosta;*
- *Proteger exemplares da flora e fauna em perigo de extinção no território fluminense (ex.: a espécie botânica *Scaevola plumieri* e a espécie zoológica *Lutra enudris*, ainda encontradas na área da Reserva);*
- *Proteger sítios arqueológicos (sambaquis e oficinas litológicas);*
- *Garantir a manutenção de campo permanente para pesquisas científicas;*

A Reserva Biológica da Praia do Sul é formada por cinco ecossistemas: mata de encosta, manguezal, restinga, lagunas e costão rochoso, constituindo-se no conjunto mais bem preservado do Estado. Identificam-se ali quatro praias: Praia do Sul, Praia do Leste, Praia do Demo e a própria praia do Aventureiro.

Mapa Planialtimétrico da RBPS e do PEMA



Sítios arqueológicos também nortearam a preservação da área. Prospecções realizadas por pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro identificaram quatro sítios ocupados por grupamentos pré-históricos, além de vários “amoladores”, sulcos encontrados nas rochas causados pelo ato de polir e afiar instrumentos líticos, espalhados por suas praias.

Ainda segundo o Plano, a criação da Reserva se justifica pelas seguintes motivos:

- *Não existe mais nenhuma outra área no litoral fluminense em igual estado de preservação de seus recursos naturais;*
- *Não existe nenhuma outra unidade de conservação no território fluminense que abranja em conjunto os ecossistemas citados;*
- *Em nenhum outro trecho do litoral fluminense foram localizados sítios arqueológicos como os existentes na Reserva, onde já foram assinaladas pelo menos quatro oficinas arqueológicas de polimento de armas e instrumentos líticos. Este patrimônio arqueológico está registrado no IPHAN e no Museu Nacional do Rio de Janeiro;*
- *A área protegida representará fonte inestimável de potencial genético para a reconstrução da flora e fauna de outras áreas litorâneas no futuro;*
- *A provável existência de vegetais e animais ainda não conhecidos pela ciência, nos ecossistemas ali encontrados, possibilitará pesquisas futuras ilimitadas, criteriosamente programadas, enriquecendo o acervo científico do Estado;*
- *A experiência ali acumulada será de valia para a elaboração de normas e critérios ambientais para preservação e manejo de ecossistemas remanescentes, em outras regiões do Estado;*

6.4.1. Clima

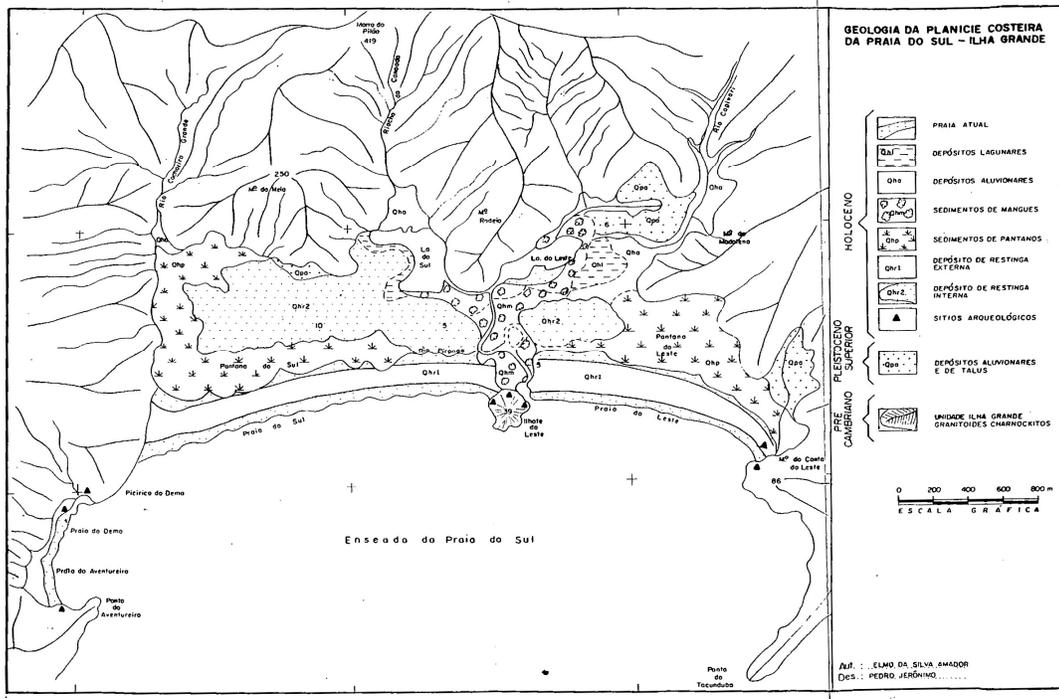
O clima da região é caracteristicamente tropical, quente e úmido, sem estação seca. O relevo é diretamente responsável pela precipitação e pelo regime pluviométrico. Não há posto pluviométrico estações pu

A média anual de chuvas na baixada é de 2.242 mm, sendo janeiro o mês mais chuvoso, com 293 mm, e julho, junho e agosto os meses mais secos, com média de 87 mm. A umidade relativa do ar varia entre 80 e 95%. A média anual de temperatura é de 22,5° C, sendo fevereiro o mês mais quente, com média mensal de 25,7° C. Julho é o mês mais frio, com médias de 19,6° C. Os ventos predominantes durante o ano são o Sul, Sudeste, Sudoeste, Leste, Nordeste e Noroeste, predominando os ventos de sudeste durante os meses mais frios (julho o setembro). Maio é o mês de maior calmaria. Não há estação climatológica no local.

6.4.2. Rochas, Relevo, Hidrografia e Margem Oceânica

O relevo é formado por montanhas das serras da Tapina, Araçatiba e Papagaio, pequenos vales, um morro isolado (ilhote do leste), planície, pontas, lagoas e praias. As montanhas são fortemente escarpadas, destacando-se topos aguçados, morros e pontões, com altitude máxima da ordem de 900m, na fase oeste do pico da Pedra d'Água, ponto culminante. As rochas das montanhas foram formadas entre 420 e 500 milhões de anos.

A planície costeira é a maior da Ilha Grande, compreendendo cerca de 800 ha. Formada por sedimentos recentes, apresenta depósitos aluvionares e de talus, assim como sedimentos de mangues e de brejos e de restinga. Observa-se um cordão arenoso mais elevado, com cerca de cem metros de largura, descendo depois para a planície litorânea.



Fonte: Elmo Amador

Diversos cursos de água descem das encostas com alto gradiente, fluindo pouco pelas baixadas. Os principais são o rio Beija-Flor, que deságua diretamente na lagoa do Sul; os rios Cachoeira Grande e Ipiranga, que lançam suas águas no banhado sul; e o Capivari, o maior de todos, que desemboca na lagoa do Leste. A exceção do regato que deságua junto ao canto Leste da praia do Leste, todos os córregos lançam suas águas diretamente nas lagoas ou nos extensos charcos que as rodeiam, chamados de Pântano do Sul e Pântano de Leste.

O esgotamento das águas se dá unicamente por canal sinuoso, raso e com fundo de areia que parte da Lagoa do Sul, segue por 500 metros rumo a lagoa do Leste, onde recebe as águas desta através de um dreno natural de apenas 90 m, e daí segue pela planície por 1,19 km até atingir o mar, após passar rente aos flancos norte e leste do morro Ilhote do Leste. As lagoas situam-se a cerca de 1.500m do mar. Com águas cor de chá devido ao ácido húmico, são classificadas tecnicamente como *lagunas de maré*, pois a troca de águas com o mar é através de canal de maré. São raras as lagunas deste tipo no Estado do Rio de Janeiro.

As margens das lagoas são constituídas por lama orgânica, embora alguns bancos de areia fina sejam encontrados. O mapa abaixo, elaborado pelo geógrafo Elmo Amador, mostra a geologia da planície costeira da RBPS.

O litoral da Reserva estende-se por 16,4 km, entre as pontas da Escada, próxima a Ilha dos Meros, e da Tucunduba, que separa as enseada da Praia do Sul e Parnaioca. Apenas um curto trecho inicial, entre as pontas da Escada e dos Meros encontra-se dentro da baía de Ilha Grande, apresentando águas mais calmas e o pequeno saco dos Meros, com a praia de mesmo nome ao fundo.

A ponta dos Meros marca a passagem da Baía de Ilha Grande para mar aberto. E entre as pontas do Drago e da Tucunduba esta a enseada da Praia do Sul, sujeita ao choque direto das ondas oceânicas, que recrudescer entre maio e setembro.

O litoral é constituído por longos estirões de costões rochosos, barra lagunar e por 5 praias: Aventureiro, Demo, do Sul, do Leste e dos Meros. As praias do **Aventureiro** (500m) e **Demo** (320m) são separadas parcialmente por um conjunto de pedras, blocos e matacões entremeados na areia, e formam um arco de aproximadamente 820m e tem largura variável entre 40 a 90 metros.

A praia **do Sul** (2.600m), a maior da Ilha Grande, é limitada pelo costão do Demo (460m) e pelo Ilhote do Leste, enquanto a **do Leste** (1760m) estende-se entre a barra das lagunas e o morro do canto leste, que forma a base da ponta da Tucunduba. As praias do Sul e do Leste, com areias finas e médias apresenta, largura média entre 40 a 70 metros na maré baixa. As bermas apresentam sinais naturais de erosão. A praia dos Meros é uma pequena praia com cerca de 140 metros de comprimento, protegida pelo saco dos Meros.

Os costões rochosos estendem-se entre a ponta da Escada e a praia dos Meros (1,3 km), entre as praias do Meros e Aventureiro (8,3 km), entre as praias do Demo e do Sul (460m) e entre a Praia do Leste e a Ponta da Tucunduba (2,4 km) e ainda ao redor do Ilhote do Leste por 700m. Apresenta pontas notáveis como dos Meros e Drago e Tacunduba, além de uma feição geomorfológica singular, o furado da Parnaioca, vão natural na ponta da Tucunduba

6.4.3. Flora e Vegetação

a) Geral

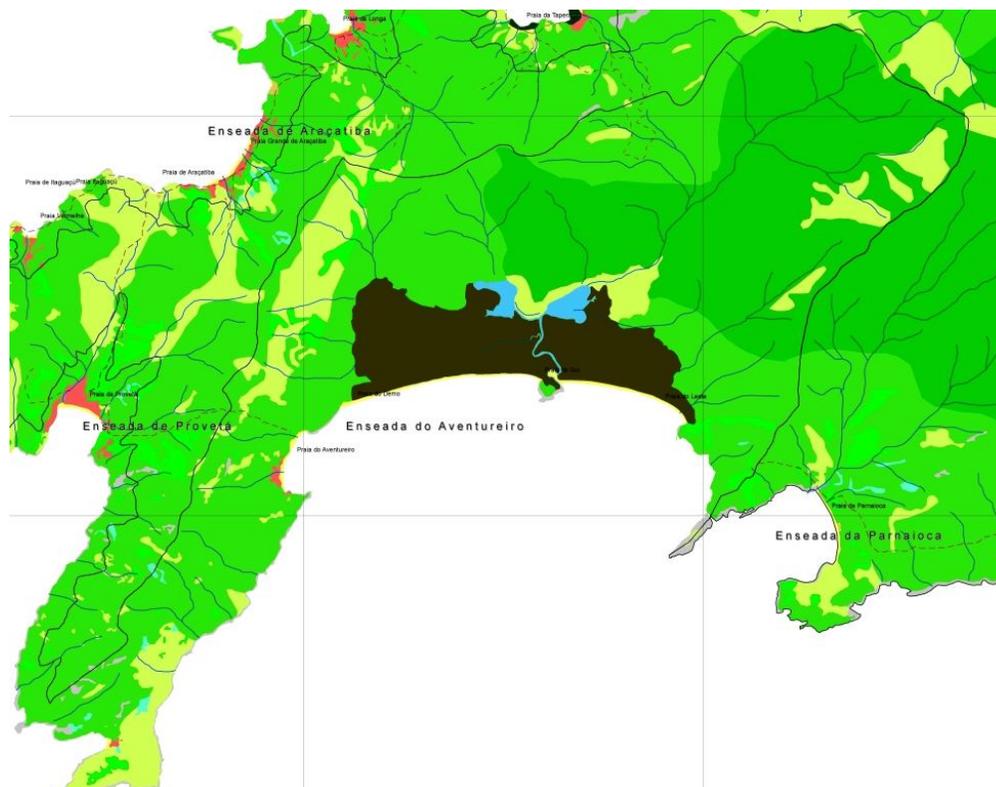
Primitivamente, a Ilha Grande estava revestida majoritariamente por densa floresta tropical (mata atlântica), desde os pontos culminantes até as proximidades das praias, e secundariamente por vegetação de afloramento rochoso, restingas, brejos e manguezais. Contudo, a ocupação humana e respectivas atividades econômicas, sobretudo a partir do século XVIII modificaram o panorama e, hoje, quase todas as vertentes setentrionais são cobertas com vegetação secundária, em estágios diversos de sucessão. Isso é verdade também para a área da Reserva Biológica.

O histórico de ocupação revela intensa atividade agropastoril na área da Reserva nos fins do século XIX e início do século XX. Por meio de relatos orais dos moradores do Aventureiro, tem-se notícias de diversas fazendas que ocupavam as matas do anfiteatro das praias do Leste e Sul. Eram as fazendas Capivari, Grande, Cachoeira Grande, Leste e do Fidelis. No local da sede dessas fazendas são encontradas ruínas que por seu estado permitem supor que seu abandono data de pelo menos 50 anos.

Na fazenda do Fidélis encontra-se um exemplar de *Ficus* sp. de cerca de 20 metros crescendo sobre as ruínas de uma pilastra de cerca de 4 metros de altura. Além dessas fazendas, é de se supor que tenham existido outros pontos de ocupação da mata de encosta. Encontram-se com relativa freqüência platôs que, embora cobertos por árvores de boa altura, possuem vestígios de ocupação anterior, como cacos de telha, baldrame de pedras, etc.

A própria vegetação arbustiva também dá essas indicações, pela presença de adensamentos de *Schizolobium parahyba* (guapuruvú), *Musa* spp. (bananeiras) e *Marlierea* sp. (cambucá). Ainda que eventualmente estas espécies sejam encontradas em trechos de mata mais bem conservadas, nunca o são sob a forma de comunidades. Outro vestígio de ocupação pretérita são vias de acesso, possivelmente para carros de boi, que existem em diversos pontos como entre Simão Dias e a Ponta dos Meros, fazenda do Fidelis, etc.

Mapa de Vegetação da RBPS em 2006,



Fonte: Instituto Ambiental da Vale (IAV)

Legenda

- limite peig
- trilhas
- Hidrografia

Uso Atual da Terra

- Afloramento rochoso
- Areia da praia
- Bambual
- Capoeira
- Capoeirinha
- Capoeirão
- Flo_sec_aberta com inv_(bambu e/ou palmeiras)
- Macega
- Manguezal
- Mata de Restinga
- Povoação
- Propriedade rural
- Rios, Lagoas e Áreas Inundáveis
- Solo Exposto
- Vila

b) Matas de Encosta

Na atualidade, a vegetação das encostas é formada por um mosaico de florestas secundárias de diferentes idades, não mais ocorrendo matas primárias. Ainda que em muitas áreas existam remanescentes de matas primárias eles estão desfalcados de diversas espécies. Livros de história registram madeiras de lei ocorrentes no século retrasado, hoje inexistentes ou raras, como jacarandá, maçaranduba, braúna, cedros, etc. A vegetação da Reserva é a mais conhecida da Ilha Grande graças aos estudos da FEEMA e da PUC, liderados por Rogério Ribeiro, Dorothy Araújo, Norma Crud e Alceo Magnanini.

As matas de encosta compreendem cerca de 78% da área total da Reserva, perfazendo aproximadamente 2.340 ha. Esta vasta área é revestida por vegetação em diferentes estados de conservação, abrangendo formações vegetais distintas. As matas da Reserva, notadamente as do grande anfiteatro das lagoas, atuam com barreiras diretas aos ventos carregados de umidade provenientes do Sul. Esta configuração assegura um coeficiente de umidade bastante distinto do que ocorre no lado continental da Ilha Grande.

c) Restinga

A restinga abrange a maior parte da baixada da Reserva, constituindo aproximadamente 27% de sua área total, que é de 800 ha. Graças à diversidade de condições geomorfológicas ali encontradas (praia, cordão de restinga, antigo fundo de laguna), a composição florística varia muito de um local para outro, dando origem a diversas comunidades vegetais.

Em 1985, foram identificadas, com segurança, duas formações vegetais, que se distinguem pela umidade do solo: a primeira ocupa os solos mais secos dos cordões arenosos e a segunda, os solos alagados periodicamente dos fundos de antigas lagoas. As espécies comumente encontradas são brejo-da-praia, salsa-da-praia, capim-da-praia, capim-da-areia e barba-de-boi.

O cordão externo da restinga, coberto por floresta baixa de 10 metros de altura, com troncos finos e contínuos, cria ambiente para formação de um estrato inferior composto de gravatás, *Bilbergia amoena* e *Quesnelia quesneliana*, além de samambaias e arbustos. As árvores mais comuns são bacopari, tapiri, congonha e pitanga-de-cachorro.

Na Praia do Sul, há aproximadamente 20 anos, foi tentado, sem êxito, uma plantação de coqueiros na restinga perto do mar. Entretanto, encontram-se ainda hoje vários coqueiros com 2 a 3 m de altura por dentro da vegetação arbustiva. Na Praia do Leste, houve retirada de areia, deixando grandes crateras.

Em conseqüência, a vegetação se apresenta em pequenas moitas baixas e com invasão de ruderais. Em parte, este aspecto de vegetação mais aberta na Praia do Leste está relacionado com o fogo, como o que passou ali em 1980.

As trilhas que foram abertas na baixada pelos tratores em 1981 estão sendo lentamente retomadas pela vegetação. Este processo é bem mais acelerado nos trechos onde a mata de restinga ladeia a trilha, propiciando um ambiente mais sombreado e úmido e servindo de fonte de sementes para a recolonização da área aberta. Em outros trechos onde a trilha era bem larga, ou onde a vegetação que beira a trilha também está degradada, o processo de recuperação é bem mais lento, inclusive com a invasão de ruderais (capim melado, *Melinis minutiflora*, por exemplo).

d) Manguezal

O manguezal é encontrado às margens dos canais que ligam o oceano com as lagoas e as margens das próprias lagoas, até onde é sentida a influência da maré. Formam uma faixa relativamente estreita, variando de alguns metros de largura entre a Lagoa do Leste e a encosta do morro até aproximadamente 30 metros de largura entre a Lagoa do Sul e o terreno mais elevado do cordão arenoso. As árvores mais altas e robustas (12m de altura) são localizadas próximo às águas salobras dos canais ou das lagoas e geralmente são de *Rhizophora mangle*. A *Avicennia schaueriana* só ocorre próximo à desembocadura do canal no

oceano. Mais afastadas da água, podem-se encontrar árvores menores, com copas menos densas, das espécies de mangue-vermelho (*R. mangle*), mangue-siriúba e mangue-branco (*L. racemosa*). Nesta faixa, os galhos das árvores são carregados de epífitas, ocorrência rara nos outros manguezais do Estado. Também ocorre um ralo estrato herbáceo constituído por *Fimbristylis spadicosa*, *Cladium jamaicense* e, mais raramente, *Triglochin* sp. Na transição do manguezal para terra firme, é comum encontrar uma vegetação arbustiva, como algodão-da-praia (*Hibiscus pernambucensis*), samambaia-do-brejo (*Acrostichum aureum*) e *Dalbergia ecastophylla* (cebola da praia).

e) Diversidade Florística

O levantamento florístico feito até 1985 forneceu uma lista de 265 espécies vegetais para todos os ecossistemas ali encontrados. Certamente, essa lista não representa sequer 25% da totalidade de espécies que devem ocorrer na Reserva, dada a conhecida riqueza florística da mata atlântica.

6.4.4. Fauna

Em função de sua localização insular, a mastofauna terrestre foi caçada quase até o extermínio. Quanto aos primatas, podem ser citados guariba, macaco-prego e sagüi. Também podem ser observados tatu, teiuauçu, preá e caxinguelê. Entre a avifauna foram identificadas várias espécies raras e ameaçadas de extinção, como pavó, chauá, gavião-pomba. Outras aves habitam as copas das árvores, tais como araponga, tinguauçu, surucuá-de-barriga-amarela, maitaca, tiriba-de-testa-vermelha e tuim.

Juntamente com o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva veio apoiar a preservação não apenas de cinco ecossistemas distintos (restinga, manguezal, laguna, litoral rochoso e mata de encosta) como também do que restou da fauna insular. Levantamentos demonstraram que estão ausentes os grandes felinos (onça e suçarana) havendo notícia apenas da ocorrência do gato-do-mato e do jaguarundi. São dados também como não mais ocorrendo na área os veados mateiro e catingueiro, preguiça, caitetu, queixada, tamanduá mirim, e a anta.

Quanto aos primatas, ainda ocorrem, na Reserva guaribas (*Alouatta fusca*) e macaco-prego (*Cebus apella*). A presença do guariba caracteriza a existência da mata pluvial atlântica em bom estado. Outros mamíferos menores são observados: tatus, pacas, cotias, gambás, preás e caxinguelês. A lontra (*Lutra enudris*) é vista ocasionalmente, ora no mar, ora na praia ou na lagoa. Em relação à avifauna, a Reserva abriga várias espécies consideradas raras ou ameaçadas, como pavó (*Pyroderus scutatus*), chauá (*Amazona rhodocorytha*), gavião-pomba (*Leucopternis polionota*). Há registros datados de 1905 e 1940 sobre coleta de gavião-de-penacho, gavião-pega-macaco e jacutinga. Já foi avistado um macucu (*Tinamus solitarius*). O inambu-xintã (*Crypturellus tataupa*) não foi registrado, porém são grandes as chances de ocorrência. Muitas outras aves vivem nas copas, entre elas, a araponga (*Procnias nudicollis*), tinguauçu (*Attila rufus*), surucuá de barriga amarela (*Trogon viridis*). Fazem parte desse grupo a trocal (*Columba speciosa*), a *Amazona rhodocorytha*, bem como maitaca (*Pionus maximiliani*), periquito-rico (*Brotogeris tirica*), tiriba-de-testa-vermelha (*Pyrrhura frontalis*) e o tuim (*Forpus xanthopterygius*).

Outros habitantes da mata importantes pelo papel que desempenham são as corujas e os gaviões. A murucutu-de-barriga-amarela (*Pulsatrix koenaswaldiana*) é uma coruja de grande porte, enquanto que a suindara (*Tyto alta*), por ser comum, tem seu nome incorporado na toponímia local. Sobre os gaviões, além daqueles citados anteriormente, são comuns na Reserva o gavião-carijó (*Buteo magnirostris*), gavião pinhé (*Milvago chimachina*) e o carancho (*Polyborus plancus*).

Nas partes abertas como beira de mata, área de ex-cultivo e mata baixa estão presentes os tangarás (*Chiroxiphia caudata*), risadinha (*Campostona obsoletum*), choca (*Thamnophilus* sp.), rendeira (*Manacus manacus*), tiê preto (*Tachyphonus coronatus*), topetuda (*Elaenia flavogaster*), vite-vite (*Hylonihilus thoracicus*), saí-azul (*Dacnis cayana*), e muitos outros.

Há ainda a considerar a fauna da lagoa e da praia. Na lagoa há abundância de tainhas, robalos e carapebas. Também é detalhe apreciável as ostras (*Ostrea sp.*) e os berbigões (*Lucina pectinata*) que ali ocorrem. Esses berbigões foram inclusive importante elemento na alimentação dos indígenas que habitaram a área da Reserva, conforme restos encontrados na Toca dos Índios. Também são de grande porte guaiamus (*Cardisoma guanhumi*), caranguejos verdadeiros (*Ucides cordatus*) e o siri azul (*Callinectes exasperatus*), este não abundante.

A fauna de peixes das lagoas é constituída por carapebas (*Diapterus rhombeus*), caratingas (*Eugerres brasiliensis*), tainhas (*Mugil curema*), paratis (*Mugil lisa*), robalos (*Centropomus undecimalis*), caranhas (*Lutjanus cyanopterus*) e menos comumente, carapicus (*Eucinostomus gula*) e olhudós.

Quanto às aves da lagoa elas são pouco numerosas. Os patos, por exemplo, não foram registrados. Parece que as lagoas não estão na rota migratória ou a caça do passado afastou esses animais. Nas praias, têm sido encontradas enormes quantidades de aves marinhas mortas. Isto ocorre nos meses de julho e agosto. São gaivotas, gaivotões, andorinhas do mar, pingüins entre outros. Raramente vê-se maçaricos na praia, o que também é estranho, considerada a abundância de alimento (tatuís, anfípodas, moluscos, etc.).

Outros grupos, como os dos anfíbios, répteis, peixes e moluscos terrestres, precisam de uma pesquisa maior. Os anfíbios coletados até agora são *Dendrophymiscus cf. brevipolicatus* e *Olobygon perpusilla*, duas espécies bromelícolas obrigatórias, pois nessas plantas completam seu ciclo vital. Abundância de bromélias, em espécies e número, sugere o favorecimento da ocorrência de outras espécies.

6.4.5. Patrimônio Histórico

Três tipos de sítios arqueológicos foram descobertas: oficinas líticas, sambaquis e cemitérios. As oficinas líticas encontram-se no canto da praia do Aventureiro (Charnockito), no dique de diabásico da praia do Demo, na gruta da picirica do Demo, em ambos os lados do Ilhote do Leste, e no canto do Leste. O sambaqui situa-se sobre a restinga da praia do Leste. Os sepultamentos foram encontrados na vertente interior do Ilhote do Leste, em uma altura de cerca de 20 m. O especialista Elmo Amador cita que muitas oficinas líticas estão submersas devido a elevação do nível do mar há milhares de anos atrás.

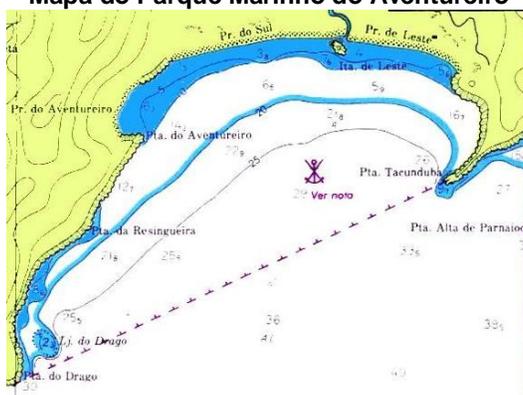
7. O PARQUE ESTADUAL MARINHO DO AVENTUREIRO

Em 27 de novembro de 1990, através do Decreto Estadual nº. 15.983, o Governo do Estado criou o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (Processo nº E-07/201535/90).

O projeto de criação foi enviado ao governador Wellington Moreira Franco pelo presidente da FEEMA em julho de 1990 e a justificativa para sua criação foi a de preservar toda a área para a pesquisa científica e o turismo ecológico.

Em declaração à imprensa, o governador assegurou que era a sua intenção preparar o Rio para a Conferência Mundial do Meio Ambiente, em 1992. O Parque é muito pouco conhecido, ao contrário da Reserva, praticamente não existindo publicações a respeito.

Mapa do Parque Marinho do Aventureiro



O quadro abaixo resume as informações sobre o PEMA.

Ato de Criação	Decreto Estadual nº 15.983 de 27/11/1990	
Limites Oficiais	Descritos no Decreto Estadual nº 15.983 de 27/11/1990	
Entorno	Formado pela Reserva Biológica da Praia do Sul e pelo oceano.	
Dimensões (*)	Superfície (ha)	1.784
	Perímetro total (km)	20,7
	Distância N-S (km)	4,2
	Distância L-O (km)	5,8
	Distância (km) entre as pontas de Tucunduba e Drago	7,0
Profundidades	Predominam entre 10 e 27 metros. Máximas abaixo de 30 metros	
Ecosistemas Abrangidos	Com cinco milhas náuticas quadradas, abrange a região litorânea, zonas de maré, costão rochoso, praias, desembocadura de rios e a chamada zona nerítica.	
Biodiversidade	Permanece pouco documentada, mas certamente abriga dezenas de espécies de algas, milhares de invertebrados, dezenas de espécies de peixes, além de pelo menos 2 espécies de tartarugas marinhas, cetáceos como golfinhos e algumas aves marinhas.	
Usos	Apenas a pesca artesanal, para a subsistência dos moradores do Aventureiro foi permitida pelo decreto de criação, o que colide com a legislação nacional e estadual relativa a categoria parque.	
Ameaças	Pesca predatório e óleo lançado por embarcações.	
Plano de Manejo	Inexistente	
Fonte: GT Aventureiro		

(*) Medição computadorizada, baseada em cartas da Diretoria do Serviço Geográfico em escala 1:25.000

O Decreto de criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro permite a pesca em seu interior, colidindo com a legislação em vigor na época e atual, que não admite este tipo de atividade em parques.

Na época, além da definição dada no Código Florestal, vigorava a estabelecida pela Deliberação CECA nº 17 de 10/02/78, que assim determinava Parque Estadual: *“Área de domínio público estadual, delimitada por abranger atributos excepcionais da natureza, a serem preservados, que está submetida a regime jurídico de inalienabilidade e indisponibilidade em seus limites, inalteráveis a não ser por ação de autoridade do Governo Estadual, de modo a conciliar harmoniosamente os usos científico, educativo, e recreativo, com a preservação integral e perene do patrimônio natural”*.

De acordo com a legislação, a manutenção do Parque Estadual Marinho do Aventureiro implica em duas conseqüências:

- Proibição de qualquer tipo de pesca, mesmo a artesanal;
- Regulação do transporte náutico;

8. PROJETO E AÇÕES EM ANDAMENTO

Os seguintes projetos e ações estão em execução ou em fase de planejamento na área da Reserva e no Parque Marinho:

Projeto e Ação	Executores	Situação
Redelimitação da RBPS e criação de RDS	SEA, INEA e Procuradoria do Estado.	Em andamento
Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grade	PEIG/INEA	Em andamento
Reforma da Sede da RBPS/INEA	INEA Sede	Previsto desde 2007. Paralisado
Manejo de Ecossistemas: remoção de espécies vegetais invasoras da restinga das Praias do Sul e Leste	PEIG/INEA	Aguardando equipamentos solicitados em out/2008
Recuperação da Trilha para Proveta	INEA	Em Planejamento
Projeto Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária	Departamento de Administração e Turismo da UFRRJ em parceria com o CODIG e AMAV, com recursos do Ministério do Turismo;	Em andamento
Reforma do Cais	Prefeitura de Angra dos Reis, executado com recursos próprios	Em andamento
Abastecimento de Água	Prefeitura de Angra dos Reis,	Em andamento

ANEXO I
LEGISLAÇÃO APLICADA

ATO LEGAL	EMENTA
INSTRUMENTOS LEGAIS ESTADUAIS	
<i>Geral</i>	
Constituição do Estado do Rio de Janeiro	Diversos dispositivos
Lei 5.101, de 04/10/07	Cria o Instituto Estadual do Ambiente – INEA
<i>Relativo a Unidades de Conservação na Ilha Grande</i>	
Constituição Estadual de 1989, Art. 266, Inciso IV	Declara a Ilha Grande como Área de Relevante Interesse Ecológico
Decreto nº 40.602 de 12/02/07	Dispõe sobre a ampliação, ratificação e consolidação do Parque Estadual da Ilha Grande, localizado no município de Angra dos Reis, e dá outras providências. Demais atos: Decreto Estadual nº 15.273 de 28/06/71 (criação); Decreto Estadual nº 16.067 de 04/06/73 (demarca); Decreto Estadual nº 2.061 de 25/08/78 (dispõe); Decreto Estadual nº 2.648 de 13/08/79 (acrescenta parágrafo único ao art. 1º do Decreto no 2.061)
Decreto nº 9.542 de 5/12/86	Cria a Área de Proteção Ambiental de Tamoios
Decreto nº 20.172 de 01/07/94	Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios
Decreto nº 4.972 de 2/12/81	Cria a Reserva Biológica da Praia do Sul (Decreto Estadual nº 5.444 de 07/04/82)
Decreto nº 15.983 de 27/11/90	Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro
<i>Tombamento da Ilha Grande e da Serra do Mar/Mata Atlântica</i>	
Tombamento da Ilha Grande	Resolução 29, de 14/10/87, da Secretaria Estadual de Cultura Tombamento Definitivo: 09/11/87 (Processo nº E05/000.170/87)
Tombamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Edital de tombamento do Sistema Orográfico Serra do Mar/Mata Atlântica, publicada no DORJ de 6 de março de 1991
<i>Comunidades Tradicionais e UCs</i>	
Lei nº 2.393, de 20/04/95	Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro
Lei nº 3.192/99	Dispõe sobre o direito dos pescadores, assegurado pelo § 3º do Art. 257 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, às terras que ocupam.
<i>Fiscalização – Sanções Penais e Administrativas</i>	
Lei nº 3.467, 14/09/00	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao Meio Ambiente no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<i>Leis e Regulamentos Diversos Aplicados ao Planejamento e Operação</i>	
Lei nº 2.541, de 24/04/96	Dispõe sobre a democratização do acesso às informações dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Lei nº 3.443 de 14/07/00	Estabelece a criação dos Conselhos Gestores para as unidades de conservação estaduais, e dá outras providências.
Lei nº 1681 de 19/07/90	Dispõe sobre a elaboração do Plano Diretor das Áreas de Proteção Ambiental no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências
Decreto nº 39.172 de 24/04/06	Institui regulamentação para utilização das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro subordinadas à Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF/RJ (checar este)
Decreto nº 36.930 de 14/02/05	Institui regulamentação para uso de imagem das unidades de conservação da natureza do estado do Rio de Janeiro subordinadas a Fundação Instituto Estadual de Floresta – IEF/RJ
Resolução SEA nº 08, de 9/02/07	Câmara de Compensação Ambiental
Portaria IEF 227, de 18/12/07	Regulamenta a autorização e desenvolvimento de pesquisas nas Unidades de Conservação sob a jurisdição da Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF/RJ
Portaria IEF /RJ/PRN nº 155 de 13/01/05	Estabelece as diretrizes e procedimentos para a formação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação administradas pela Fundação Instituto Estadual de Florestas
Portaria IEF /RJ/PRN nº 182 de 19/06/06	Dispõe sobre o serviço voluntário em Unidades de Conservação Estaduais subordinadas a Fundação Instituto Estadual de Florestas- IEF/Rj, e dá outras providências.
INSTRUMENTOS LEGAIS FEDERAIS	
<i>Sistema Nacional de Unidades de Conservação</i>	
Lei nº 9.985, de 18/07/00	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências

Decreto nº 4.340, de 22/08/02	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências
Resolução CONAMA 13/90	Estabelece normas inerentes ao entorno de unidades de Conservação
Resolução CONAMA 11/88	Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem seguidos em unidades de conservação atingidas por fogo, bem como na realização de ações preventivas
Resolução CONAMA 010/88	Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental – APAs
Portaria MMA nº 349, de 11/12/06	Estabelece o mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Bocaina, o Mosaico Bocaina (Processo Nº 02000.004418/2006-15
<i>Código Civil – Dominialidades dos Bens</i>	
Lei nº 10.406 de 10/01/02	Código Civil
<i>Patrimônio Histórico e Arqueológico</i>	
Lei nº 7542 de 1986	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências
Lei nº 3924 de 1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos
Decreto-lei nº 25, de 30/11/37	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
INSTRUMENTOS LEGAIS MUNICIPAIS	
LO	Lei Orgânica, publicada em 5 de abril de 1990
Decreto nº 2003, de 10/05/00	Institui as trilhas consideradas de servidão pública
Decreto nº 1.760, de 03/09/99	Redefine os distritos municipais de Angra dos Reis. A Ilha Grande é declarada um único distrito (extingue os distritos de Abraão e Praia de Araçatiba).
Lei 284, de 08/06/93	Código de Proteção ao Meio Ambiente
Lei 162, de 12/12/91	Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Angra dos Reis.
	Zona de Preservação Permanente - As ZPP's são as áreas representativas dos ecossistemas regionais, onde não são permitidas quaisquer atividades, modificações da paisagem ou do meio ambiente
	Zona de Preservação Congelada (Lei 162/LO) - As ZPC's são as áreas onde já ocorrem ocupação do solo, não sendo permitidas edificações ou parcelamento do solo.
Lei 162, de 12/12/91	Área de Interesse Ecológico (Lei 162/LO, de 12 de dezembro de 1991) - As AIE's são áreas representativas do ecossistema da Baía da Ilha Grande, que por seu relevante interesse ecológico, ambiental e turístico deverão ser preservadas. As AIE's será objeto de legislação de uso do solo a ser definida em lei, ouvido o Conselho Municipal de
	Área Especial de Interesse Cultural, Ambiental, Turístico e de Utilização Pública (Lei 162/LO, de 12 de dezembro de 1991) - As AECATUP's são áreas que contém características de relevante valor histórico, cultural, dignos de serem preservados e recuperados, por proteção da memória, da paisagem, para o desenvolvimento da cultura local, articulada ao desenvolvimento turístico. Abrange a Vila do Abraão e a Ilha dos Macacos
Lei 146, de 31/12/81	Estabelece como áreas de preservação permanente todas as terras situadas acima da cota altimétrica de 60 metros

INSTRUMENTOS LEGAIS ESTADUAIS COMPLEMENTARES

ATO LEGAL	EMENTA
<i>Conservação das Terras e Política Florestal</i>	
Lei nº 2.049, de 22/12/92	Dispõe sobre a proibição de queimadas da vegetação no Estado do Rio de Janeiro em áreas e locais que especifica e dá outras providências
Lei nº 1.315 de 7/06/89	Dispõe sobre a Política Florestal
Lei nº 1.315, de 07/06/88	Institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
Lei nº 690, de 01/12/83	Dispõe sobre a proteção às florestas e demais formas de vegetação natural, e dá outras providências
Lei nº 1.130, de 12/02/87	Define as áreas de interesse especial do Estado e dispõe sobre os imóveis de área superior a 1.000.000m ² (um milhão de metros quadrados) e imóveis localizados em áreas limítrofes de municípios, para efeito do exame e anuência prévia a projeto de parcelamento do solo para fins urbanos, a que se refere o artigo 13 da Lei nº 6.766/79
Decreto nº 9.760 de 11/03/87	Regulamenta a Lei 1.130/87 e define as normas para uso e ocupação do solo a que deverão submeter-se os projetos de parcelamento e desmembramento
Lei nº 784, de 05/10/84	Estabelece normas para a concessão da anuência prévia do Estado aos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos nas áreas declaradas de interesse especial à proteção ambiental
<i>Estudo de Impacto Ambiental</i>	
Lei nº 1.356, de 03/10/88	Dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental
<i>Licenciamento Ambiental de Estações Rádio Base do Serviço Móvel Celular</i>	
Deliberação CECA nº 4.956, de 04 de março de 2008	Aprova DZ-1848.R-0 - Diretriz para o Licenciamento Ambiental de Estações Rádio Base do Serviço Móvel Celular
Deliberação CECA nº 4.956, de 04 de março de 2008	Aprova IT-1849.R-0 – Instrução Técnica para Requerimento das Licenças Ambientais de Estações Rádio Base do Serviço Móvel Celular

INSTRUMENTOS LEGAIS FEDERAIS COMPLEMENTARES

ATO LEGAL	EMENTA
<i>Conservação das Terras, Vegetação, e da Fauna Nativa</i>	
Decreto Legislativo nº 2 de 3/02/94	Aprova o texto da Convenção sobre Biodiversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992
Lei nº 11.428 de 22/12/06	Lei da Mata Atlântica
Decreto n.º 6.660 de 24/11/08	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica
Lei nº 4.771 de 15/09/65	Institui o Novo Código Florestal
Lei nº 5.197 de 03/01/67	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. (Alterada pelas Leis 7.584 de 6/01/87 e 7.653 de 12/02/88)
Lei nº 8.171 de 17/01/91	Dispõe sobre a Política Agrícola
Decreto nº 1.282, de 19/10/94	Regulamenta os arts. 15, 19, 20 e 21, do Código Florestal, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
<i>Coleta para Pesquisa por Estrangeiro</i>	
Decreto nº 98.830 de 15/1/90	Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil
<i>Regularização Fundiária</i>	
Decreto-lei nº 3.365 de 21/12/41	Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública
Decreto-lei nº 9.760 de 05/09/46	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências (terrenos de marinha e seus acréscidos, terrenos marginais, etc.).
Lei nº 4.132 de 10/09/1962	Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação
Lei nº 4.504 de 30/11/64	Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências (arts 2, 18, 24, 47, 50, 57, 61 e 90)
Lei nº 5.972 de 11/12/73	Regula o procedimento para o registro da propriedade da bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União
Lei nº 6.383 de 7/12/76	Dispõe sobre o processo discriminatório das terras devolutas da União
Decreto nº 99.672 de 06/11/90	Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis da União;
<i>Ordenamento de Vilas e Povoados</i>	
Lei 10.257 de 10/06/01	Estatuto da Cidade
Lei nº 6.766 de 19/12/79	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências
<i>Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDDD</i>	
Decreto nº 407 de 27/12/91	Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDDD para reparação dos danos ambientais, culturais e ao consumidor;

ANEXO II
RESOLUÇÃO SEA Nº 057 DE 12/04/2008

D.O. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Poder Executivo (página 9)
Ano XXXIV – nº 070 – Parte I
Rio de Janeiro, terça-feira – 15 de abril de 2008.

Secretaria de Estado do Ambiente

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 057 DE 09 DE ABRIL DE 2008

INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDAR E
PROPOR A EXCLUSÃO DA VILADO AVENTUREIRO
(ILHA GRANDE – ANGRA DOS REIS - RJ) DOS
LIMITES DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA
PRAIA DO SUL.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o Termo de Compromisso celebrado, em 29 de dezembro de 2006, entre a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, o Município de Angra dos Reis e a comunidade do Aventureiro, representada pela Associação de Moradores da Praia do Aventureiro, tendo por objetivo regular as atividades econômicas e a promoção do desenvolvimento sustentável da área onde está assentada a comunidade do Aventureiro;

- que o referido Termo de Compromisso reconhece a comunidade do Aventureiro como "Comunidade Tradicional", nos termos da Lei Estadual nº 2.393, de 20 de abril de 1995; e

- as disposições da Cláusula Sexta do Termo de Compromisso, em que "a compromitente FEEMA submeterá ao Executivo Estadual, num prazo de 180 dias, a contar da celebração do presente Termo, Proposta de projeto de lei tendo como objeto a exclusão da área do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e a criação de uma nova unidade de conservação que assegure a permanência da comunidade do Aventureiro no seu interior".

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Grupo de Trabalho para tratar dos estudos, elaboração de propostas e realização de consultas públicas, objetivando, na forma da legislação pertinente à matéria, a exclusão da comunidade do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e, sendo o caso, a criação de uma nova unidade de conservação que assegure a permanência da comunidade na área ocupada.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto por membros das seguintes instituições, um titular e outro suplente, a serem indicados por seus respectivos representantes legais:

I - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA;
II - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA;
III - Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF/RJ.

Art. 3º - A coordenação dos trabalhos de que trata o artigo 1º desta Resolução será exercida conjuntamente pelo representante titular do IEF/RJ e pelo representante titular da FEEMA.

Art. 4º - Visando assegurar a democracia participativa, a transparência e o amplo envolvimento dos setores sociais abrangidos pela temática será permitida nas reuniões do Grupo de Trabalho, mediante convite, a participação de representantes da comunidade do Aventureiro, da Prefeitura de Angra dos Reis e ONG locais.

Art. 5º - O Grupo de Trabalho deverá apresentar ao Secretário de Estado do Ambiente relatório de conclusão dos trabalhos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2008

CARLOS MINC
Secretário de Estado do Ambiente

ANEXO III
CRONOLOGIA DAS ATIVIDADES DO GT

Data	Atividade
16/01/2008	Reunião com a comunidade
15/04/2008	Resolução SEA 057 publicada no D.O. RJ
20/05/2008	1ª reunião GT Aventureiro
03/06/2008	2ª reunião GT Aventureiro
17/06/2008	3ª reunião GT Aventureiro
05/07/2008	Reunião no Aventureiro desmarcada: comunidade se reunindo internamente
08/07/2008	4ª reunião GT Aventureiro
11/07/2008	Reunião no Aventureiro desmarcada: reunião em AR sobre o Ordenamento Territorial
17/07/2008	Entrevista com Rodrigo Mascarenhas
22/07/2008	5ª reunião GT Aventureiro
26/07/2008	Tentativa de reunião com a comunidade - Frustrada pelas condições do mar
28/07/2008	Defesa doutorado Gustavo Villela
05/08/2008	6ª reunião GT Aventureiro
07/08/2008	Entrevista Aparecida Villaça
09/08/2008	1ª reunião GT com a comunidade
12/08/2008	7ª reunião GT Aventureiro
18/08/2008	Entrevista Prado / Villela / Catão
19/08/2008	Entrevista Rogério Ribeiro
20/08/2008	Entrevista Alceo Magnanini
26/08/2008	8ª reunião GT Aventureiro
27/08/2008	Reunião com Rodrigo Mascarenhas
27/08/2008	Cópias do processo de cessão de terras no GRPU
30/08/2008	Tentativa de reunião com a comunidade - Frustrada pelas condições do mar
09/09/2008	Reunião IEF / GRPU sobre cessão de terras (ofício específico sobre a RBPS)
09/09/2008	9ª reunião GT Aventureiro
13/09/2008	2ª reunião com a comunidade
16/09/2008	10ª reunião do GT Aventureiro
18/09/2008	Entrevista com Norma Crud
24/09/2008	Oficina de Nivelamento de Informações e Planejamento (sede peig)
07/10/2008	11ª reunião do GT Aventureiro (reparatória dos 4 dias de campo no Aventureiro)
12/10/2008	3ª reunião com a comunidade – fundiário
12/10/2008	4ª reunião com a comunidade – turismo
13 e 14/10/2008	5ª reunião com a comunidade – roças
14/10/2008	6ª reunião com a comunidade – pesca
20/10/2008	Solicitação de energia ao Programa Luz para Todos
22/10/2008	12ª reunião interna do GT Aventureiro
05/11/2008	13ª Reunião GT e presidências IEF / FEEMA(revisão proposta)
12/11/2008	14ª Reunião GT (revisão proposta)
24/11/2008	15ª Reunião GT e presidência IEF (revisão proposta)
24/11/2008	Carta de Sra. Norma Crud de exclusão do GT
28/11/2008	CARTA PEIG/DCN/IEF-RJ S/Nº/08 - À comunidade do Aventureiro - Assunto: Reforma do Cais e construção da Cabine de Informações Turísticas. Enviado por: administração PEIG
11/12/2008	16ª Reunião GT (revisão proposta)
15/12/2008	Reunião GT do Aventureiro e GRPU/RJ
15/12/2008	Carta aberta à comunidade da Praia do Aventureiro - Aos moradores e moradoras da Praia do Aventureiro – Assunto: andamento dos trabalhos e a composição atual do GT

15/01/2009	Carta aberta à comunidade da Praia do Aventureiro - Aos moradores e moradoras da Praia do Aventureiro. Assunto: andamento da proposta de acordo, articulação com o GRPU
30/01/2009	17 ^a reunião interna do GT Aventureiro
13/02/2009	Reunião do GT com Ampla
12/03/2009	IV Informe à comunidade da Praia do Aventureiro – andamento das atividades do GT: GRPU; composição do GT; luz; orelhão; cais
20/03/2009	Reunião do GT com Rodrigo Mascarenhas (PGE) e Dr. Claudio Leivas (PGF)
26/03/2009	19 ^a reunião interna do GT Aventureiro (Alba, Paulo, Zaré, Julieta)
04/04/2009	Reunião de esclarecimentos-categorias de manejo de UCs US (Fund. Florestal / SP). Local: Ubatuba; Observadora: Julieta
06/04/2009	Reunião GT Aventureiro (Paulo, Julieta, Zare, Lucia)
24/04/2009	Reunião GT e PGE – Paulo, Ana Cristina, Julieta, Rodrigo Mascarenhas – revisão proposta
21/05/2009	Reunião secretaria GT com PPMA (Thomas Wittur)

ANEXO IV DOCUMENTAÇÃO

- Feema 1978. Relatório sobre a situação florestal da Região Programa do Litoral Sul. Divec (Div. Avaliação e Orientação Ecológica) - sugestão de criação da Rebio
- 1978 – sugestão ao I Simpósio Nacional de Ecologia (subcomissão de parques e reservas) de envio à Sema (Secretaria Especial de MA) de recomendação sobre instituição de Estação Ecológica das praias do Sul e do Leste. Moção aprovada pelo Simpósio
- Embratur 1979 – aprova projeto de ocupação turística e loteamento de parte da Praia do Sul – abertura de caminho 10 metros atravessando cordão restinga. Feema estudou o assunto e levou à Ceca, p/controlar especulação imobiliária
- Feema 1980 Expedição exploratória Estudo dos principais núcleos pesqueiros IG, inclusive Aventureiro
- Feema 1980. Plano de Ação Anual da Feema (PLANAF). Projetos 09.0102.01 e 09.0102.03 finalidade de preservação das praias do Sul e do Leste, com a criação da Rebio, continuando meta de 1978.
- Maciel NC, Araujo Dorothy Sue Dunn, Magnanini Alceo 1980 – A situação dos ecossistemas da praia do Sul e do Leste na IG... com vistas à preservação (este estudo é prosseguimento do Planaf). Feema 1980
- Feema 1981 – levantamento hidrografia, relevo, trilhas Rebio; nomes locais de rios e morros.
- Decreto Estadual 4.972, 02/12/1981 – Cria a ReBio Estadual Praia do Sul
- Decreto Estadual 9.452, 05/12/1982 – dispõe sobre a criação da APA Tamoios
- 1984, MACIEL, Norma Crud; Dorothy Sue Dunn de Araújo; Alceo Magnanini. ReBio Estadual da Praia do Sul (IG, AR, RJ): Contribuição para o conhecimento da fauna e flora. Boletim FBCN, Rio, 19: 126-148.
- Maria Aparecida VILAÇA & Ângela de Azevedo MAIA 1984 - O povo do Aventureiro. Rio de Janeiro: Feema. *Posteriormente publicado em Prado (org.) Ilha Grande do Sambaqui ao Turismo, 2006.* Sugere APA Aventureiro.
- Feema / DEP / DDE, nov/1985. Plano Diretor da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. O Conselho Superior aprovou mas não chegou a ser implantado, já considera a permanência da população.
- Resolução 29, 14/10/1987 – o secretário de estado de Cultura do RJ determina o TOMBAMENTO definitivo do Monumento Natural denominado Ilha Grande (processo de tombamento E-05/0170/1987)
- Feema 1988 – Projeto WWF e Petrobrás – construção de casa-sede
- Decreto Estadual 15.983, 27/11/1990 – cria o PE Marinho do Aventureiro
- Deliberação CECA 2925, 18/07/1993, D.O. 09/11/1993. Aprova e manda publicar o Plano Diretor da APA Tamoios
- Oliveira e Lima 1994 – pesquisa sobre a roça caiçara no Aventureiro
- 1995 – Feema questionário respondido pelos moradores
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de & COELHO NETTO, Ana Luiza. 1996 - O rastro do homem na floresta. A construção da paisagem da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Ilha Grande, Rio de Janeiro) a partir das intervenções antrópicas. Albertoa vol. 4 n. 10.
- 47 Certidões de Inscrição de Ocupação entregues pelo Ministério da Fazenda / SPU / DPU-RJ, 1996, a moradores do Aventureiro.
- Lei nº 3192, de 15 de março de 1999. Dispõe sobre o direito dos pescadores, assegurado pelo § 3º do art. 257 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, às terras que ocupam
- Lei Estadual 2.393, 20/04/1995 dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em UCs do Estado.
- Instauração de Processo administrativo E-14/2424/2000 – Interessado: APEDEMA. Obs. parecer da PGE referente à comunidade residente em ReBio.
- 2000 – criação da AMAV
- Lei 9985, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2000
- Instauração de Processo Administrativo 05018.003503/2002 – Feema solicita cessão de terras da ReBio à União.
- Relatório Final do Projeto: Levantamento do litoral dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Norte do Paraná, de comunidades de pescadores artesanais com

- vistas à criação de Reservas Extrativistas Marinhas. UFF – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), Junho/2002
- 2003 – carta da AMAV à Feema
 - Instauração de Processo Administrativo E-07/200567/2004 – Feema solicita alteração de limites da RBPS.
 - Decreto 20.172, 01/07/2004 – Institui o Plano Diretor da APA Tamoios
 - MASCARENHAS, Rodrigo de Alencar 2004 - O ordenamento territorial da Ilha Grande - Relatório do Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/IVT - *INCLUI recomendações para resolução do caso do Aventureiro / Rebio Praia do Sul*
 - CATÃO, Helena 2004 - Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro- Ilha Grande-RJ. Dissertação de mestrado. RJ: CPDA/UFRRJ.
 - COSTA, Gustavo Villela Lima da 2004 - A população do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul: Conflitos e disputas sob tutela ambiental. Dissertação de mestrado. RJ: PPGAS / MN / UFRJ.
 - Abertura de Ação Civil Pública contra a comunidade – 2006.003.000926-2
 - Instauração de Processo Administrativo E-07200786/2006, em 02/03/2006 – ASJUR e comunidade caiçara do Aventureiro / AMAV, permissão para camping
 - Ata de reunião, 09/03/2006, pela Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva
 - Portaria nº 581/06 de 14/03/2006, da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Angra dos Reis (assinado por Patricia Gabai Venancio) – *instaura inquérito civil com a finalidade de tutelar os direitos da comunidade caiçara da praia do Aventureiro...*
 - Instauração de Processo Administrativo E-07/000.163/2006, em 06/04/2006 – Interessado: comunidade caiçara. Promotora Patrícia Gabai comunica instauração de Inquérito Civil de tutela ao Secretário MA Luiz Paulo Conde e solicita no prazo de 30 dias infos sobre a desafetação.
 - Ata de reunião, 23/05/2006, pela Prom. Just. Tutela Coletiva
 - Instauração de Processo Administrativo E-07201888/2006, em 23/05/2006 – Proposta de termo de acordo com AMAV, parecer favorável de Flávia Teixeira
 - Ata de reunião, 05/07/2006, pela Prom. Just. Tutela Coletiva
 - “Argumento Pró-Aventureiro”, 04/07/2006. A. Vilaça (MN / UFRJ)/ Daniel DG Toffoli (PUC-RJ; AA IBAMA) / Gema J. Allen (EICOS/UFRJ) / Gustavo Villela L. da Costa (MN/UFRJ) / Helena Catão (CPDA/UFRuralRJ) / Luiz Renato Vallejo (UFF) / Marc-Henry Piauxt (EHES Paris) / Marcus Machado Gomes (UERJ; AA IBAMA e Repr. CNPT/IBAMA-Rio) / Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ) / Patricia Birman (UERJ) / Rogério Ribeiro de Oliveira (PUC-RJ) / Rosane M. Prado (UERJ) / Sven Wunder (CIFOR), 9 pgs.
 - Recomendação nº 10/06 - Inquérito Civil nº 581/06, de 29/08/2006, da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Angra dos Reis (assinado por Patricia Gabai Venancio) - *Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 anos em UCs do Estado do RJ, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.*
 - Ocupações em Aventureiro - Levantamento realizado por Norma e Deise em setembro de 2006. (casa - número moradores – fossa - caixa de gordura -vendas/acordos familiares - dados da Cert Insc Ocup./SPU- comércio).
 - Termo de Compromisso, de 29/12/2006, Feema, município Angra dos Reis e AMAV
 - Decreto 6040, 07/02/2007 – institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
 - Decreto 6040, 07/02/2007 – institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
 - TENÓRIO, Maria Cristina. Povoamento Pré-histórico da Ilha Grande. *In: Prado (org) IG: do sambaqui ao Turismo, 2006.*
 - WUNDER, Sven. Modelos de Turismo, florestas e rendas locais. *In: Prado (org) IG: do sambaqui ao Turismo, 2006.*
 - IN nº 01 ICMBio/MMA, 18/09/2007 – disciplina diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de UC Federal das categorias Resex e RDS.

- IN n° 02 ICMBio/MMA, 18/09/2007 – disciplina diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Resex e RDS.
- IN n° 03 ICMBio/MMA, 18/09/2007 – disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de UC Federal das categorias Resex e RDS.
- IN n° 04 ICMBio/MMA, 07/04/2008 – disciplina os procedimentos para autorização de pesquisas em UCs das categorias Resex e RDS que envolvam acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.
- 27/02/2008 – Estudo planialtimétrico encomendado pela Prefeitura, da área do Aventureiro
- 2008, COSTA, Gustavo Villela Lima da. O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social. 365 p. Tese de Doutorado, PPGAS, MNRJ.

Da criação GT Aventureiro em diante:

- Ata da 1ª reunião comunitária sobre a recategorização da Praia do Aventureiro, de **16/01/2008** (presentes Rafael Dauldt – procurador; Larissa Fernandes - SEA, Evandro Sahtler- IEF)
- Ata da 2ª reunião comunitária sobre a recategorização da Praia do Aventureiro, de **16/02/2008** (presentes João Emilio –IEF e Mário Reis - prefeitura)
- Resolução 57 Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, de **09/04/2008** – Institui GT para estudo e proposição de exclusão da vila do Aventureiro (Ilha Grande)
- Ata da 3ª reunião comunitária sobre a recategorização da Praia do Aventureiro, de **12/04/2008** (presentes Flavia – Feema; Rafael – produtor)
- Ata da 4ª reunião comunitária sobre a recategorização da Praia do Aventureiro, de **31/05/2008**

Foram realizadas mais 4 reuniões comunitárias

ANEXO V
DOCUMENTOS PRODUZIDOS DURANTE
O PROCESSO PELO GT, PELA COMUNIDADE E PARCEIROS

- Carta da Comunidade: Posicionamento do Povo do Aventureiro em Relação ao Processo de Recategorização da Praia do Aventureiro – Ilha Grande – RJ, conduzido pelo Grupo de Trabalho (GT) formado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro pela Resolução 57, de 09/04/2008 (1ª emissão – 09/08/2008; segunda emissão: 24/09/2008)
- Projeto aprovado pelo Ministério do Turismo: O Povo do Aventureiro: Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (UFRRJ / CODIG)
- Planilha Comparativa da Legislação em APA, RDS, RESEX (Flávia Teixeira)
- Levantamento Sócio-ambiental da Comunidade do Aventureiro, REBIO Praia do Sul e Parque Marinho Estadual do Aventureiro. Deise Benevides, agosto/2008.
- Mapa de Uso dos Recursos Naturais (Deise)
- Georeferenciamento de Roças, Extração Vegetal, Pontos de Pesca, Caminhos, Captação de Água (GT - outubro/2008)
- Sistematização do Turismo e da Pesca no Aventureiro (GT - outubro 2008).
- Sistematização da legislação referente ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) – GT - out 2008.
- Censo do Aventureiro (Deise), out 2008.
- Versão preliminar do Relatório de Situação Atual (GT, nov 2008)
- Primeira versão de Proposta de Acordo do Governo à Comunidade (GT, nov 2008)

ANEXO VI
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PORTARIA Nº 581/06

CONSIDERANDO a reunião realizada no Gabinete desta Promotoria de Justiça no dia 09 de março de 2006, com os representantes da Associação de Moradores da Praia do Aventureiro e com o Diretor da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPÊ;

CONSIDERANDO que os participantes da reunião compareceram espontaneamente ao gabinete desta Promotoria de Justiça para externar que a Comunidade da Praia do Aventureiro, localizada na Ilha Grande, Angra dos Reis, está extremamente preocupada com a atuação do Poder Público, ante o descaso com os interesses da Comunidade;

CONSIDERANDO que a área que a Comunidade ocupa está inserida dentro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis, Unidade de Conservação de Proteção Integral onde não se permite sequer a presença do homem e que, todavia, a Comunidade lá reside há mais de 300 anos, tendo sido a Unidade de Conservação criada no ano de 1981;

CONSIDERANDO que tramita perante a FEEMA o Processo nº E-07.200.567/04, que dispõe sobre a alteração de limites da REBIO, incluindo a desafetação da Comunidade do Aventureiro da área da Reserva;

CONSIDERANDO que em ocorrendo a desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da REBIO, os moradores podem vir a ser expulsos da área que tradicionalmente ocupam, em razão do forte grau de especulação imobiliária que incide sobre o local;

CONSIDERANDO que a comunidade possui um projeto de transformar a Praia do Aventureiro em outra unidade de conservação que lhes garantam o direito de continuar a ocupar a área, bem como o direito de exercer atividades que lhes garantam o próprio sustento, obedecendo ao uso sustentável do meio ambiente;

CONSIDERANDO que a necessidade da criação de outra unidade de conservação ou da ampliação dos limites do Parque Estadual da Ilha Grande, para incluir a Praia do Aventureiro deverá suceder imediatamente à desafetação sem que haja o intervalo temporal entre os dois atos, a fim de resguardar os interesses da Comunidade Caiçara que lá habita há mais de 03 (três) séculos;

CONSIDERANDO que no ano de 1981 o Estado do Rio de Janeiro criou a Reserva Biológica da Praia do Sul, de domínio público, através do Decreto nº 4.972/81, em área de 3.600 ha, como forma de preservar o ambiente primitivo da Praia do Sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes naquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas;

CONSIDERANDO que a Reserva Biológica da Praia do Sul consiste em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme determina o art. 8º, inciso II da Lei nº 9.985/00, que institui o SISNAMA – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

CONSIDERANDO que o art. 10 do mencionado diploma legal define a Reserva Biológica como a Unidade de Conservação que tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, **sem interferência humana direta ou modificações ambientais**, exceto aquelas que visem a recuperação dos ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para restabelecer e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. **A visitação é expressamente proibida**, salvo para fins educacionais e de pesquisa científica;

CONSIDERANDO que no ano de 1995 o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei nº 2.393/95 que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro e estabelece em seu art. 1º, *in verbis*:

*Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, **autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.***

*§ 1º - **A concessão do direito real de uso às áreas ocupadas, prevista no caput desse artigo, será inegociável por prazo indeterminado, podendo ser transferível apenas aos descendentes diretos somente se os mesmos também dependerem direta e prioritariamente destas mesmas áreas, vedadas a locação ou sublocação a outros interessados.***

*§ 2º - **Como contrapartida deste direito, as populações beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação.***

*§ 3º - **Em nenhuma hipótese poderá ser concedido o direito real de uso de terra em áreas que sejam consideradas, por Lei, como Reservas Biológicas.***

CONSIDERANDO o evidente interesse público que a desafetação da Praia do Aventureiro da REBIO requer, haja vista a existência secular da comunidade caiçara que lá habita, que necessita de meios que lhes garantam a própria subsistência, ante o direito constitucional fundamental que é o direito à vida, bem como a preocupação com a preservação do meio ambiente, haja vista a forte especulação imobiliária que a Ilha Grande atrai, especialmente na Praia do Aventureiro;

CONSIDERANDO, por fim, que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e da defesa dos direitos da cidadania, consoante o art. 129, inciso III da Constituição da República e art. 173, inciso III da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

INSTAURO o presente **INQUÉRITO CIVIL**, com a finalidade de **tutelar os direitos da comunidade caiçara da Praia do Aventureiro, haja vista a existência de processo de desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, situada na Ilha Grande, Angra dos Reis, bem como para, ao mesmo tempo, fazer o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da Comunidade no local que tradicionalmente habita e garantir meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente**, sendo assim, determino inicialmente:

1. Comunique-se à FEEMA a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a remessa de cópia integral do Processo nº E-07.200.567/04, que dispõe sobre a alteração dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis, incluindo a desafetação da Comunidade do Aventureiro da área da REBIO. Solicite-se, ainda, informar qual a nova destinação da área a ser desafetada;

2. Comunique-se ao IEF a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, informar qual a nova destinação da área a ser desafetada;

3. Comunique-se à SERLA a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, informar qual a nova destinação da área a ser desafetada;
4. Comunique-se à CECA a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, informar qual a nova destinação da área a ser desafetada;
5. Comunique-se ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, informar qual a nova destinação da área a ser desafetada;
6. Comunique-se ao Município de Angra dos Reis a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria, assinando prazo de 30 (trinta) dias para manifestação, caso queira;
7. Comunique-se à Associação de Moradores da Praia do Aventureiro a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar a remessa de quaisquer outras informações necessárias ao andamento da presente investigação;
8. Comunique-se à SAPÊ a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar a remessa de quaisquer outras informações necessárias ao andamento da presente investigação;
9. Comunique-se ao CODIG a instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria e, aproveite-se o mesmo ato para solicitar a remessa de quaisquer outras informações necessárias ao andamento da presente investigação;
10. Pesquise-se no site do Tribunal de Justiça de Angra dos Reis o nº da Ação Civil Pública proposta pela Associação de Moradores da Praia do Aventureiro sobre o exercício da atividade de camping durante o carnaval de 2006 e junte-se ao presente;
11. Ante o evidente interesse público que o objeto da presente investigação demanda, instituo **TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA**. Anote-se onde couber;
12. Esgotados os prazos retornem conclusos para ulterior deliberação.

Registre-se, autue-se, publique-se. Cumpra-se o determinado.

Angra dos Reis, 14 de março de 2006

Patrícia Gabai Venancio

Promotora de Justiça

ANEXO VII
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECOMENDAÇÃO Nº 10/06
Inquérito Civil nº 581/06

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Angra dos Reis, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no art. 129, incisos II e III da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/93; art. 27, inciso IV da Lei nº 8.625/93 e art. 34, inciso IX da Lei Complementar nº 106/03;

CONSIDERANDO a reunião realizada no Gabinete desta Promotoria de Justiça no dia 09 de março de 2006, com os representantes da Associação de Moradores da Praia do Aventureiro e com o Diretor da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPÊ;

CONSIDERANDO que os participantes da reunião compareceram espontaneamente ao gabinete desta Promotoria de Justiça para externar que a Comunidade da Praia do Aventureiro, localizada na Ilha Grande, Angra dos Reis, está extremamente preocupada com a atuação do Poder Público, ante o descaso com os interesses da Comunidade, haja vista as ações fiscalizatórias ocorridas no Carnaval, Semana Santa e demais feriados o que vem impedindo a comunidade de praticar atos para sua própria subsistência;

CONSIDERANDO que a área que a Comunidade ocupa está inserida dentro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis, Unidade de Conservação de Proteção Integral onde não se permite sequer a presença do homem e que, todavia, a Comunidade lá reside há mais de 300 anos;

CONSIDERANDO que em 1981 o Estado do Rio de Janeiro criou a Reserva Biológica da Praia do Sul, de domínio público, através do Decreto nº 4.972/81, em área de 3.600 ha, como forma de preservar o ambiente primitivo da Praia do Sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes naquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas;

CONSIDERANDO que a Reserva Biológica da Praia do Sul consiste em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme determina o art. 8º, inciso II da Lei nº 9.985/00 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;

CONSIDERANDO que o art. 10 do mencionado diploma legal define a Reserva Biológica como a Unidade de Conservação que tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, **sem interferência humana direta ou modificações ambientais**, exceto aquelas que visem a recuperação dos ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para restabelecer e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. **A visitação é expressamente proibida**, salvo para fins educacionais e de pesquisa científica;

CONSIDERANDO que no ano de 1995 o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei nº 2.393/95 que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro e estabelece em seu art. 1º, *in verbis*:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta

e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.

§ 1º - **A concessão do direito real de uso às áreas ocupadas, prevista no caput desse artigo, será inegociável por prazo indeterminado,** podendo ser transferível apenas aos descendentes diretos somente se os mesmos também dependerem direta e prioritariamente destas mesmas áreas, vedadas a locação ou sublocação a outros interessados.

§ 2º - **Como contrapartida deste direito, as populações beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação.**

§ 3º - **Em nenhuma hipótese poderá ser concedido o direito real de uso de terra em áreas que sejam consideradas, por Lei, como Reservas Biológicas.**

CONSIDERANDO o evidente interesse público que a desafetação da Praia do Aventureiro da REBIO requer, haja vista a existência secular da comunidade caiçara que lá habita, que necessita de meios que lhes garantam a própria subsistência, ante o direito constitucional fundamental que é o direito à vida, bem como a preocupação com a preservação do meio ambiente, haja vista a forte especulação imobiliária que a Ilha Grande atrai, especialmente na Praia do Aventureiro;

CONSIDERANDO que tramita perante a FEEMA o Processo nº E-07.200.567/04, que dispõe sobre a alteração de limites da REBIO, incluindo a desafetação da Comunidade do Aventureiro da área da Reserva, o que somente poder ser feito através de lei;

CONSIDERANDO que em ocorrendo a desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da REBIO, os moradores temem ser expulsos da área que tradicionalmente ocupam, em razão do forte grau de especulação imobiliária que incide sobre o local, principalmente se a área ficar somente dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental de Tamoios – APA TAMOIOS que compreende todo o território da Ilha Grande, bem como a zona costeira do continente correspondente ao espaço territorial de Angra dos Reis, considerando-se que a APA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO que a comunidade possui um projeto de transformar a Praia do Aventureiro em outra unidade de conservação que lhes garantam o direito de continuar a ocupar a área, bem como o direito de exercer atividades que lhes garantam o próprio sustento, obedecendo ao uso sustentável do meio ambiente, mais especificamente em uma **Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS**, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Lei do SNUC no que tange às disposições transitórias que regulamenta a situação das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação;

CONSIDERANDO que até que seja definida qual a nova Unidade de Conservação que será implementada quando da desafetação da Praia do Aventureiro da REBIO **é IMPRESCINDÍVEL que o Poder Público estabeleça normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação EFETIVA na elaboração das referidas normas e ações;**

CONSIDERANDO que as atividades de subsistência da Comunidade deverá ser compatível com os objetivos da Unidade devendo ser tais atividades

regulamentadas pelo Poder Público de forma a permitir o *modus vivendi* da população tradicional e sua sustentabilidade com o meio ambiente;

CONSIDERANDO que o art. 42 da Lei nº 9.985/00 foi regulamentado pelo Decreto nº 4.320/02, o qual determina em seu art. 39 que as condições de permanência das populações tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por **Termo de Compromisso**, negociado entre o órgão executor e a população envolvida, devendo indicar as **áreas ocupadas**, as **limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida**;

RESOLVE RECOMENDAR

1. à FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA E DE MEIO AMBIENTE – FEEMA, na pessoa de sua Presidente, Dra. Isaura Fraga;
2. ao INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, na pessoa de seu Presidente Dr. Maurício Lobo;
3. à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SEMADUR, na pessoa de seu Secretário, Dr. Luiz Paulo Fernandez Conde;
4. ao MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Fernando Antonio Ceciliano Jordão e

Que celebrem o TERMO DE COMPROMISSO, a que alude o art. 39 do Decreto nº 4.320/02, que regulamentou o art. 42 da Lei nº 9.985/00, de caráter transitório, enquanto não se encerrar o processo de desafetação da área com a instituição de outra Unidade de Conservação nos moldes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, conforme reivindica a Comunidade, definindo as condições de permanência da Comunidade da Praia do Aventureiro, bem como indicando as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida, regulamentando o exercício das atividades desenvolvidas, tais como camping, pesca, artesanato, agricultura etc.

A presente RECOMENDAÇÃO deverá ser atendida, dentro do **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, devendo, dentro do mesmo prazo, manter esta Promotoria de Justiça informada sobre seu fiel cumprimento, sob pena de ajuizamento da competente ação judicial, nos termos do art. 24 da Resolução GPGJ nº 1.066/02, bem como de responsabilização civil, administrativa e criminal de quem de direito.

Publique-se, registre-se, intimem-se.

Angra dos Reis, 29 de agosto de 2006

Patrícia Gabai Venancio

Promotora de Justiça

ANEXO VIII
RESUMO DO TERMO DE ACORDO

ATRIBUIÇÕES	RESPONSÁVEL
01- Submeter ao Executivo, em 180 dias, a partir de 29/XI/2006, proposta de projeto de lei com a exclusão definitiva do Aventureiro da RP SUL.	FEEMA
02-Fornecer aos moradores informações sobre a RBEP Sul e o PE M. Aventureiro e os Diplomas Legais que protegem e preservam a biodiversidade dessas Unidades de Conservação da Natureza;	
03-Estabelecer normas e procedimentos para o disciplinamento das atividades no Aventureiro;	
04-Divulgar informações aos turistas e visitantes sobre as restrições ambientais que incidem sobre a região;	
05-Fiscalizar os limites provisórios da RBEPSUL;	
06-Promover a Educação Ambiental;	
07-Colaborar com a PMAR na fiscalização de construções novas, acréscimos e alterações.	
01-Cadastrar todos os moradores, edificações e quintais no Aventureiro;	PMAR
02-Promover a implantação de sistema de tratamento e disposição de esgoto	
03-Manter e aprimorar o sistema de coleta e transporte de resíduos sólidos	
04-Implantar sistema de coleta seletiva de lixo	
05-Fiscalizar as atividades comerciais e de construção;	
06-Controlar o fluxo de turistas de acordo com a capacidade de suporte da área	
07-Cadastrar e controlar os proprietários de barcos que transportam passageiros para a Praia do Aventureiro;	
08-Colaborar com a FEEMA na fiscalização da RBEPSUL e do PEM Aventureiro;	
09- Instalar placas de sinalização, informando os limites da área descrita na clausula 2ª;	
01-Respeitar os limites do Aventureiro com a REBIO PSUL, provisoriamente definidos na clausula 2ª;	AMAV
02-Orientar visitantes e hóspedes sobre as restrições ambientais que incidem sobre a região;	
03-Submeter à prévia aprovação da FEEMA e da PMAR requerimentos para o desenvolvimento da atividade de camping, identificando o local, delimitando a área e infra-estrutura disponível, acompanhado das informações exigidas por regulamento específico, comprometendo-se a respeitar a capacidade e restrições estabelecidas pela PMAR.	
04-Manter livro de registro de hóspedes e usuários de camping e disponibiliza-lo ao Poder Público sempre que solicitado;	
05-Zelar pela manutenção das placas de sinalização;	
06-Não desenvolver atividades de pesca predatória no P.E.M. Aventureiro;	
07-Não suprimir vegetação nas encostas e margens de rio;	
08-Não retirar barro das encostas sem a previa autorização da FEEMA;	
09-Não cortar pedras da praia ou da encosta, sob nenhum pretexto;	
10- Não usar fogo para fins agrícolas;	
11- Não extrair lenha e nem estacas para construção;	
12-Desativar as áreas de roça fora dos limites provisórios do Aventureiro;	
13-Não edificar ou ampliar sem previa consulta à Prefeitura e FEEMA;	
14-Não implantar atividade comercial sem consultar a P.M.A. Reis;	

**ANEXO IX
REGISTROS DE OCUPAÇÃO NO GRPU**

	Nome / Lote	Inscrição RIP	Início Ocup	Área construção (m²)	Área total (m²)
1	Hercílio Floriano dos Santos	5801.03411.000-0	1996	23,59	507,50
2	Pedro Honório Cardoso *				
3	Oscar Martinez	5801.03448.000-1	1996	72,00	78,00
4	Luis Cláudio Tenório *				
5	Luis Cláudio Tenório	5801.03410.000-4	1996	97,59 + plantações	650,00
6	Benedita Maria da Conceição	5801.03447.000-6	1996	43,24 + benfeitorias (56,93)	231,20
7	Casa de Farinha da Benedita *				
8	Hailton Rosendo do Espírito Santo	5801.03412.000-5	1996	29,68 + plantações	481,00
9	Rosendo Tibúrcio do Espírito Santo	5801.03413.000-0 (??)	1996	21,63 + plantações (80,00)	310,50
10	Rosendo Tibúrcio do Espírito Santo	5801.03414.000-6	1996	97,20 + plantações (150,00)	1254,00
11	Clementino Tenório da Silva	5801.03415.000-1	1996	94,64	630,00
12	Neuzeli Cardoso dos Santos	5801.03416.000-7	1996	91,80	405,00
13	Arnor Mello Velludo	5801.03417.000-2	1996	67,84	218,01
14	Mitra Diocesana de Itaguaí	5801.03419.000-3 (??)	1996	45,23 + benfeitoria (48,96)	199,23
15	Rancho do Clélio *	5801.03420.000-9	1998	13,60	13,60
16	Clélio Tenório da Silva	5801.03418.000-8	1996	46,08	46,08
17	Roberto Maciel de Moura	5801.03445.000-5	1996	66,88	325,00
18	Valdemiro Tenório do Nascimento	5801.03444.000-0	1996	47,94	227,33
19	Casa de farinha *				
20	Benfeitoria do Sr. Jorge da Cruz *				
21	Jorge da Cruz	5801.03421.000-4	1996	52,668 + benfeitoria (75,298)	416,00
22	Amarildo da Cruz	5801.03423.000-5	1996	24,75	170,50
23	Cláudio Tenório da Silva	5801.03422.000-0	1996	41,31	165,00
24	Adilson Correia	5801.03424.000-0	1996	43,98 + plantações	440,00
25	José Tenório do Nascimento	5801.03425.000-6 (??)	1996	66,41	260,00 (??)
26	José Maria dos Santos	5801.03426.000-1	1996	42,00	173,40
27	Edson Tenório	5801.03427.000-7	1996	22,55	143,00
28	Mário Corrêa	5801.03428.000-2	1996	79,56 + benfeitoria (95,38)	1.126,40
29	Rubens Corrêa	5801.03429.000-8	1996	53,20 + benfeitoria (59,00)	675,00
30	Horacilda Correa	5801.03446.000-0	1996	40,31 + plantações	400,40
31	Escola Municipal Osório	5801.03430.000-3	1996	87,50	87,50

	Manoel Correa				
32	Gov. Est. RJ (Feema)				
33	Gov. Est. RJ (Feema)				
34	Zuleica Cardoso Correa *				
35	Zuleica Cardoso Correa	5801.03435.000-0	1996	28,80	28,80
36	Rancho (Rosangela do Espírito Santo)	5801.03439.000-2	1996	38,30	38,30
37	Casa de farinha (Antonio Cardoso de Souza) *				
38	Angelina Cardoso de Souza	5801.03438.000-7	1996	75,25 + benfeitoria (10,38)	99,61
39	Antonio Cardoso de Sousa	5801.03437.000-1	1996	108	147,00
40	Verte Correa	5801.03436.000-6	1996	87,50	127,40
41	Laercina Correa da Silva	5801.03431.000-9	1996	39,36	238,00
42	José Correia	5801.03434.000-5	1996	52,43	189,00
43	Carlos Ozório Corrêa	5801.03433.000-0 (??)	1996	54,06	54,06
44	Dagno Mac Cormick	5801.03443.000-4	1996	98,88 + benfeitorias (102,88)	141,75
45	Manoel da Silva	5801.03432.000-4 (??)	1996	40,50	319,00
46	Casa não cadastrada Espólio de Antonio Correia dos Reis *				
47	Zuleica Cardoso Correia	5801.03440.000-8	1996	41,38	41,38
				1.969,6	10.797,95

* Pessoas que não quiseram receber as certidões

Fontes:

(1) - "Moradores da Praia do Aventureiro – Ilha Grande". Cadastramento das famílias da Praia do Aventureiro. Realizado por: Maria do Carmo Nóbrega do Aguiar / Dalton Coutinho Callado / Lupercia Smith (procuradoria PMAR) / Washington (cadastro / Séc. Fazenda PMAR) / Maria Cristina Façanha (DPU/RJ). Núcleo de Terras Procuradoria Geral Mun. AR; Certidão de Inscrição de Ocupação, Decreto-lei 1.561/77, de 13/07/77. Processo 10768.007619/96-98 Ministério da Fazenda – Secretaria Patrimônio da União – Delegacia Patrimônio da União no RJ

ANEXO X
RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE MORADORES TRADICIONAIS

Casa	Nome	Categoria de população	Idade	Sexo	Obs.
1	Manoel	NM	59	H	
	Sueli	NM	44	m	
	Max	NM	23	h	
	Ana Paula	NM	22	m	
	Edna	NM	18	m	
	Márcia	NM	15	m	
2	Eliane	V	adulto	m	
	Max	V	adulto	h	
3	Roberto Coelho	MI	adulto	h	
4	Osório	NnM	adulto	h	
5	Anísio	V	adulto	h	
	Nice	V	adulto	m	
6	Renato	V	adulto	h	
7	Lucinea	NM	45	m	
	Antonio	NM	58	h	
	Fábio	NM	21	h	
	Fabiano	NM	23	h	
	Rodrigo	NM	25	h	
8	Sidinei	NM	50	h	
	Rosângela	NM	37	m	
	Samara	NM	16	m	
	Kauan	NM	1	h	
9	Vera	InM	adulto	m	
	Dito	NnM	adulto	h	
10	Verte (casa/bar/restaurante)	NM	55	h	
	Zuleica	NM	45	m	
	Alex	NnM	27	h	
11	Rubem	NnM	58	h	
	Olicéia	NnM	45	m	
	Carine	NnM	18	m	
	Ronaldo	NnM	22	h	
	Nissinha	NnM	29	m	
	Tataco	NnM	40	h	alugada
12	Adriana	NnM	30	m	alugada
	Amanda	NnM	9	m	alugada
	Ariane	NnM	7	m	alugada
	Alexandre	NnM	13	h	alugada
13	Cida	NM	65	m	
14	Mário (aluga quarto)	NnM	60	h	
	Tonica	NnM	50	m	
	Mazinho	NnM	35	h	
15	Djamil (Ferreira)	InM	38	h	alugada pro Hamilton, Lais e Ana Carolina e Guilherme (contrato de 2 anos)
	Andréa	NnM	28	m	alugada pro Hamilton

16	Valdomiro	NM	60	h
	Maria	NnM	adulto	m
	Marcelo	NnM	adulto	h
	Daniela	NnM	adulto	m
	Simone	NnM	adulto	m
17	Roberto Moura	V	adulto	h
18	Magali	V	adulto	m
	Arno	V	adulto	h
19	Neuzeli	NnM	adulto	m
20	Larissa	MI	29	m
	Daniel	MI	27	h
	Luara	MI	0,5	m
21	Clementino	NM	55	h
	Célia	NM	45	m
	Aldianes	NM	19	m
22	Eunice	NM	43	m
	Hailton	NM	46	h
23	Roseno	NM	66	h
	Iracema	NM	62	m
	Junior	NM	18	h
24	Jeana	MI	adulto	m
	Edinaldo	NM	30	h
	Ma. Aparecida	NM	3	m
25	Juraci	NM	65	m
	José	NM	70	h
	Elivanda	NM	29	m
	Everaldo	NM	35	h
26	Sebastiana	NM	41	m
	José Maria	NM	49	h
	Josinei	NM	19	h
	Josilene	NM	15	m
	Josimar	NM	13	h
27	Chalé do Edson	NnM	40	h
28	Benedito	NM	68	h
29	Luciano	NM	27	h
	Creuzeni	NM	27	m
	Lucas	NM	3	h
30	Anderson	MI	28	h
	Luis	NM	50	h
	Janete	NM	40	m
	Eduardo	NM	22	h
	Joel	NM	21	h
	João Paulo	NM	23	h
	Mateus	NM	12	h
	Vitor	NM	17	h
	Jaqueline	NM	19	m
	Janaina	NM	1	m
31	Oldair	NnM	30	h
32	Adilson	NM	45	h
	Joana (gestante)	NM	40	m
	Alessandro	NM	20	h
	Alessandra	NM	18	m

	Débora	NM	15	m
33	Cláudio	NM	50	h
	Claudemir	NnM	adulto	h
34	Amarildo	NM	43	h
	Creuzeni	NM	37	m
	Anderson	NM	19	h
	Adrielle	NM	16	m
	Adriane	NM	14	m
	Ester	NM	11	m
35	Jorge	NM	72	h
	Esmeralda	NM	62	m
	Rildo	NM	34	h
	Giliarde	NM	20	h
	Gilma	NM	17	m
	Shirle	NnM	25	m
	Yasmin	NnM	5	m
36	Vanderlei	NM	38	h
37	Cláudia	NM	30	m
	Vagner	NM	36	h
	Vinicius	NM	14	h
	Guilherme	NM	6	h
	Gustavo	NM	3	h
38	Flávio	NM	31	h
	Luciana	NM	29	m
	Luana	NM	10	m
	Letícia	NM	6	m
39	Deise	MI	27	m
	Criste	NM	29	h
	Davi	NM	4	h
40	Era do pai da Lucia			
41	Alexandre	V		h

comodato para pessoa de fora (gnomo)

NM – Nativo Morador
NnM – Nativo não Morador
MI – Morador Incorporado
InM – Incorporado não Morador
V - Veranista

ANEXO XI
INFORMAÇÕES SOBRE PESCA LEVANTADAS EM OUTUBRO DE 2009

Tipo	Malha	Local	Peixe	Época
Rede de espera	40 - 70	Beira da praia, largo sem pedra	Xerelete Gueti Cavala Enxova Sororoca Sambalo	Ano todo
	50 curvineira	Costão (50-70) fora do costão	Curvina Xereu branco Xereu preto Olho de boi Olhudo Piragica Bijupira Dourado Olhete Sargo de baço Pomba de moça Papa-terra Curvina Robalo Cação vermelho	Ano todo
	70	Costão		
Rede de traineira (em círculo / cerca)	30 - 40		Todos, menos sardinha	Mais no verão
Arrastão de praia Obs. Mobiliza boa parte da comunidade: de canoa ou a pé, vão até o local e, sendo preciso, ajudam a puxar a rede para a areia.	25 - 50	Sul, Aventureiro, Leste	Tainha	Inverno
Arrastão	15		Isclas	Todo ano
Linha de mão		Ponta do Aventureiro Pedra do Demo Pisirica Ilhote Costão De canoa até a Ponta dos Dragos Guriri Praia do Sul Costão leste	Garoupa Enxova Marimbá Badejo Pampo Cação Mira Garabe (?) Bicuda Xerelete Cavala Mangorra Parati barbudo Sambalo Caranha Cação anjo Baiacu Saraminguera	Todo ano

			Vudião Sabonete	
Negaça (usa tecido branco no anzol, prática muito tradicional)		Mesmos locais da pesca de linha	Xerelete Anxova Xereu preto Xereu branco Bicuda Olhuda Mira Bonito	Mais no verão
Varejo (isca e fica esperando)		Mesmos locais da pesca de linha	Guenvira (?) Garoupa Enxova Mariba Robalo Badejo Cação Espada	Mais no verão
Canço Mais tradicional, o molinete é mais moderno		Costão Pedra do Demo Leste Simão Dias Ilhote Ponta do Aventureiro Aventureiro Drago Buraco do Loló Cael Redondo Cael da Paragica Cael do Sargo Cael da Bananeira Roxa Cael Pisirica Baixa Cael Enleador de Fio Cael Pisirica Alta Cael Pedra Chata Cael Alto do Sabiá		
Canço		Caelzinho Cael do Espirro Cael do Cavalo Cael do Roque Cael da Toca Arpoador Pedra Rolô Resingueira Onde a Mulher caiu Sobrado Saquinho Pilar Ponta do Simão Dias Ponta da Pedra Cachoeira d'Água Ponta do Mineiro Pau caído Cael do Velho Pedro Paredão		Ano todo, se não tiver, volta para casa
Canço		Oratório Arpoador do Babi Racha da Andorinha Drago		

Fisga (não se usa mais há 20-25 anos)		Em cima de pedra, canoa e de árvore	Tainha Cavala Robalo Bocuda Caranha Gudião	Todo ano
Tarrafa (muito raro)			Mais para isca	
Zangareio ou Garateia e Arrastão de malha 15		Ponta do Aventureiro Ancoradouros Fora do Ilhote Costão do Leste Costão Simão Dias	Lula	Setembro – Abril / Maio

Classificações

- Peixe forte – tem muito sangue, a carne escura - causa alergia; a mulher de resguardo, quem tá com problema de pele, pereba, não podem consumir: xarel preto, parati, bonito, marimbá, anxova, olho de boi.....
- Peixe de carne escura: bonito, xarel preto, paragica, olho-de-boi...
- Peixe espada, xarel preto são remosod mas não são fortes
- O bonito é remoso e forte
- Peixe de corrida (de passagem) – sempre em cardume: anxova, xerelete, cavala, bicuda, tainha, bonito, olhuda, xareu branco, xareu preto.....
- Peixe de pedra: marimba, mangorra, saema, garoupa, gudião, pirajica, frade.....
- Peixe de fundo: linguado, furacú, coete, pomba-de-moça, bagre, bacuruba, roncador, imbetara, arraia, corcoroca, cação anjo, batata, pargo.....
- Peixe de escama: linguado, barana, anxova, bicuda, corvina.....
- Peixe de pele: cavala, bonito, espada, sororoca, xarel do branco, peixe-galo, serrinha, cavalinha.....
- Peixe de couro: guaiacu, guinvira, moreia, capucho, cação, jaguareçá (olho-de-cão), arraia, peixe porco, bagre.....

COLETA DE INVERTEBRADOS		
Camarão (pitu) – isca	todos os córregos	redinha, peneira, malha 15
Siri (mais no verão)	Toda praia até o Leste	puçá
Caranguejo – não se pega, não é utilizado, muito raro		mangue
Tatuira – isca (ano todo)	Praia toda	
Goia (mais no verão, na maré baixa) Mariscar = pegar goia	Cantinho doAventureiro Nas tocas Codoro Canto do Leste	Pau de isca e com a mão
Santola (Goia) – vermelho carnudo – maré baixa, na lua cheia		
Caracol (ano todo) – alimento – farofa – isca	pedras	
Sururu – lua cheia e nova ele engorda	Pedra do Demo, Ilhote,	Cavadeira, facão,
Unha de velho (concha) – alimentação ou isca – set/outubro, na lua nova	Ponta da Praia do Sul	Cavando na areia
Chave (búzio) – agosto, na maré baixa, na areia	Praia do Sul e Leste	
Ostra – muito pouco		
Concha – muito pouco		

SITUAÇÃO DOS PESCADORES

Nome	Carteira profissional de pescador	Carteira do Ibama
Hailton	Sim	-
Vovô	Sim	-
Rubens	Sim	sim
Sidnei	Sim	-
Zé Maria	Sim	Deu entrada
Verte Correa	Sim	sim
Adilson	Sim	sim
Luis	Sim	-
Roberto	Sim	-
Nezinho	Sim	-
José Tenório	Sim	Sim
Amarildo	Sim	-
Mario Correia	Sim	-

Obs. Seguro defeso somente um morador (Rubem) tem.

ANEXO XII TRAÇOS DA CULTURA CAIÇARA

Fonte: Museu Caiçara de Ubatuba
<http://www.muscai.com.br/caicaras/index.html>)

Origem

No Brasil, há inúmeras nações indígenas. No entanto, no ato da colonização, os índios foram gradativamente sendo exterminados de nosso litoral, deixando heranças que ainda hoje se perpetuam. Os caiçaras são um exemplo vivo desta combinação índio/colono, terra/mar - que se estabeleceram nos costões rochosos, restingas, mangues e encostas da Mata Atlântica.

A palavra caa-içara é de origem tupi-guarani. Separadas, as duas palavras sugerem uma definição: caa significa galhos, paus, "mato", enquanto que içara significa armadilha. A idéia provinda desta junção seria, à primeira vista, uma armadilha de galhos. O termo, porém, denomina as comunidades de pescadores tradicionais dos Estados de São Paulo e Paraná e sul do Rio de Janeiro. Com poucos contatos com o "mundo de fora", os caiçaras evoluíram aproveitando os recursos naturais à sua volta, que resultou numa grande intimidade com o ambiente. Povo anfíbio, entre o mar e a floresta, estas pequenas comunidades tentam, ainda hoje, preservar seus valores de grupo. Seus territórios - praias e enseadas - são de difícil acesso, por vezes protegido por Unidades de Conservação. Atualmente estas terras são alvo da especulação imobiliária, devido à sua beleza e excelente estado de conservação.

Pesca

Os pequenos e médios barcos a motor vieram fazer parte desta cultura nos meados da década de 60. Antes deste período, a agricultura era a atividade primária. O homem caiçara passou de lavrador para pescador e, hoje, podemos dizer que a pesca é a principal atividade do homem caiçara.

O aparelhamento e as embarcações sobreviveram de processos indígenas, ao passo que, na captura, predominam os elementos da cultura portuguesa. A poita, indígena, é nada mais do que uma âncora primitiva, empregada para canoas e redes.

É dela que provêm expressões comuns dos caiçaras como: canoa poitada, poitado na cama, saiu da poita etc. O termo em tupi significa parar ou estar firme. Também é possível identificar heranças na pesca providas da imigração japonesa, como é o caso do cerco. Os aparelhos de pesca são divididos em três grupos:

- destinados a ferrar o peixe (arpão, fiska, anzol, espinhel);
- as redes de emalhar e as de envolver e
- armadilhas, fixas ou flutuantes.

Com estes, o homem caiçara pesca no "mar de dentro" para sua subsistência. O arrasto da tainha merece atenção especial, pois se trata de um momento de congregação da comunidade, onde todos trabalham para todos. Com uma rica noção de pesca adquirida ao longo do tempo, os caiçaras começaram a trabalhar em barcos pesqueiros há cerca de 30 anos. Hoje, a maioria dos homens adultos são empregados em grandes barcos de sardinha, levando-os a pescar no "mar de fora", desde Cabo Frio até a divisa com o Uruguai. Recebem porcentagens da pesca de acordo com sua especialidade e, em épocas de proibição da pesca ("defeso"), desembarcam de volta aos seus lares.

Agricultura

O sistema de cultivo utilizado pelos caiçaras tem marcada influência indígena. Comumente chamada de coivara ou roça de toco, esta técnica itinerante consiste, basicamente, na derrubada e queima da mata para utilizar o terreno para cultivo, seguindo-se um período de pousio, isto é, um "descanso" da terra. Observam-se elementos da cultura indígena tanto no manejo do ambiente como nos produtos, já processados, da roça.

A agricultura caiçara serve como complemento alimentar dos pescadores e seu principal produto é a farinha de mandioca - consumida em quase todas as refeições - que desde os tempos imemoriais se trata de um substituto do pão europeu e, por isso mesmo, chamada de "pão dos trópicos". Existe, ainda, uma infinidade de produtos secundários e ervas medicinais. Seus principais produtos são: mandioca, milho, cana, feijão, guandu, inhame, entre outros.

Ao contrário do que possa parecer, a roça caiçara não se trata de uma agricultura "primitiva", mas uma tecnologia aprimorada que se desenvolveu frente às condições tropicais. Pesquisas recentes indicam ser esta forma de cultivo um sistema agrícola auto-sustentável. No entanto, a agricultura vem perdendo espaço e interesse dentro das comunidades, por causa da perda da noção do poder aquisitivo que acarreta na compra de alimentos nas cidades mais próximas.

A extração de madeira para diversos fins como lenha, construção de canoas e casas etc., esbarra muitas vezes em proibição das leis que regem algumas Unidades de Conservação. Os caiçaras ficam assim limitados em seu próprio território. No entanto, uma das interessantes extrações é verificada na Comunidade do Aventureiro (Ilha Grande - RJ) onde os caiçaras retiram a casca do cobí (*Anadenanthera colubrina*) e a levam ao fogo para retirar sua resina. Esta é aplicada nas redes de pesca com a finalidade de fortalecer a malha, ficando com uma tonalidade vermelha.

Plantas são também usadas para uma grande variedade de propósitos, como alimento, medicina, construção, entre outros. O conhecimento dos caiçaras sobre ervas medicinais é bastante vasto, sendo objeto de inúmeras pesquisas. Este etnoconhecimento se traduz desde plantas tradicionalmente usadas na medicina popular, até usos medicinais de certas espécies de peixes. Esse intenso uso demonstra a forte interação homem/ambiente mantida numa cultura extremamente próxima às maiores cidades brasileiras.

O Povo

Existem duas principais relações de trabalho nestas comunidades: a pesca, que agrega toda a comunidade e a agricultura, cujos limites são exclusivamente familiares. Ademais, ainda combinam atividades de coleta, extrativismo e artesanato. A associação do peixe com a farinha de mandioca é um dos aspectos mais gerais da dieta deste povo, que se vê hoje dividido entre a necessidade de dinheiro expressa pela intensa relação com a cultura urbana e o receio de perder sua identidade de grupo de pescadores artesanais situados em áreas preservadas.

Os caiçaras são, originalmente, um povo de religião católica, herança esta gerada pelo colono português. Há várias festas relacionadas ao catolicismo, porém a mais famosa acontece no mês de maio em homenagem à Cruz (Santa Cruz). É necessário que se realize no "claro", isto é, na lua cheia, para que todos possam comparecer. A cada ano é escolhido o festeiro - figura central na organização da festa - que, por sua vez, escolhe outros responsáveis. Durante três dias, a comunidade estará ocupada na realização da Festa de Santa Cruz.

O primeiro evento da festa é a ladainha na igreja na sexta. Já no sábado, os convidados chegam e se iniciam os batizados e mais ladainha. O último dia é mais intenso, com uma "missa festiva" com o padre mais próximo e finalmente a procissão. Andores, bastante decorados, recebem imagens de santos enquanto rezas e músicas são entoadas ao longo da extensão da praia percorrida. Após a procissão, é comum a realização de um leilão que arrecadará fundos para a festa do próximo ano.

Atualmente várias comunidades caiçaras fazem parte de Igrejas Pentecostais e Associações, dado o forte grau de contato das últimas décadas. Igrejas da Assembléia do Reino de Deus e Congregação de Cristo estão se tornando comuns e se espalhando rapidamente, o que faz com que o Catolicismo tradicional, suas festas e rituais vão se tornando cada vez mais raros e, também, são responsáveis por alguns conflitos entre comunidades.

Mais Sobre Os Caiçaras

Abaixo, algumas publicações sobre os caiçaras:

ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo. (bibliografia com 160 referências)

BEGOSSI, A. 1989. Food Diversity and Choice, and Technology in a Brazilian Fishing Community. PhD Dissertation, University of California, Davis, USA (UMI # 8919534).

BEGOSSI, A. 1995. Cultural and Ecological Resilience among Caiçaras of the Atlantic Forest Coast and Caboclos of the Amazon (Brazil). (no prelo) In: Linking Social and Ecological Systems for Resilience and Sustainability. F. Barks & C. Folke (eds.). The Beijer International Institute of Ecological Economics.

BORN, G. C. C., O. A. FÁVERO & S. PAVAN. 1994. Traditional Communities and Protected Areas: study case of the Ecological Station of Juréia-Itatins, Atlantic Rainforest, São Paulo, Brazil. In: IV International Congress on Ethnobiology, nov. pp. 17-21, Lucknow, India.

BRITO, M. C. W. de. 1995. Unidades de Conservação: intenções e resultados. Dissertação de Mestrado, PROCAM-USP, São Paulo.

CANELADA, G. V. M. & P. JOVCHELEVICH. 1992. Manejo Agroflorestal das Populações Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins. In: 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas, 29 Mar. - 3 Abr., São Paulo. pp. 913-919. Anais Rev. Inst. Flor., São Paulo, v. 4 mar. 1992.

DELAMONICA P. 1997. Florística e estrutura de floresta atlântica secundária - Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Ilha Grande, RJ. M. Sc. Thesis, Universidade de São Paulo. 113 p.

DIEGUES, A. C. 1988. Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras. NUPAUB, Universidade de São Paulo

DIEGUES, A. C. 1994. O Nosso Lugar virou Parque. NUAPUB, Universidade de São Paulo. 187 p.

FRANÇA, A. 1954. A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana. USP/FFCL, Boletim nº 178, Geografia nº 10, São Paulo. 196 p

MARCÍLIO, M. L. 1986. Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. Edições Paulinas - CEDHAL, São Paulo. 246 p.

MILANELO, M. 1992. Comunidades Tradicionais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a Ameaça do Turismo Emergente. In: 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas, 29 Mar. - 3 Abr., São Paulo. pp. 1109-1111. Anais Rev. Inst. Flor., São Paulo, v. 4 mar. 1992.

MOURÃO, F. 1988. Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo. Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Coletânea do II Encontro, NUPAUB-USP, São Paulo, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa. pp. 76-78.

MUSSOLINI, G. 1980. Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 289 p.

OLIVEIRA, R. R., D. F. LIMA, P. DELAMONICA, D. D. G. TOFFOLI & R. F. SILVA. 1994. Roça Caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável. Ciência Hoje 18 (104): pp. 44-51.

- OLIVEIRA, R. R. 1996. O Rastro do Homem na Floresta: A construção da paisagem da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul a partir de intervenções antrópicas. *Albertoia* 4 (10): pp. 109-116.
- ROSSATO, S.C. 1996. Utilização de Plantas por Populações do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências - USP, São Paulo.
- SCHMIDT, C. B. 1958. Lavoura Caiçara. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, Documentário da Vida Rural nº 14. 79 p.
- SIQUEIRA, P. 1984. Genocídio dos Caiçaras. Ed. MASSAO ONO/J. Guarnelli Editores, São Paulo. 104 p.
- TOFFOLI, D. D. G. 1996. Aspectos Agroecológicos de uma Roça Caiçara. In: I Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia, Feira de Santana, BA. Resumos. março 1996. 82 p
- TOFFOLI, D. D. G. 1996. Roça Caiçara: uma abordagem etnoecológica de um sistema agrícola de herança indígena. Monografia - Bacharelado em Geografia e Meio Ambiente - Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio. Departamento de Geografia e História. 76 p.
- TOFFOLI, D. D. G. & OLIVEIRA, R. R. 1997. Caiçara Agroforestry Management. (no prelo) Volume "Human Values of Biodiversity", UNEP. Cambridge University Press.
- VIANNA, L. P. 1996. Considerações Críticas Sobre a Construção da Idéia de Populações Tradicionais no Contexto das Unidades de Conservação. Dissertação de Mestrado em Antropologia, FFLCH-USP, São Paulo.
- VIANNA, L. P. 1992. Vila de Picinguaba: o caso de uma comunidade caiçara no interior de uma área protegida. In: 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas, 29 Mar. - 3 Abr., São Paulo. pp. 1067-1073. *Anais Rev. Inst. Flor.*, São Paulo, v. 4 mar. 1992.

ANEXO XIII

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Primeiros Relatórios sobre o Aventureiro, em ordem cronológica

ROCHA e SILVA, R. 1978. Relatório de excursão a IG em 28 e 29 de junho de 1978. Feema 4 p. (datilog)

FEEMA 1978. Parque Estadual da Ilha Grande. Programa de implantação. Rio de Janeiro, DECAM 4 p. (datilog)

FEEMA 1978. Relatório sobre a situação florestal da Região Programa Litoral Sul com diretrizes sobre as áreas críticas a serem reflorestadas e recomendações para implantação de reservas biológicas e o PEIG. Rio de Janeiro, DECAM/DIVEC 21 p. (datilog)

FREITAS, R.C.T. 1978. Criação de Reserva Ecológica Praia do Sul e Leste na Ilha Grande, litoral sul do estado do RJ. In. I Simpósio Nacional de Ecologia, Curitiba/PR. Anais. Instituto de Terras Cartografia v. 3 p. 12.

ARAÚJO DSD, MACIEL NC, OLIVEIRA RF e ARRUDA JR. GP de. 1979. Relatório de excursão à Ilha Grande, no período de 23 a 25 de maio de 1979. Rio de Janeiro, FEEMA/DECAM, 7p. (datilog.)

FEEMA. 1980. Relatório técnico sobre manguezais - RT 1123. RJ SLAP 61 p. (datilog)

CASTRO, D. M. M. 1980. Diretrizes ambientais para um melhor uso do solo na região litoral sul fluminense. Rio de Janeiro, FEEMA, DEATEC, 1980. 108 p.

MACIEL NC, ARAUJO DS, MAGNANINI A. 1981. A situação ambiental dos ecossistemas da Praia do Sul e Leste, com vistas à preservação. FEEMA/DECAM 29 p. (datilog)

SOUZA SA, AZEVEDO GR e RYCHITER 1981. Levantamento da fauna de pequenos mamíferos e insetos na Reserva Biológica da IG. FEEMA/DEVET 2 p. (datilog).

MACIEL 1984. Contribuição para elaboração do Plano Diretor da RBEPS 1a parte. Subsídios para o equacionamento da situação fundiária da RBPS. Feema/Decam/Ceff 24 p. (datilog)

MACIEL, N.C., ARAUJO, D.S.D. & MAGNANINI, A. 1984. Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ: criação e implantação. Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: Clube Engenharia. p. 83-86.

MACIEL, N.C., ARAUJO, D.S.D. & MAGNANINI, A. 1984. Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ):

Contribuição para conhecimentos da fauna e flora. Boletim da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 19: 126-148.

VILAÇA, A. M. N. e MAIA, A. A. 1985. O Povo do Aventureiro. Rio de Janeiro, FEEMA. (Relatório técnico).

VILAÇA, A. M. N. 1985. Considerações iniciais sobre a concepção de morte do Povo do Aventureiro. Rio de Janeiro, FEEMA 1985. (Relatório técnico),

b) Planejamento Turísticos da Ilha Grande

EMBRATUR, 1972. Projeto TURIS, Rio de Janeiro.

FLUMITUR. 1978. Mata verde, gente boa, mar azul: Estado do Rio de Janeiro. Região do Litoral Sul: inventário turístico de Angra dos Reis (com Ilha Grande) e Paraty. Rio de Janeiro, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo 1978. 143 p.

MASCARENHAS, R. 2004. Programa de promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande – O Ordenamento Territorial da Ilha Grande. Rio de Janeiro.

PMAR. 1998. Ilha Grande. Plano Diretor de Turismo. Documento Base. Angra dos Reis, Tangará Serviços em Meio Ambiente e Turismo.

PMAR 1998. Base de dados para estudo de análise econômica do ordenamento do turismo na Ilha Grande - Angra dos Reis, Secretaria de Desenvolvimento Econômico and Secretaria de Planejamento- Divisão de Meio Ambiente, Angra dos Reis: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

QUADROS, W. J. 1999. Relatório técnico final correspondente aos produtos 3.1. a 3.3., relativos ao Estado do Rio de Janeiro, (Angra dos Reis). Programa Nacional de Meio Ambiente, 1999.

c) Estudos e Publicações Gerais

ANÔNIMO 1991. Ilha Grande: Paraíso Ecológico. Revista FEEMA. 1991, 1 (2): 26-38

ALVES DE MELLO, E. 1991. Medidas, procedimentos e legislação técnico-ambiental para uma ocupação turística na Ilha Grande, Rio de Janeiro, UERJ, Instituto de Geociências, Tese, 1991.

DEDERA, D. 1991. Preserving a paradise: grants by Exxon's Brazilian affiliate help to preserve an idyllic island in the Atlantic rain

forest', The Lamp, summer, vol. 73, no. 2; Irving (Texas): Exxon Corporation.

LAMEGO, A. 1950. O homem e a Serra. Rio de Janeiro, CNG/IBGE

INFORMAÇÕES REGIONAIS. 2009. Angra dos Reis.

<http://sites.google.com/site/informacoesregionais/angra-dos-reis>

MAGNANINI, A. 1978. Ilha Grande - Relatório preliminar da DIVEC, unpublished paper, Rio de Janeiro: FEEMADIVEC.

MAGNANINI, A. 1991. Ilha Grande. A Reserva da Praia do Sul, Revista Geográfica Universal, no.141, Rio de Janeiro: Bloch Editores.

NEGRAES, R. 1999. Ilha Grande. Convivendo com a liberdade. Horizonte Geográfico, no.61.

OLIVEIRA, R. R. 2001. Marcos da História Ambiental do município de Angra dos Reis. In: Josafá Carlos de Siqueira. (Org.). Educação Ambiental: valores éticos na formação de agentes multiplicadores. 1a ed. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio.

PRIMO, P. B. S. & PELLENS, R. 2000. Situação Atual das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2.;p. 628-637.

RAMUZ, P. F. 1998. Os caminhos do turismo na Ilha Grande. Rio de Janeiro: UERJ, RJ, Departamento de Geografia, Geo UERJ, nº. 3: 111-120, junho.

SEIXAS, C. S. 1997. Estratégias de pesca e utilização de animais por comunidades pesqueiras da Ilha Grande, Rio de Janeiro, Campinas, Universidade de Campinas, Faculdade de Ecologia.

SEIXAS, C.S. and BEGOSSI, A. Do Fishers Have Territories? The Use of Fishing Grounds at Aventureiro (Ilha Grande, Brazil). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Brazil. sem data.

VALLEJO, L.R. 2005. Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). Niterói, 288 p. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense.

WUNDER, S. 2000. Big Island, Green Forests and Backpackers: Land-use and development options on Ilha Grande, Rio de Janeiro State, Brazil and Copenhagen, Centre for Development Research.

WUNDER, S. 2006. A História do Uso do Solo e da Cobertura Florestal, in Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Ed UERJ.

WUNDER, S. 2006b. Modelos de Turismo, Florestas e Renda Locais, in Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Ed UERJ.

d) Estudos Sociais e Históricos

ANONIMO. 1994. Civilisation strikes again (tourist development in Ilha Grande, Brazil). The Economist, August 27th

BERNARDES, L. e BERNARDES, N. 1950. A pesca no litoral fluminense. Rev.Bra.Geog. 12(1):27-61

BERTONCELLO, R. 1992. Processo de Modernização e Espaço local: o caso do município de Angra dos Reis, R.J. Diss de Mestrado, PPGG/UFRJ

CAPAZ, C. 1988. Os indígenas na Baía da Ilha Grande. Angra dos Reis. Ed. Conselho Municipal de Cultura, 41 p

COSTA, G. V. 2004. A população do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul: Conflitos e disputas sob tutela ambiental. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / UFRJ.

FERREIRA, H. C. 2004. Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande (RJ). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FERREIRA, H.C 2005 - Território caiçara: memória e identidade na demarcação do espaço social. Campinas: Seminário Memória e Contemporaneidade - Centro de Memória da Unicamp.

FERREIRA, H.C 2006. Território e identidade: os caiçaras do Aventureiro. Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, ABA.

GUEDES, M. J. Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968.

HECK, Conrado. Costas do Brasil. Roteiro. Divisão de Hydrographia. Directoria de Navegação. Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933.

IRIA, A. (dir.) Sesmarias fluminenses, in Anais do I Congresso de História Fluminense. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1963.

LIMA, H. 1974. Notícias Histórico-Geográficas de Angra dos Reis, Rio, Ed. Livraria S. José, (1ª ed. Nicteroy, 1889)

- MENDES, A. 1978. Os Barões de Angra – história da nobreza angrése. RJ, Gráfica Olímpica Editora.
- NESI, W. (1990), Notícias históricas de Ilha Grande (Rio de Janeiro), Juiz de Fora (MG): ESDAVA.
- PINTO, A. M. Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.
- PRADO, R. (org.) 2006. Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Ed. UERJ, Rio de Janeiro.
- PRADO, R. 2000. Depois que Entrou o "Imbamba": Percepção de Questões Ambientais na Ilha Grande. UERJ/IFCH/Depto. De Ciências Sociais. Texto apresentado na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação", Brasília-DF 16-19/07/2000.
- PRADO, R. 2003. Crentes na Ilha Grande: uma forma de ser nativo. in: Religião e Espaço Público, pp. 123-46. Attar Editorial/CNPq/Pronex, São Paulo.
- PRADO, R. M. 2003. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. Horizontes Antropológicos – Antropologia e Turismo, nº 20 ano 9, Porto Alegre: UFRGS.
- RANAURO, M. de L. 2003. Educação ambiental pra quê: Discurso e práticas ambientais dos jovens da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ.
- SANTO-ADOLPHE, J.C.R.M. e MOURA, D. L. 1845. Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil. Pariz, J. P. Aillard Editor.
- SANTOS, M. S. 2004b. História e Memória: o caso Ferrugem. Revista Brasileira de História, vol. 23, n. 46, pp.271-295, Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. S 2006b. Os Porões da República: A Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 E 1930. Topoi, v. 6, pp.445-476, Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. S. 1999. Projeto de pesquisa: História e memória das instituições carcerárias na Ilha Grande, Rio de Janeiro, UERJ-PIBIC.
- SANTOS, M. S. 2004a. A Prisão Dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos no início da era Republicana. Topoi, n.8, vol.5, pp.138-169, Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. S. 2005. O Mal que se (in)define na ausência de Deus e da Natureza. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Sociais, vol.71, pp. 3-21, Florianópolis.
- SANTOS, M. S. 2006a. A construção da violência: o caso da Ilha Grande, in Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Ed UERJ.
- SOUSA, C. 1986. A Angra dos Reis do meu tempo, Angra dos Reis, Conselho Municipal de Cultura
- SOUSA, G. S. 1971. Tratado Descritivo do Brasil em 1587, Col. Brasileira vol.117, S.Paulo, Cia.Ed.Nac/Edit.Univ.S.Paulo.
- STADEN, H. 1999. (1548; 1555) A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens. Rio de Janeiro, Dantas.
- VIEIRA DE MELLO, C. E. H. 1987. Apontamentos para a história do Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Ilha Grande. Datil. 93 p.
- WILBERFORCE, E. 1856. Brazil Viewed Through a Naval Glass. London, Longman, Brown, Green and Longmans Ed. 1856.

e) Hidrografia, Geologia, Relevo e Solos

AMADOR, E.S. Geologia e geomorfologia da planície costeira da Praia do Sul - Ilha Grande: uma contribuição a elaboração do plano diretor da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ, 1988: 35-56.

OLIVEIRA, R. R. ; HACK, Luci Pinto. 2004. Influência do relevo na distribuição da pluviosidade na Ilha Grande, RJ. Eugeniana, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 27-37.

PAULA, F. C. F. ; CARVALHO, C. E. V. ; OVALLE, A. R. C. ; BARROSO, L. V. ; OLIVEIRA, R. R. ; RESENDE, C. E. . Pesquisa Orientativa na Bacia do Rio Capivari, Ilha Grande, Rj. In: III SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA BRASILEIRA, 1994, Serra Negra. ANAIS DO III SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA BRASILEIRA. SERRA NEGRA, SP, 1994. v. 1. p. 382-395.

SILVA, R.F., LIMA, E. ; BERNER, P. G. M. ; OLIVEIRA, R. R. 2000. Alterações das propriedades físicas do solo em um agroecossistema caçara. Agronomia (UFRRJ), Seropédica, v. 34, n. 1/2, p. 14-19, 2000.

f) Vegetação e Fauna

ALMEIDA, D.R.; COGLIATTI-CARVALHO, L. & ROCHA, C.F.D. 1998. As bromeliáceas da Mata Atlântica da Ilha Grande, RJ: composição e diversidade de espécies em três ambientes diferentes. Bromélia 5(1-4): 54-65

ALVES, L. A.; ZAÚ, A. S.; OLIVEIRA, R. R. 2005. Sucessão florestal e grupos ecológicos em floresta atlântica de encosta, Ilha Grande,

Angra dos Reis / RJ. Revista Universidade Rural. Série Ciências da Vida, v. 25, p. 26-32, 2005.

ARAÚJO, D.S.D., OLIVEIRA, R.R., LIMA, E. & RAVELLI-NETO, A. 1997. Estrutura da vegetação e condições edáficas numa clareira de mata de restinga na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RJ). Revista Brasileira de Ecologia 1 (2): 36-43

DELAMONICA, P. ; LIMA, D. F. ; OLIVEIRA, R. R. ; MANTOVANI, W. 2002. Estrutura e funcionalidade de populações de *Miconia cinnamomifolia* (DC.) Naud. em florestas secundárias estabelecidas sobre antigas roças caiçaras. Pesquisas. Botânica, São Leopoldo, RS, v. 52, p. 125-142

OLIVEIRA, R. R. ; ARAÚJO, D. S. D. Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro): lista preliminar da flora. Acta Botanica Brasílica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 112-122, 1988.

OLIVEIRA, R. R., ARAÚJO, D. S. D. ; LIMA, E. e R NETTO, A. 1997. Estrutura da vegetação e fatores abióticos numa clareira de mata de restinga na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RJ). Revista Brasileira de Ecologia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 36-43, 1997.

OLIVEIRA, R. R. ; CARAUTA, J. P. P. ; ARAÚJO, W. L. 1992. Fitoterapia na Ilha Grande, RJ: *Chenopodium ambrosioides* e *Phenax sonnerati*. Albertoa (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 45-51

OLIVEIRA, R. R. ; COELHO NETTO, A. L. 2006. O rastro do homem na floresta. In: Rosane Manhães Prado. (Org.). Ilha Grande: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-58.

OLIVEIRA, R. R. e COELHO NETTO, A. L. 1996. O rastro do homem na floresta. A construção do paisagem da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Ilha Grande, Rio de Janeiro) a partir das intervenções antrópica. Albertoa, 4 (10, 13 June).

OLIVEIRA, R. R. e COELHO NETTO, A. L. 2001. Captura de nutrientes atmosféricos pela vegetação na Ilha Grande, RJ.. Pesquisas. Botânica, São Leopoldo, v. 51, p. 31-49, 2001.

OLIVEIRA, R. R. e COELHO NETTO, A.L.. 2000. Processos interativos homem-floresta na evolução da paisagem da Ilha Grande, RJ. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 8, p. 29-38, 2000.

OLIVEIRA, R. R. ; DELAMÔNICA, P. ; LIMA, D. F. ; TOFFOLI, D. D. 2008. A gênese estrutural de um paleo-território: a sucessão na floresta atlântica nos primeiros dez anos após uso por população caiçaras. Pesquisas. Botânica, v. 59,

p. 113-128.

OLIVEIRA, R. R. ; LIMA, D. F. ; DELAMÔNICA, P. ; SILVA, R. F. ; TOFFOLI, D. D. G. 1995. Roça Caiçara: Um Sistema "primitivo" auto-sustentável. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 108, p. 45-51

OLIVEIRA, R. R. ; SILVA, R. F. da ; LIMA, E.. 2004. Transferência de nutrientes em floresta pluvial atlântica sob manejo de populações caiçaras. Pesquisas. Botânica, São Leopoldo, v. 55, p. 217-226

OLIVEIRA, R. R. ; TOFFOLI, D. D. 1999. Caiçara Agroforestry Management. In: Posey, D. A. (Org.). Cultural and spiritual values of biodiversity. United Nations Environment Program.. 1 ed. Nairobi: Intermediate Tecnology Publications, v. 1, p. 302-305.

OLIVEIRA, R. R. 2008. Environmental History, Traditional Populations, and Paleo-territories in the Brazilian Atlantic Coastal Forest. Global Environment, v. 1, p. 176-191

OLIVEIRA, R. R. 2008. When the shifting agriculture is gone: functionality of Atlantic Coastal Forest in abandoned farming sites. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 3, p. 213-226.

OLIVEIRA, R. R. 2007. Mata Atlântica, paleo-territórios e História Ambiental. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. X, p. 11-24, 2007.

OLIVEIRA, R. R. 2006. Mata Atlântica, paleo-territórios e História Ambiental. In: III Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006. Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Sociedade e Meio Ambiente, 2006.

OLIVEIRA, R. R. 2002. Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ.. Rodriguesia, Rio de Janeiro, v. 53, n. 82, p. 33-58,

OLIVEIRA, R. R. 1999. O rastro do homem na floresta: sustentabilidade e funcionamento da Mata Atlântica sob manejo Caiçara, 150 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, R. R. 1988. Processos naturais e antrópicos na evolução da paisagem florestal em regiões tropicais. Revista da Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-135

g) Arqueologia

GASPAR, M. D. ; TENÓRIO, M. C 1990.. Amoladores fixos do litoral brasileiro. Revista do

CEPA, Porto Alegre, p. 181-190, 1990.

LOVATTO, T. M. P. ; SOARES, I. J. ; TENÓRIO, M.C.; FLORES, G. S. M. 2005. Degeneração articular vertebral nos remanescentes esqueléticos humanos do sítio Ilhote do Leste. In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005, Campo Grande. XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

TENÓRIO, M.C. ; LEAL, M. C. 1997. Análise de artefato tipo e aferição tentativa de função. In: IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1997, Rio de Janeiro. Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro.

RITA SCHEEL-YBERT ; EGGERS,S ; WESOLOWSKI,V ; PETRONILHO,C.C. ; BOYADJIAN,C.H. ; GASPAR, M. D. ; BARBOSA-GUIMARÃES,M. ; TENORIO, M C ; DeBLASIS,P. 2009. Subsistence and lifeway of coastal brazilian moundbuilders. *Treballs D'etnoarqueologia*, v. 7, p. 37-53.

GASPAR, M. D. et al. 2004. Histórico e principais resultados do projeto de investigação:O aproveitamento ambiental das populações pré-históricas do Rio de Janeiro. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 103-129.

MAGNANINI, A. Notícias sobre três sítios arqueológicos de polimento de pedras no litoral da Ilha Grande (Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, Brasil) *Boletim da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*, 17: 86-95, 1982

TENÓRIO, M. C. Identidade cultural e origem dos sambaquis. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 14, p. 169-178, 2004.

TENORIO, M.C.; Diogo Cerqueira Pinto ; AFONSO, Marisa Coutinho. 2009. Dinâmica de ocupação, contatos e trocas no litoral do Rio de Janeiro. *Arquivos do Museu Nacional*, v. 66, p. 311-321.

TENÓRIO, M.C. 1998. Abandonement in brazilian coastal sites: Why leave the Eden. In: Mark G. Plew. (Org.). *Explorations in American Achaeology: Essays in honor of Wesley Hurt*. Maryland: University Press of America, 1998, v. , p. 221-258.

TENÓRIO, M.C. 1995. Estabilidade dos grupos litorâneos: Uma questão para ser discutida. In: Maria da Conceição Beltrão. (Org.). *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995, v. , p. 43-52.

TENÓRIO, M.C. 1992. Pesquisa Arqueológica na Ilha Grande - Sítio Ilhote do Leste. In *Anais*

do V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, vol.1.

TENÓRIO, M.C. 2001. Mesma paisagem, diferentes soluções: dinâmica de ocupação da Ilha Grande, nos últimos 3. 000 anos. In: XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2001, Rio de Janeiro. SAB 2001 a arqueologia do novo milênio, 2001. v. 1. p. 138-138.

TENÓRIO, M.C. 2001. Mobility, exchange and ritual at Ilha Grande, Brazil. In: 63 st Annual Meeting Society for American Archaeology, New Orleans. 3 st Annual Meeting Society for American Archaeology abstracts, 2001. v. 1.

TENÓRIO, M. C. 2003. O lugar dos aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistemas de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUCRS.

TENÓRIO, M.C. 2003. Os amoladores polidores fixos. *Revista de Arqueologia (Belém)*, São Paulo, v. 16, p. 87-108,.

TENÓRIO, M.C.. 1999, Os fabricantes de machado da Ilha Grande. In: Maria Cristina Tenório. (Org.). *Pré-história de Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

TENÓRIO, M.C. 2006. Os fabricantes de machados da Ilha Grande: parte II. In: Rosane manhães Prado. (Org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ e Editora Garamond, v. 2, p. -.

TENÓRIO, M.C. 1991. Pesquisa arqueológica na Ilha Grande - Sítio Ilhote do Leste. In: VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1991, Rio de Janeiro. *Anais da VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro, v. II.

TENÓRIO, M.C.. Sítio Ilhote do Leste, Ilha Grande, Ambiente e Ocupação Humana. In: IV SEMANA DE ARQUEOLOGIA E MUSEOSEOLOGIA., 1987, Rio de Janeiro. SANTOS SP, 1985. p. 0-0.

TENÓRIO, M.C. 1995. Sítio Ilhote do leste. Reconstituição de distribuição espacial. Escavações de 1995. In: VIII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Porto Alegre. Sítio Ilhote do leste. Reconstituição de distribuição espacial. Escavações de 1995. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1995. v. II. p. 151-178.

TENÓRIO, M.C. 1987. Tecnologia dos Artefatos do Sítio Ilhote do Leste.. In: IV REUNIAO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA. ANAIS DA IV REUNIAO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA. SANTOS - SP.

h) Institucional

OLIVEIRA, R. R. 1991. Relatório de progresso do convênio FEEMA/PRONATURA/ESSO. 1991.

OLIVEIRA, R. R. 1991. Sinopse de pesquisas em desenvolvimento na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Ilha Grande. 1991.

OLIVEIRA, R. R. 1996. Sinopse das pesquisas em desenvolvimento na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Ilha Grande, FEEMA, 1996.